

**Fundação Oswaldo Cruz**  
**Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)**  
**CADERNOS CRIS 15-21**

**Informe quinzenal sobre**  
**Saúde Global e Diplomacia da Saúde**  
**10 a 23 de agosto de 2021**



**Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ**  
**Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2021**



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
**Fundação Oswaldo Cruz**

Presidência  
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



## SUMÁRIO

---

PG.	Tema	Autores
03	Apresentação	<i>Paulo M. Buss e Pedro Burger</i>
07	Nações Unidas, Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Santiago Alcázar</i>
11	Resposta da OMS e OPS à Saúde Global e a Diplomacia da Saúde	<i>Luiz Augusto Galvão</i>
14	Conselho de Direitos Humanos da ONU e Movimentos Sociais que atuam no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Armando De Negri Filho</i>
28	G77, MNA e cooperação sul-sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Regina Ungerer</i>
31	O G-20 na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Paulo Esteves, Pedro Burger e Julia Abbud</i>
33	OCDE na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Pedro Burger, Thaiany Medeiros Cury e Vinicius Roland</i>
35	Instituições Financeiras Multilaterais na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Isis Pillar Cazumbá</i>
39	O futuro da cooperação dos BRICS está na consolidação de propostas comuns que mostrem sua importância para o mundo	<i>Claudia Hoirisch</i>
41	Resposta da Organização dos Estados Americanos (OEA)	<i>Luana Bermudez</i>
44	América Latina e Caribe na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Sebastián Tobar, Miryam Minayo e Carlos Linger</i>
52	Região Africana na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Augusto Paulo Silva e Felix Rosenberg</i>
58	Contradições e nova crise à vista: resposta da Europa à Covid-19	<i>Ana Helena Gigliotti de Luna Freire</i>
63	O que está em jogo não é o uso da burca: Ásia Sudeste, Pacífico Ocidental e Oriente Médio na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>Lúcia Marques</i>
70	EUA na Saúde Global e a Diplomacia da Saúde	<i>Luiz Augusto Galvão</i>
72	China na Saúde Global e Diplomacia da Saúde	<i>André Lobato</i>

\*Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - pg. 74

\*\*Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - pg. 75

## RESPOSTA DA SAÚDE GLOBAL E DA DIPLOMACIA DA SAÚDE À PANDEMIA Uma visão do ponto de vista socioeconômico, diplomático e sanitário

### Sumário do CRIS-Fiocruz sobre diplomacia da saúde

10 a 23 de agosto de 2021

#### Apresentação

Esta é a última semana das férias de verão do hemisfério Norte, e o ano político global que se pensava seria intensificado apenas a partir da primeira quinzena de setembro, foi intensamente sacudido pelos episódios de saída das tropas de ocupação no Afeganistão.

Não há como ignorar e registrar as ameaças que pairam sobre mulheres e meninas naquele país – dado o histórico do Taleban com esta população – e a explosão de violência, com as mortes de muitos civis inocentes, além de uma provável explosão de casos de Covid-19 sem que os serviços de saúde tenham condições mínimas de vacinar ou, menos ainda, tratar de casos que demandem atenção médica. De outro lado, não podemos ignorar o que vai ocorrer com os mais de 1 milhão de refugiados que resultarão da desastrosa saída das tropas invasoras.

Estaremos atentos à situação no Afeganistão nos próximos informes, buscando lições que se apliquem às inúmeras áreas de conflito no mundo, que ameaçam de forma brutal a vida de milhões de pessoas.

A cena política global convencional se abre com a realização da 76ª. *Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA)*, de 14 a 30 de setembro, que este ano se realiza de forma híbrida, em Nova York, sede principal da ONU e é reportada neste informe por **Santiago Alcázar**. Uma vastíssima agenda espera as delegações dos Estados-membros<sup>1</sup>. Certamente o debate vai conferir importante prioridade à questão do Afeganistão, mas não menor será o foco na pandemia de Covid-19, ainda que não haja um tema exclusivo na agenda com este título. Contudo, são muito poucas as resoluções que esperam sua adoção final, ou os muitos documentos de informação que vêm de todas as instâncias, agências, programas e fundos, que não mencionem a pandemia e suas circunstâncias.

No âmbito da UNGA, mais precisamente a 23 de setembro, vai se realizar a *Cúpula das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares*<sup>2</sup>, na qual já se prenuncia um confronto entre as estratégias agronegócios X agroecologia, com resultados imprevisíveis dado os pesos do setor privado, mas também dos movimentos sociais envolvidos nos debates.

Coincidindo com a UNGA realiza-se a 48ª. *Sessão Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas*, que se estende de 13 de setembro a 08 de outubro, como uma agenda também ampla e instigante<sup>3</sup>.

Entretanto, antes disso, a saúde já comparece com força na agenda global, por conta da reunião de *Ministros da Saúde do G20*, o importante fórum de países que reúne as 20 maiores economias do planeta: Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Alemanha, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Federação Russa, Arábia Saudita, África do Sul, Coreia do Sul, Turquia, Reino Unido e os EUA.

No âmbito da **Organização Mundial da Saúde (OMS)**, o Diretor Geral demonstrou preocupação com a situação de saúde no Haiti e no Afeganistão, conforme reporta **Guto Galvão**.

---

<sup>1</sup> <https://undocs.org/en/A/76/150>

<sup>2</sup> <https://www.un.org/en/food-systems-summit>

<sup>3</sup> <https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session48/Pages/48RegularSession.aspx>

Foi lançado o processo de criação do Grupo Consultivo Científico Internacional Permanente para Origens de Novos Patógenos (SAGO), que visa estabelecer uma forma mais sistemática de identificar a origem de novos surtos. Na **Organização Pan-americana da Saúde (OPAS)**, a diretora Etienne lançou um apelo de ajuda ao Haiti para a emergência e a recuperação da tragédia causada pelo terremoto.

No espaço do **Conselho de Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas**, o analista do CRIS **Armando De Negri**, destaca a próxima realização da *48ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU*, que inicia em 13 de setembro. Já a realização, em agosto, da Reunião do *Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos*, em sua 26ª sessão, propôs estudos de interesse ao direito à saúde. No espaço dos *Procedimentos Especiais do CDH* o autor do informe chama a atenção para três documentos: 1) sobre lei que afeta os direitos da população LGBT em Gana; 2) sobre medidas coercitivas dos EUA e pacientes de câncer na Venezuela; e 3) sobre direito ao desenvolvimento e crise climática no espaço local.

No espaço da **sociedade civil global**, De Negri destaca três estudos do CADTM sobre ações deletérias dos mecanismos financeiros internacionais em torno do endividamento de países e pessoas e a assimetria nos direitos de giro especiais outorgados pelo FMI. Como último destaque, oferece o aporte de Susan Marks com o conceito de “exploração” para ampliar e transformar o enfoque do Direito Internacional em favor de um olhar do Terceiro Mundo, emancipador e soberano.

Nas últimas semanas, o **G20** pretendia reforçar a importância do empoderamento feminino, realizando em 26 de agosto a primeira reunião na qual o tema figura como pauta central. A decepção foi imensa, pois o grupo não conseguiu qualquer consenso declaratório quanto ao caso das mulheres e meninas cujas vidas estão ameaçadas no Afeganistão do Taleban, dados os inúmeros interesses contraditórios dos membros do G20 naquele conflito.

Draghi, primeiro ministro da Itália, que preside o G20, anuncia para os próximos dias uma antecipação extraordinária de reunião de Cúpula para que o grupo se manifeste sobre a crise afegã. A expectativa sincera é que não se repita o fiasco da reunião do G7, convocada pelo primeiro ministro do Reino Unido, que não logrou qualquer ação conjunta efetiva, senão, pela omissão, apenas piorar a desastrosa saída das tropas da OTAN.

**Esteves, Burger e Abbud** informam ainda que o G20 também vem realizando reuniões visando a digitalização de economias e procedimentos governamentais. Destaque é a realização próxima da reunião dos Ministros da Saúde do grupo, que ocorrerá dias 5 e 6 de setembro em Roma e de forma virtual, com uma sessão especial, em 7 de setembro, sobre força de trabalho em saúde no contexto da pandemia.

Na **OCDE**, **Burger, Cury e Roland** destacam o relatório mensal de sobre os *Composite Leading Indicators*, que medem a indicação da força dos sinais de crescimento econômico em países selecionados. Além disso, os autores produziram um resumo de vídeo da OCDE sobre saúde mental e seus efeitos para a recuperação pós-pandemia.

Nas **instituições financeiras internacionais**, o **FMI** anuncia uma alocação histórica de US\$ 650 bilhões do DES. O *Banco Mundial* e o *BID* continuam propondo iniciativas para mitigar os problemas causados pela COVID-19, conforme nos conta **Isis Cazumbá**.

A consolidação de propostas em torno de temas decisivos para o desenvolvimento econômico, social e ambiental de **BRICS** é fundamental para que haja maior coesão entre os países. Segundo **Cláudia Hoirisch**, pandemia, desigualdade na vacinação, governança global,

multilateralismo, reforma bancária, *One Health*, questões ambientais, climáticas e sociais (política social nos BRICS, ODS e acesso a recursos financeiros) são alguns dos temas que se tratados de forma coesa e participativa, podem definir a importância do grupo para o mundo. Para isso se concretizar é preciso que BRICS se conscientize da necessidade de uma união mais efetiva, apazigue tensões internas e externas e atraia a China para uma participação mais efetiva no bloco.

Este período de verão no hemisfério norte foi caracterizado por pouca participação do **G-77 e da China** em reuniões da UNGA, conforme reporta **Regina Ungerer**. Ao mesmo tempo, o grupo se prepara para a próxima Assembleia Geral a partir de 14 de setembro. O **Movimento dos Não-Alinhados** chamou a atenção para o fato de que 258 milhões de crianças e jovens permanecem fora da escola e 773 milhões de adultos continuarem analfabetos; um número significativo deste contingente são pessoas com deficiência, especialmente no mundo em desenvolvimento. Neste sentido, a pandemia do COVID-19 contribuiu para a interrupção dos sistemas educacionais, impactando desproporcionalmente os mais vulneráveis e exacerbando as disparidades pré-existentes na educação.

A **Organização dos Estados Americanos (OEA)** mobilizou todos os seus órgãos e secretarias para atender a crise no Haiti depois do terremoto do dia 14 de agosto. **Luana Bermudez** destaca a solidariedade dos países vizinhos e dos órgãos sub-regionais para apoiar na reconstrução do país. Além disso, é importante registrar as ações dos bancos de desenvolvimento da região, BID e CAF, na ajuda financeira para mitigar a crise.

Na última quinzena, o ritmo de aumento do número de casos nas **Américas** continuou acelerado. No *Caribe*, igualmente, o número de novos casos segue aumentando. A situação no Haiti é especialmente terrível após o terremoto devastador que ocorreu no dia 14 de agosto. Cuba tem a maior taxa de incidência da doença nas Américas. Na *América do Sul*, o número de novos casos está diminuindo na maioria dos países. É o que reportam **Tobar, Minayo e Linger**, que ainda se dedicam especialmente às reuniões da CEPAL e relatórios publicados sobre o clima e seus impactos nos diversos setores, assim como à *Reunião Virtual Extraordinária da Comissão de Cooperação Sul-Sul* que tratou sobre oportunidades para renovar a cooperação internacional para o desenvolvimento da América Latina e do Caribe.

Na **África**, o hub de transferência de tecnologia da África do Sul começa a produção de vacinas na segunda metade de 2022, prevendo-se 100 milhões de doses por ano a partir de 2023. No seu informe quinzenal sobre o continente, **Augusto Paulo e Rosenberg** destacam o Programa de Apoio à Pesquisa e Inovação da CEDEAO, que passou a financiar duas universidades de Cabo Verde e a nomeação novo Secretário Executivo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Em meio a uma potencial nova crise de refugiados que se desenha com a tomada do poder pelo Taleban no Afeganistão, a **Europa** vive dias contraditórios marcados pela discrepância nos índices de vacinação, pela predominância da variante Delta, pelo discreto aumento no número de casos e redução no número de mortes, pelo relaxamento de medidas não farmacológicas e por manifestações contrárias a estas, ao certificado de vacinação e à vacinação. Detalhes de cada uma destas desafiadoras questões estão no informe quinzenal produzido por **Ana Helena Freire** para os leitores destes Cadernos.

Um grupo fundamentalista, com uma forma muito própria de interpretar a Lei Islâmica (Sharia) e de pôr em prática a jihad (a luta do bem contra o mal) domina um país e faz o mundo todo olhar para eles e discutir sobre eles, é a síntese produzida por **Lúcia Marques** no seu

informe sobre a **Ásia-Pacífico e Oriente Médio**. Quando o Taleban afirma que mudou e que vai respeitar os direitos das mulheres, desde que dentro da lei da Sharia, possivelmente significa que não será diferente de quando o grupo governou o país, entre 1996 e 2001, quando mulheres podiam ser chicoteadas em plena rua. As cenas de milhares de afegãos tentando fugir do seu país, mostram o medo, não do futuro desconhecido, mas, justamente, do já vivido. Quando o grupo frisa “seguindo a Sharia” é preciso entender o que significa e as consequências da interpretação radical “talibanesa” da Lei Islâmica e da jihad. O que está em jogo não é o uso da burca, mas a perda dos direitos e da liberdade de escolha. Está em jogo o “desaparecimento” da mulher?

A ajuda humanitária não será fácil; envolve direitos humanos e, pela forma jihadista de interpretar a Sharia, na qual todos são inimigos do Islã, permitir ajuda humanitária, ocidental principalmente, vai envolver muita negociação política e econômica. Os países da Organização de Cooperação Islâmica estão prontos para ajudar. E podem ter mais chances. Conhecem a Sharia e ao mesmo tempo implantaram reformas importantes para os direitos humanos e das mulheres. É o que aponta o recente relatório do Banco Mundial sobre as Mulheres e Leis: em meio a COVID-19, os países que mais evoluíram nas reformas para reduzir as desigualdades entre homens e mulheres foram os países do **Oriente Médio**.

Nos **Estados Unidos**, o FDA fez a aprovação plena da vacina da Covid-19 produzida pela multinacional Pfizer, o que, esperam as autoridades, ajude a controlar o crescente aumento de casos pela enfermidade, a maioria deles causados pela variante B.1.617.2 (Delta).

Na **China**, em reunião de Assuntos Econômicos do poderoso Comitê Central do Partido Comunista discutiu-se como reduzir as desigualdades no país. No âmbito externo, a China promoveu intensa agenda de contatos entre chanceleres para discutir a transição política no Afeganistão.

Boa leitura e até a próxima!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 25 de agosto de 2021

Paulo M. Buss e Pedro Burger  
Coordenação do CRIS/FIOCRUZ

## Nações Unidas, Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Santiago Alcázar

Como se viu no CRIS 14, a agenda da 76ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, que deverá ter início na terceira semana de setembro vindouro, é ampla e complexa. Há, no entanto, dois grandes temas que perpassam os quase todos os itens e subitens: a Agenda 2030 e os ODS e a Covid-19.

Já se sabe que a Covid-19 afetou o andamento da implementação dos ODS, em muitos casos voltando para trás o relógio. É como se houvésemos voltado para anos ou décadas atrás em termos de realizações. Sabe-se também que, em geral, as metas estavam fora de alcance bem antes da Covid-19.

A pergunta que ter-se-ia que fazer é por quê? Por quê estavam fora de alcance os ODS? O Secretário-Geral das Nações Unidas, Antônio Guterres, em seu relatório 2021 sobre o progresso na implementação dos ODS, não diz por quê. Diz outra coisa, mas é de importância crucial.

Diz o Secretário-Geral em seu relatório que *se a mudança de paradigma proposta naquela magnífica resolução A/70/1 intitulada “Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” tivesse sido abraçada por todos nos últimos seis anos, o mundo teria estado mais bem preparado para enfrentar esta crise – com sistemas de saúde mais robustos, cobertura de proteção social expandida, a resiliência que provém de sociedades mais igualitárias e um meio ambiente natural mais sadio.*

Claro, dirão os precipitados. Se tivéssemos feito as coisas diferentes, as coisas seriam diferentes. A pergunta, entretanto, permanece. Por quê? Por que não fizemos a mudança de paradigma?

Havia um paradigma em 2015 que se queria mudar, justamente porque pretendia transformar-se o mundo, para melhor, pressupõe-se. Havia também um paradigma que se queria mudar em 2000, quando a Cúpula do Milênio adotou os 8 Objetivos de Desenvolvimento, os ODMs, que certamente transformariam o mundo para melhor, se tivessem sido implementados. E ante toda a injustiça e inequidade que parecem conviver conosco desde tempos imemoráveis, quantos não terão sonhado com utopias transformadoras e com um mundo melhor?

O paradigma que se quer mudar, não se deixa mudar e quase que por ironia produz o contrário do que querem os sonhadores, os ODMs ou os ODS. Todo os anos as comissões nacionais apresentam relatórios sobre o avanço das metas, que nas mais das vezes são em realidade retrocessos, quando não estagnações, porque o paradigma que se quer mudar produz o contrário do que pretendem os ODS.

Não adianta acelerar o passo. O paradigma alargará as distâncias. Os retrocessos são eloquentes. Não adianta fazer investimentos. O paradigma sempre fará com que sejam insuficientes. Os pontos em discussão com respeito ao financiamento não fazem menção a fontes novas, e os rearranjos e realocações apenas revelam o quanto é curta a possibilidade de mudança. O paradigma não é bom, tampouco mau. Apenas não é humano. Por isso é indiferente, como o granito. Em realidade, nada faz. Deixa-se estar. Deixa-se fazer. *Laissez-faire* em estado puro.

O item 237 da 76ª sessão da AGNU deverá ser a consideração do relatório *O direito à alimentação*, do Relator Especial do Conselho de Direitos Humanos, Michael Fakhri. O item 237 cai sob o guarda-chuva da “Promoção e proteção dos Direitos Humanos: questões de Direitos Humanos, inclusive por meio de abordagens alternativas para melhorar a efetividade do gozo de direitos humanos e liberdades fundamentais”.

O relatório do Relator Especial é um documento importante e merece leitura atenta. Recordo logo no início que, em 16 de outubro de 2019, no Dia Mundial da Alimentação, o Secretário-Geral Antônio Guterres fez o anúncio da convocação de uma Cúpula sobre Alimentação a ser realizada em 2021. O foco do relatório repousa na avaliação do que tem sido o processo conducente à realização da Cúpula, um pouco antes da pré-Cúpula sobre o tema, que se realizou, de 26 a 28 de julho, em Roma.

Talvez o ponto mais importante do relatório é a observação do Relator Especial, segundo a qual não obstante o aumento das discussões públicas em torno aos sistemas alimentares, os mesmos se realizam sob o signo da exclusão. O processo todo teria sido sequestrado pelo setor privado, deixando de lado a cultura inclusiva do multilateralismo, excluindo de maneira concreta comunidades e representantes da sociedade civil. O relatório é assim uma denúncia dos absurdos a que pode chegar o atual paradigma político e econômico. Nesse contexto é quase evidente que as grandes questões de natureza estrutural deixariam de ser consideradas. O relatório, contudo, soletra pacientemente aquelas deficiências, que não são pequenas e que consistem no enorme poder das corporações e nas políticas postas em marcha, por elas mesmas presume-se. Interessante que ademais daquelas ausências, o processo que leva à Cúpula tampouco faz menção à pandemia da Covid-19 que pôs o mundo de cabeça abaixo. Curioso, porque não se não for irremediável estupidez terá que ser indisfarçável má fé. Afinal, o foco principal de todas as AGNUs, desde 2015, deveria ser a efetivação da Agenda 2030 e dos ODS. Como esperar algo positivo de uma Cúpula sobre sistemas alimentares que em seu processo negociador ignora tanto? Ou não será que estamos diante de uma instância da produção do paradigma, que por motivo de força maior é, infelizmente, contrária ao que almejam os ODS?

O relatório tenta explicar por que o atual paradigma dos sistemas alimentares globais mina os direitos humanos, aumenta as inequidades, ameaça a biodiversidade e contribui para a mudança climática. Enfatiza-se, assim, o aumento de poder das grandes corporações, as regras jurídicas, as instituições e decisões que fizeram possível aquele aumento de poder.

Segundo o relatório, existem 4 grandes empresas agroquímicas que controlam 60% do mercado global de sementes e 75% do de pesticidas. O relatório não menciona os nomes daquelas 4 empresas. São elas, no entanto, Bayer-Monsanto, DowDuPont/Corteva, ChemChina-Syngenta e BASF. A enorme concentração de poder dessas empresas permite o controle injusto dos preços das sementes e dos pesticidas. Com relação às sementes, transgênicas, o que se tem é uma redução lógica da biodiversidade, uma conseqüente redução da resiliência agrícola e um aumento da fragilidade dos sistemas alimentares ante a mudança climática.

A Revolução Verde, como sublinhado no relatório, adotada por todos os governos na década dos anos 50 do século XX era a esperança para alimentar o mundo e, assim erradicar a fome e a pobreza. O modelo, fundamentado no paradigma da crescente produtividade, pressupunha um mercado de fertilizantes artificiais, pesticidas e máquinas agrícolas dependentes da queima de combustíveis fósseis. A Revolução Verde, ademais, incorporou o termo de commodity, alinhando-se de passagem aos ditames da economia deixando de lado a saúde humana e do meio ambiente. Os resultados não foram brilhantes. Com efeito, como



aponta o relatório, não obstante o aumento de 300% na produção global de alimentos desde 1960, o que se observa é uma crescente desnutrição, obesidade e aumento das doenças não-transmissíveis. Não é esse o único problema com o paradigma adotado, contudo. Como bem recordado pelo relatório, a crise de alimento de 2007/2008, que coincidiu com a crise financeira no mesmo período, produziu alimentos simultaneamente muito baratos para os produtores e muito caros para os consumidores. Como sempre, o paradigma parece produzir efeitos nefastos.

O relatório destaca alguns aspectos legais, prejudiciais aos pequenos produtores. Estes, por exemplo, seriam estimulados a integrar-se às cadeias globais de distribuição e assim aceder aos benefícios de um mercado globalizado. A dificuldade, no entanto, está em permanecer independente dos grandes distribuidores internacionais e das grandes corporações, que dominam os mercados. A tendência é que sejam absorvidos pelos grandes, que o monopólio se torne uma realidade, que os preços aumentem, que tenhamos mais fome e pobreza, como manda o paradigma e, claro, mais inequidades.

Ao contrário do processo negociador da Cúpula, o relatório recorda que estamos em tempos pandêmicos e que a distribuição de vacinas contra a Covid-19 vem sendo administrada de maneira discriminatória, favorecendo os países ricos, bem como os detentores dos direitos de propriedade intelectual. Esse padrão de comportamento, como sublinha o relatório, acentua as inequidades, que deveriam estar diminuindo se a Agenda 2030 e os ODS tivessem sido abraçados em sua totalidade. Mas, como se disse antes, o paradigma produz o contrário do que prega aquela Agenda.

O relatório levanta outras questões críticas que devem ser consideradas, mas parecem escapar aos organizadores. O leitor curioso pode acessar o relatório em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N21/208/03/PDF/N2120803.pdf?OpenElement> .

O relatório aponta para recomendações, a mais importante das quais é sem dúvida a proposta para que os resultados da Cúpula sejam feitos a partir de um quadro de respeito aos direitos humanos. Nesse contexto, deveriam ser o resultado de deliberações, conclusões e decisões de todo o governo e toda a sociedade (*all-of-government, all-of-society*), bem como incluir crítica ao paradigma – identificar as causas da crise e responsabilizar as grandes corporações e outros atores.

Esses dois pontos, a necessária referência ao quadro de respeito aos direitos humanos para qualquer proposta de ação para transformar o mundo para melhor e a crítica ao atual paradigma econômico e político é o que falta em um outro documento importante a ser considerado na próxima AGNU: a declaração de ministros que emanou do Foro Político de Alto Nível (HLPF, nas siglas em inglês). Com efeito, aquele documento é uma litania de reiteraões de compromissos assumidos, com infundáveis repetições, como se isso bastasse, por encantamento, a assegurar que os ODS serão alcançados. Não há crítica. Entende-se que um Relator Especial tenha mais liberdade para expressar a verdade de modo desimpedido. Isso, no entanto, não significa que os nossos líderes tenham que ficar como cães de fiação, obedientes aos que perpetuam o paradigma que se queria mudar quando da adoção da Agenda 2030 e indiferentes às injustiças e inequidades geradas por aquele mesmo paradigma.

A plataforma digital Project Syndicate publicou, em 17 de agosto artigo de Jeffrey Sachs intitulado Blood in the sand. Para nós do CRIS, o artigo é relevante por demonstrar em outro campo a produção de efeitos nefastos pelo paradigma político e econômico.

O artigo começa com uma afirmação brutal, em tradução livre: A magnitude do fracasso dos EUA no Afeganistão é assustadora. Não se trata de um fracasso dos Democratas ou dos Republicanos, mas da cultura política norte-americana, refletida na falta de interesse de querer entender sociedades diferentes.

O artigo merece ser lido em sua integralidade. Aqui o que nos interessa é destacar um ponto. Após o 11 de setembro, os EUA invadiram o país para livrá-lo dos jihadistas islâmicos, previamente apoiados pelo Governo norte-americano. Uma vez derrotados e vencidos, a ideia era empreender um programa de reconstrução nacional (*nation-building program*). Basta fixar a atenção no custo do programa e no destino da alocação dos recursos.

De 2001 a 2021, os EUA teriam investido aproximadamente US\$ 956 bilhões. Daquele total, US\$ 816 bilhões, ou 86%, foram para gastos militares. US\$ 83 bilhões foram para as forças de segurança afgãs. US\$ 10 bilhões foram destinadas a operações para suprimir o tráfico ilícito de drogas e US\$ 15 bilhões para as agências de inteligência que operaram no Afeganistão naquele período.

Jeffrey Sachs aponta que provavelmente menos de 2% daquela soma beirando o trilhão de dólares alcançou o conjunto da população. Os EUA podiam ter investido em acesso a água potável e saneamento, construção de escolas, centros de saúde, conectividade digital, equipamento agrícola, programas de nutrição e muitos outros programas sociais. Ao invés disso, conseguiram o inverso do que se haviam proposto.

*Quase todas as intervenções militares e da CIA ocorreram em países que estavam lutando contra severas privações econômicas, diz Sachs. Ao invés de aliviar o sofrimento e conquistas simpatias, os EUA tipicamente arrasam a pouca infraestrutura existente, conclui o prestigiado economista.*

*A triste verdade, sublinha Jeffrey Sachs, é que os líderes norte-americanos sentem desprezo com respeito às populações dos países mais pobres, a quem acusam de ser incorrigivelmente governados por corruptos.*

A Declaração de ministros do HLPF não pode dar-se ao luxo da opinião de alguém como Jeffrey Sachs ou de Michael Fakhri. A postura cães de fiação e bonita para faeínas. É patética para seres humanos provenientes da explosão de duas gerações de estrelas.

## Resposta da OMS e OPS à Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Luiz Augusto Galvão

### Organização Mundial da Saúde

O Diretor-Geral da OMS iniciou a Sessão de Informações aos Estados-Membro sobre COVID-19 realizada em 19 de agosto da OMS lembrando da trágica morte da Dr. Ousmane Touré, epidemiologista da Guiné em consequência do terremoto no Haiti. Ele também se referiu ao apoio da OMS e da OPS ao governo e o povo do Haiti que perdeu mais de mil e novecentos pessoas, e luta para dar atenção a milhares de feridos e desabrigados.

O Dr Tedros também falou sobre os desafios no Afeganistão em consequência do grande deslocamento de pessoas, levando a um aumento de casos de diarreia, desnutrição, pressão alta, casos de COVID-19 e complicações de saúde reprodutiva.

Há uma necessidade imediata de garantir o acesso humanitário sustentado e a continuidade dos serviços de saúde nesses dois países e em especial no Afeganistão a garantia ao acesso aos serviços de saúde às mulheres e meninas.

Foram notificados um caso de Marburg na Guiné e um novo caso de Ebola na Costa do Marfim, marcando o terceiro surto de Ebola na África este ano. Milhares de doses de vacinas contra o ebola foram enviadas da Guiné para a Costa do Marfim e a vacinação por anel de contatos de alto risco começou.

Ele também abordou a criação do Grupo Consultivo Científico Internacional permanente para Origens de Novos Patógenos (SAGO) que visa estabelecer uma forma mais sistemática de identificar a origem de novos surtos. A chamada para a constituição do SAGO está online até 10 de setembro no link: <https://www.who.int/news/item/20-08-2021-call-for-experts-to-join-scientific-advisory-group-for-the-origins-of-novel-pathogens>

### Situação epidemiológica mundial

Globalmente, até 23 de agosto de 2021, foram notificados à OMS 211,7 milhões de casos de COVID-19 e 4.43 milhões de mortes, tendo sido aplicadas 4,62 bilhões de doses de vacina.

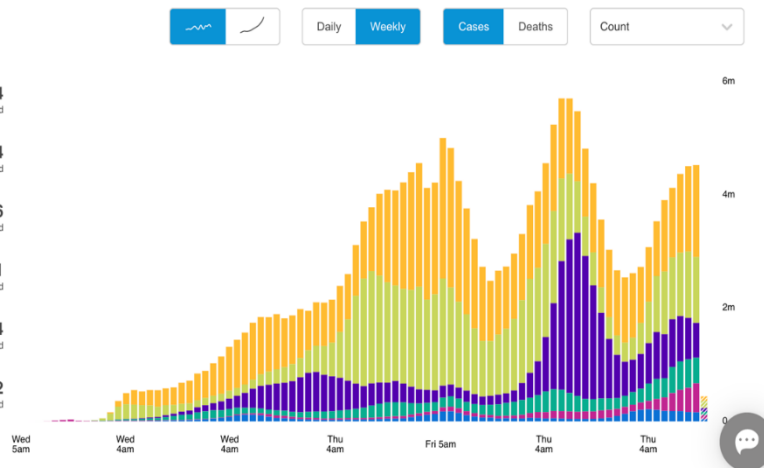


## Situação por Região

### Situation by WHO Region

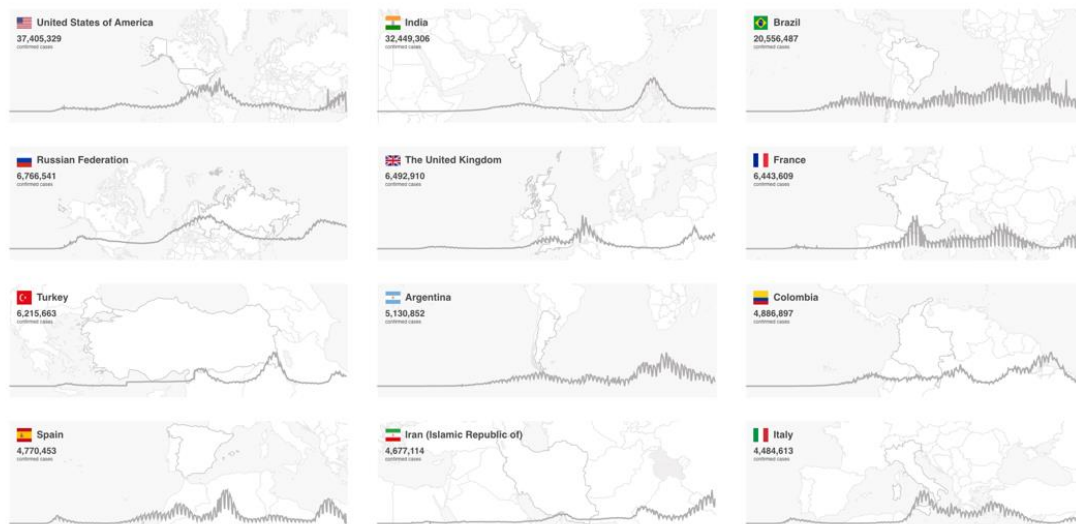
Americas	81,824,784
Europe	63,790,934
South-East Asia	40,584,666
Eastern Mediterranean	14,112,751
Western Pacific	5,918,234
Africa	5,497,902

Source: World Health Organization  
Data may be incomplete for the current day or week.



## Situação por país

### Situation by Country, Territory or Area



Source: World Health Organization  
WHO Health Emergency Dashboard | WHO (COVID-19) Homepage

## Organização Pan-americana da Saúde (OPS)

A OPS está ajudando diretamente o Haiti para equacionar e aliviar a sobrecarga do sistema de saúde e lançou um pedido de ajuda à comunidade internacional para enviar profissionais médicos, suprimentos, equipamentos e meios para o transporte de pacientes.

A Dra Etienne informou que “No total, 24 unidades de saúde sofreram danos, principalmente no primeiro nível de atendimento. Em Grand’Anse, três centros de saúde foram destruídos e dois danificados. Em Nippes, descobrimos que uma unidade de saúde foi destruída e quatro danificadas, e no Departamento de Sud, 14 unidades de saúde foram danificadas.”

“Nossa equipe está sendo enviada para os departamentos Grand’Anse e Nippes para apoiar o restabelecimento dos serviços de saúde em níveis departamentais”.

A Diretora também disse:

“Nossos corações estão com o povo do Haiti e tenham a certeza de que estamos fazendo todo o possível para ajudar os haitianos nestes tempos difíceis e duros”, continuou a diretora da OPAS. “Nossa prioridade é apoiar a operação dos serviços de saúde e ajudar a salvar a vida das pessoas”.

Sobre a Covid-19 ela informou que, semana passada, houve 1,4 milhão de casos de COVID-19 e quase 20 mil mortes pela doença nas Américas e acrescentou que na América do Sul, e embora a maioria dos países esteja enfrentando declínio dos casos, a variante Delta tem causado uma aceleração das infecções por COVID-19 na América do Norte. “No México, mais de dois terços dos estados foram considerados de risco ‘alto’ ou ‘crítico’, pois os hospitais estão lotados de pacientes com COVID-19”.

## **Conselho de Direitos Humanos da ONU e Movimentos Sociais que atuam no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

**Armando De Negri Filho**

No âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU, anunciamos a realização da sua 48ª Sessão, a realizar-se de 13 de setembro a 8 de outubro de 2021. A Agenda preliminar e os informes já publicados podem ser consultados no link [OHCHR | Session48 48th regular session of the Human Rights Council: Reports](#) . Nos ocuparemos com mais intensidade dos temas relacionados no informe de 01 de setembro. Por hora destacamos o informe do Relator Especial para o Direito para o Desenvolvimento, Dr. Alfarargi sobre o tema da Ação climática em nível nacional [A/HRC/48/56 - E - A/HRC/48/56 -Desktop \(undocs.org\)](#), onde destaca a necessidade de inserir o Direito ao Desenvolvimento nos processos de enfrentamento da crise ambiental e climática e aponta os caminhos de incidência no ODS 13.

O Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos realizou sua 26ª sessão de forma híbrida em Genebra, Suíça, de 16 a 20 de agosto. [ACNUDH | Human Rights Council Advisory Committee concludes its 26th session \(ohchr.org\)](#)

A Comissão decidiu submeter para a apreciação e aprovação do Conselho as seguintes propostas de pesquisa: Pandemias e direitos humanos: lições para o futuro; Proteção da liberdade acadêmica e livre fluxo de pesquisa: lições aprendidas com a pandemia; Tecnologias de proteção climática e; práticas de direitos humanos que afetam negativamente os direitos humanos dos migrantes. Além disso, o Comitê decidiu chamar a atenção do Conselho para os seguintes temas, sobre os quais alguns Estados-Membros e organizações não governamentais encorajaram o Comitê a focar seus estudos futuros e relatórios baseados em pesquisas: Novas e emergentes tecnologias digitais no domínio militar e direitos humanos; Direitos econômicos, sociais e culturais na agenda de jurisdição internacional; os direitos das pessoas idosas.

No âmbito do CDH cabe ainda destacar duas declarações dos relatores especiais e especialistas independentes. Uma relativa ao processo de aprovação de uma Lei em Gana que afetara' severamente os direitos da população LGBT em favor de uma moral familiar tradicional [ACNUDH | Ghana: Anti-LGBTI draft bill a "recipe for violence" – UN experts \(ohchr.org\)](#) e outra relativa aos efeitos das medidas coercitivas unilaterais dos EUA no tratamento de câncer da população venezuelana [ACNUDH | Venezuela: Salven la vida de los pacientes de cáncer en peligro por las sanciones de EE.UU. - expertos \(ohchr.org\)](#) .

No espaço da sociedade civil internacional, damos destaque a três trabalhos publicados pelo CADTM - Comitê para a Abolição das Dívidas Ilegítimas, os quais identificam a forma interessada (em seus próprios ganhos) do comportamento, em plena Crise Pandêmica, das Instituições Financeiras Internacionais: 1. Em torno à alocação dos Direitos Especiais de Giro, que sendo o maior na história do FMI, reproduz e aumenta as assimetrias de poder econômico entre países; 2- Sobre o sistema de trocas de dívidas, abordando o caso argentino, e as pressões para maior endividamento e perda de soberania; 3- A questão sobre - Quem deve a quem? Denunciando e analisando o sistema de endividamento e sua tradução em poder de controle de indivíduos e nações.

Como forma de avançar para um referencial de hegemonia alternativa no campo do Direito Internacional e seguindo a pista da produção acadêmica do TWAIL – Third World Approach on International Law, destacamos o livro editado por Susan Marks sobre as

contribuições da esquerda no Direito Internacional e expomos as ideias centrais do capítulo escrito por ela, particularmente o uso do conceito de “Exploração” e suas “mutualidades” para ir além dos afetados (iniquidades e vítimas) e perpetradores (responsabilidade pública dos estados) das violações dos direitos, com a intenção de identificar os beneficiados por elas (quem ganha com a persistente desigualdade na materialidade dos direitos humanos?). Segundo Marks este enfoque poderia dar outra potência ao Direito Internacional e me parece um enfoque que deveríamos apropriar em nossa análise da Saúde Global e da Diplomacia em Saúde em nossa incidência nos tratados que envolvam o Direito a Saúde em particular e aos Direitos em Geral. <https://www.cambridge.org/br/academic/subjects/law/jurisprudence/international-law-left-re-examining-marxist-legacies> .

Finalmente agregamos o anúncio de uma obra em torno ao trabalho digital “Os laboratórios do trabalho digital”, para vencer a distopia da sua exploração. <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/para-vencer-a-distopia-da-exploracaodigital/> tema de crescente importância também na saúde da população e no processo de trabalho assistencial.

Extratos de documentos mencionados, traduzidos ao português:

**1. Ação climática em nível nacional. Relatório do Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento.** [A/HRC/48/56 - E - A/HRC/48/56 -Desktop \(undocs.org\)](https://undocs.org/A/HRC/48/56-E)

Resumo O presente relatório, que é submetido ao Conselho de Direitos Humanos pelo Relator Especial sobre o Direito ao Desenvolvimento, Saad Alfaragi, nos termos das resoluções do Conselho 33/14 e 42/23, examina a ação climática a nível nacional na perspectiva do direito ao desenvolvimento, destaca boas práticas e revisa desafios para garantir a participação significativa dos detentores de direitos. O Relator Especial conclui seu relatório com recomendações sobre a integração do direito ao desenvolvimento à ação climática. B. Política e fundo normativo sobre a ação climática e o direito ao desenvolvimento 11. O artigo 1º da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento<sup>6</sup> afirma que: "O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável em virtude do qual toda pessoa humana e todos os povos têm o direito de participar, contribuir e desfrutar de pactos econômicos, sociais, culturais e (a) "O direito humano ao desenvolvimento também implica a plena realização dos povos à autodeterminação, o que inclui, sujeito às disposições pertinentes de ambos os Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos, o exercício de seu direito inalienável à soberania plena sobre todas as suas riquezas e recursos naturais" (art. 1); b Os benefícios do desenvolvimento devem ser distribuídos de forma justa (art. 2); c "Os Estados devem empreender, a nível nacional, todas as medidas necessárias para a realização do direito ao desenvolvimento e assegurar, entre outras coisas, igualdade de oportunidades para todos no seu acesso aos recursos básicos, educação, serviços de saúde, alimentação, moradia, emprego e distribuição justa de renda"; d "Medidas efetivas devem ser tomadas para garantir que as mulheres tenham um papel ativo no processo de desenvolvimento (art. 8)"; e (e) "Os Estados devem incentivar a participação popular em todas as esferas como fator importante no desenvolvimento e na plena realização de todos os direitos humanos" (art. 8). 12. Em sua formulação, a Agenda 2030 foi pautada pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, incluindo o pleno respeito ao direito internacional, fundamentado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e tratados internacionais de direitos humanos, e informado por outros instrumentos, como a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento. Os princípios fundamentais da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento foram reafirmados ao longo da Agenda 2030, assim como os princípios da



Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas (parágrafo 12).

Na Meta de Desenvolvimento Sustentável 13, os Estados-Membros comprometeram-se a tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos. 13. Várias metas estabelecidas para alcançar a Meta 13 são de particular relevância para o direito ao desenvolvimento: (a) Meta 13.1: Fortalecer a resiliência e a capacidade adaptativa para riscos climáticos e desastres naturais em todos os países; b Meta 13.2: Integrar medidas de mudança climática em políticas, estratégias e planejamento nacionais; (c) Meta 13.3: Melhorar a educação, a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre a mitigação das mudanças climáticas, adaptação, redução de impacto e alerta precoce; (d) Meta 13.b: Promover mecanismos para aumentar a capacidade de planejamento e gerenciamento eficazes das mudanças climáticas em países menos desenvolvidos e estados em desenvolvimento de pequenas ilhas, incluindo o foco em mulheres, jovens e comunidades locais e marginalizadas. É convicção do Relator Especial que nenhuma das metas acima pode ser efetivamente alcançada sem a participação informada e ativa das comunidades afetadas em todos os processos e em todos os níveis de tomada de decisão no que diz respeito à avaliação, planejamento, monitoramento e implementação da ação climática.

## **2. Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos conclui sua 26ª Sessão**

[ACNUDH | Human Rights Council Advisory Committee concludes its 26th session \(ohchr.org\).](#)

O Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos realizou sua 26ª sessão de forma híbrida em Genebra, Suíça, nesta semana, de 16 a 20 de agosto, com 12 de seus 18 membros participando pessoalmente. Durante a sessão, a Comissão realizou discussões sobre quatro relatórios submetidos às 47ª e 48ª sessões do Conselho de Direitos Humanos, a saber: Níveis atuais de representação das mulheres nos órgãos e mecanismos de direitos humanos: garantir o equilíbrio de gênero ([A/HRC/47/51](#)) Possíveis impactos, oportunidades e desafios de novas e emergentes tecnologias digitais no que diz respeito à promoção e proteção dos direitos humanos ([A/HRC/47/52](#)) Efeitos negativos do terrorismo sobre o gozo dos direitos humanos ([A/HRC/48/66\\*](#)) Caminhando para a igualdade racial: estudo do Comitê Consultivo sobre formas e meios adequados de avaliação da situação ([A/HRC/48/72\\*](#)) \*Versão Editada antecipada

Os quatro relatórios apresentados pelo Comitê Consultivo ao Conselho de Direitos Humanos em 2021 serão apresentados em um diálogo interativo na próxima sessão do Conselho de Direitos Humanos, de 13 de setembro a 8 de outubro de 2021. Durante sua 26ª sessão desta semana, o Comitê Consultivo também realizou discussões sobre novas propostas de pesquisa e trabalhos de reflexão a serem submetidos à apreciação do Conselho. Ao fazer isso, a Comissão observou a conclusão de seus trabalhos sobre todos os mandatos confiados a ele até agora pelo Conselho de Direitos Humanos, e a ausência de qualquer pedido do Conselho a partir de 2020 para que novos estudos sejam conduzidos ou conselhos baseados em pesquisa a serem fornecidos pelo Comitê. A Comissão decidiu submeter para a apreciação e aprovação do Conselho as seguintes propostas de pesquisa: Pandemias e direitos humanos: lições para o futuro; Proteção da liberdade acadêmica e livre fluxo de pesquisa: lições aprendidas com a pandemia; Tecnologias de proteção climática e; práticas de direitos humanos que afetam negativamente os direitos humanos dos migrantes. Além disso, o Comitê decidiu chamar a atenção do Conselho para os seguintes temas, sobre os quais alguns Estados-Membros e organizações não governamentais encorajaram o Comitê a focar seus estudos futuros e relatórios baseados em pesquisas: Novas e emergentes tecnologias digitais no domínio militar e direitos humanos; Direitos econômicos, sociais e culturais na agenda de jurisdição



internacional; os direitos das pessoas idosas. A 27ª sessão do Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos está marcada para acontecer no Palais des Nations, em Genebra, de 21 a 25 de fevereiro de 2022.

**Histórico:** O Comitê Consultivo é um corpo de 18 especialistas independentes que servem como um think-tank para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Foi instituído em 2008, nos termos da resolução 5/1 do Conselho de Direitos Humanos, para fornecer estudos e conselhos baseados em pesquisa, conforme solicitado pelo Conselho e se reúne duas vezes por ano. O trabalho da Comissão é orientado para a implementação e segue questões temáticas ligadas ao mandato do Conselho, ou seja, a promoção e proteção de todos os direitos humanos. Interage com Estados, instituições nacionais de direitos humanos, organizações não governamentais e outros órgãos da sociedade civil.

**Adesão:** A adesão ao Comitê Consultivo está em conformidade com as seguintes diretrizes de distribuição geográfica estabelecidas em sua resolução de estabelecimento: cinco membros cada um de Estados africanos e asiáticos; três cada um dos Estados latino-americanos e caribenhos, e da Europa Ocidental e outros Estados; e dois membros dos Estados do Leste Europeu. Segue-se a lista dos atuais membros do Comitê Consultivo e as datas de validade para seus respectivos mandatos: Ibrahim Abdulaziz Alsheddi (Arábia Saudita, 2021); Buhm-Suk Baek (República da Coreia, 2023); Nadia Amal Bernoussi (Marrocos, 2023); Lazhari Bouzid (Argélia, 2022); Alessio Bruni (Itália, 2021); Milena Costas Trascasas (Espanha, 2022); Iurii Alexandrovich Kolesnikov (Federação Russa, 2022); José Augusto Lindgren Alves (Brasil, 2021); Xinsheng Liu (China, 2022); Ajai Malhotra (Índia, 2023); Itsuko Nakai (Japão, 2022); Mona Omar (Egito, 2022); Javier Palummo (Uruguai, 2022); Elizabeth Salmón (Peru, 2023); Patrycja Sasnal (Polônia, 2023); Dheerujlall Seetulsingh (Maurício, 2023); e Catherine Van de Heyning (Bélgica, 2023).

### **3. Gana: Projeto de lei anti-LGBTI uma "receita para a violência" – Declaração dos Especialistas Independentes da ONU.**

[ACNUDH | Ghana: Anti-LGBTI draft bill a “recipe for violence” – UN experts \(ohchr.org\)](#). Genebra (12 de agosto de 2021) – Especialistas em direitos humanos da ONU\* exortaram o Governo de Gana a rejeitar uma proposta de projeto de lei de "valores familiares", dizendo que busca estabelecer um sistema de discriminação e violência patrocinado pelo Estado contra a comunidade LGBTI. A primeira leitura do projeto de lei ocorreu em 2 de agosto de 2021, e sua apreciação deverá ser retomada em outubro de 2021. "O projeto de lei argumenta que qualquer pessoa que se desvie de um padrão arbitrário de orientação sexual ou identidade de gênero deve ser imediatamente considerada perigosa, doente ou antissocial", disseram os especialistas. "Tais leis são um exemplo de discriminação." "O projeto de lei argumenta que qualquer pessoa que se desvie de um padrão arbitrário de orientação sexual ou identidade de gênero deve ser imediatamente considerada perigosa, doente ou antissocial", disseram os especialistas. "Tais leis são um exemplo de discriminação. "A lei proposta promove práticas profundamente prejudiciais que equivalem a maus-tratos e são propícias à tortura, como a chamada 'terapia de conversão' e outras violações hedênuas, como procedimentos médicos não forçados em crianças intersexuais e o chamado estupro corretivo para mulheres", acrescentaram.

Os especialistas independentes, indicados pelo Conselho de Direitos Humanos, apresentaram uma análise do projeto de lei ao Governo ganês, concluindo que a adoção da legislação em sua forma atual ou parcial equivaleria a uma violação de uma série de normas de direitos humanos, incluindo a proibição absoluta de tortura. Por exemplo, as tentativas de

impedir que os defensores dos direitos humanos se organizam para defender as pessoas LGBTI, e a proibição absoluta do debate público sobre orientação sexual e identidade de gênero, levanta sérias preocupações sobre os direitos à liberdade de opinião e expressão e à associação. Além disso, o projeto de lei em questão legitimaria essencialmente os casos acima de violência contra as mulheres LGBTI e reforçaria os estereótipos de gênero existentes e a discriminação contra as mulheres, que são tanto causa quanto consequência da violência contra mulheres e meninas.

"A consideração desta legislação é profundamente desconcertante em um país que tem sido considerado um defensor da democracia na África, com um impressionante registro de alcançar certos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio até 2015", disseram eles. Eles citaram preocupações específicas sobre as metas do ODM em saúde, educação, emprego, moradia e justiça de gênero. "O projeto de lei parece ser o resultado de um profundo ódio à comunidade LGBTI. Não só criminalizará as pessoas LGBTI, mas qualquer um que apoie seus direitos humanos, mostre simpatia por elas ou esteja associado remotamente a elas. "Dado que as pessoas LGBTI estão presentes em cada família e em todas as comunidades, não é muito difícil imaginar como, se fosse para ser aprovada, essa legislação poderia criar uma receita para conflitos e violência."

\*Os especialistas: Victor Madrigal-Borloz, Especialista Independente em proteção contra a violência e discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero; Reem Alsalem, Relator Especial sobre a violência contra a mulher, suas causas e consequências; Koumbou Boly Barry, Relator Especial sobre o direito à educação; Irene Khan; Relator Especial sobre a promoção e proteção do direito à liberdade de expressão; Mary Lawlor, Relatora Especial sobre a situação dos defensores dos direitos humanos; Nils Melzer, Relator Especial sobre Tortura e outros Tratamentos ou Punições Cruéis, Desumanos ou Degradantes; Tlaleng Mofokeng, Relator Especial sobre o direito de todos ao gozo do mais alto padrão de saúde física e mental; Elina Steinerte (Presidente-Relatora), Miriam Estrada-Castillo (Vice-presidente), Leigh Toomey, Mumba Malila, Priya Gopalan, Grupo de Trabalho sobre detenção arbitrária Clément Nyaletsossi Voule, Relatora Especial sobre Direitos à Liberdade de Reunião Pacífica e Associativa.

*Os Relatores Especiais, Especialistas Independentes e Grupos de Trabalho fazem parte do que é conhecido como Procedimentos Especiais do Conselho de Direitos Humanos. O Special Procedures, o maior órgão de especialistas independentes do sistema de Direitos Humanos da ONU, é o nome geral dos mecanismos independentes de apuração e monitoramento de fatos do Conselho que abordam situações específicas do país ou questões temáticas em todas as partes do mundo. Os especialistas dos Procedimentos Especiais trabalham voluntariamente; eles não são funcionários da ONU e não recebem um salário por seu trabalho. Eles são independentes de qualquer governo ou organização e servem em sua capacidade individual.*

**4. Venezuela: Salvem a vida de pacientes com câncer ameaçados por sanções dos EUA – especialistas.** [ACNUDH | Venezuela: Salven la vida de los pacientes de cáncer en peligro por las sanciones de EE.UU. - expertos \(ohchr.org\)](#)

GENEBRA (21 de julho de 2021) - Centenas de pacientes venezuelanos com câncer poderiam morrer por estarem presos à aplicação excessivamente rigorosa das sanções dos EUA contra a Venezuela e a empresa estatal de petróleo Petroleos de Venezuela (PDVSA), disseram hoje especialistas independentes do Conselho de Direitos Humanos. "As vidas de pacientes venezuelanos de transplante presos em países estrangeiros, bem como aqueles que esperam viajar para o exterior para operações que salvam vidas, estão sob ameaça", disseram os

especialistas. "Uma viagem ao exterior para tratamento tornou-se a única esperança para centenas de pacientes em estado crítico."

Segundo especialistas da área, "este assunto foi levado ao conhecimento do Governo dos Estados Unidos da América e de outros países e entidades". Eles também pediram a esses países e entidades "para mitigar as consequências não intencionais das sanções e restaurar o tratamento àqueles cujas vidas estão agora em perigo. Eles devem assumir total responsabilidade pelo efeito que suas ações têm sobre os direitos fundamentais à vida e à saúde de todas as pessoas no mundo." Países terceiros, grupos de países, bancos e empresas privadas têm sido excessivamente cautelosos nas negociações com a Venezuela porque temem violar involuntariamente as sanções dos EUA, disseram especialistas das Nações Unidas. Como resultado, nenhum dinheiro pode ser transferido para fora da Venezuela, e alguns pacientes ficaram bloqueados, na miséria, nos países em que foram para tratamento.

É um programa gerenciado pela Fundação Simon Bolívar, o braço de caridade da empresa americana Citgo Petroleum Corporation, que ajudou pacientes com câncer, incluindo muitas crianças, a viajar para o exterior para transplantes e outros tratamentos que salvam vidas. Centenas desses pacientes costumavam ser ligados a um programa nacional de transplante com o governo da Venezuela, mas seu tratamento foi interrompido quando os Estados Unidos negaram o controle da Citgo Petroleum Corporation ao governo venezuelano. "A mira na PDVSA como forma de controlar a agenda política da Venezuela teve consequências devastadoras para centenas de pessoas em tratamento para a rejeição de transplantes, tanto na Venezuela quanto no exterior", disseram os especialistas. "As pessoas na lista de espera do Estado para transplantes também foram informadas de que seus tratamentos não continuarão."

Há cerca de 190 pacientes com câncer na lista de espera para tratamento no exterior, e cerca de 14 crianças, incluindo três crianças pequenas, morreram entre 2017 e 2020 à espera de tratamento no âmbito do programa. Esses casos ilustram a necessidade de proteger plenamente os direitos humanos fundamentais, disseram os especialistas: "Os Estados têm a obrigação de respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos de cada pessoa afetada por ações internacionais diretas, incluindo aqueles fora de sua jurisdição ou controle efetivo, independentemente de sua intenção original".

"Embora o direito à saúde e o direito à vida sejam fundamentais para todos os indivíduos em todo o mundo, instamos todos os estados, bancos e empresas privadas a assumir total responsabilidade pelos efeitos de suas ações sobre os indivíduos e a remover sanções, risco zero e políticas de excesso de conformidade que afetam os direitos humanos fundamentais."

**5. O FMI e a distribuição dos Direitos Especiais de Giro** - DEGs. Julio C. Gambina - CADTM / Comitê para a Abolição das Dívidas Ilegítimas. 04 de agosto de 2021. <http://www.cadtm.org/FMI-y-asignaciones-de-DEGs>

Comentando a decisão do FMI, que destina US\$ 650 bilhões a serem distribuídos entre os países membros do organismo internacional, Kristalina Georgieva, sua chefe, diz: "Esta é uma decisão histórica: a maior distribuição de DEGs jamais feita pelo FMI e uma injeção de ânimo para a economia mundial em meio a uma crise sem precedentes". [1] Acrescenta que: "... ajudará os países membros mais vulneráveis que estão lutando contra as devastações da crise causada pela COVID-19."

Duas questões se destacam nas declarações do chefe do FMI. Uma delas refere-se à qualificação sobre a crise em curso, evidenciada no aumento da emissão de Direitos Especiais

de Giro, dobrando o estoque destinado à crise de 2008/9 e, o outro nos leva à afirmação de estar destinado ao auxílio dos "membros mais vulneráveis", quando a alocação de recursos opera com base nas cotas de cada país membro do Fundo. Pode-se ver que 7 países concentram 45,16% do total, assim, quase 300.000 milhões de dólares da emissão irão para fortalecer as reservas dos EUA, com 16,5% do pacote de cotas no FMI, China (6,15%), Japão (6,09%), Alemanha (5,32%), França (4,03%), Grã-Bretanha (4,03%) e Itália (3,02%).

A alocação de DEGs consolida a desigualdade entre os países de acordo com seu poder global acumulado. A distância entre os países capitalistas mais poderosos e os mais atrasados e dependentes é ampliada por essas decisões, embora se baseiem em argumentos a favor de atender aos requisitos dos países mais necessitados. Uma consideração, não menos importante, é que são fundos para aliviar a situação decorrente da crise de saúde e seu impacto econômico, no entanto, ao considerar casos como o da Argentina, com a maior dívida com o FMI, por 45.000 milhões de dólares (vencimentos até 2023 e em processo de negociação), sua cota permite uma alocação estimada de 4.350 milhões de dólares, que podem ser afetados para cancelar vencimentos que operam de setembro de 2021 até o final do ano por 3,822 milhões de dólares, incluindo vencimentos de 2022.

Os DEGs datam de 1969, são um ativo que complementa as reservas internacionais dos países membros do FMI e sua cotação expressou o acordo no final da Segunda Guerra Mundial, para a paridade entre o dólar americano e o ouro. Com a quebra desse acordo em 1971, dada a inconvertibilidade do dólar, declarada unilateralmente pelos EUA, a paridade das SDRs foi estabelecida em um conjunto de moedas, que após a crise global de 2007/09 se somou à moeda chinesa, de modo que as cotações das SDRs incluem uma cesta de 5 moedas de circulação mundial. Os SSRs expressam 41,73% em dólares americanos, 30,93% em euros, 10,92% em yuan chinês, 8,33% em iene japonês, 8,09% em libras esterlinas britânicas.

Como se pode observar, a emissão dos DEGs está associada a momentos de manifestação da crise global, no final dos anos 60, no início dos anos 80, em 2009 e agora diante da emergência agravada pelo Covid-19. A mais do que duplicação do estoque pré-existente de DEGs confirma o caráter de "crise sem precedentes" enunciado pelo chefe do FMI. No final dos anos 60, surgiu a crise de rentabilidade do capital que levou à ofensiva liberal do monetarismo ortodoxo que se espalhou do Cone Sul da América sob a violência das ditaduras, e que nos anos 80 instalou a Grã-Bretanha e os EUA, sob os governos de Thatcher e Reagan.

Portanto, as emissões de DEG são de 1969 e 1981. A crise de 2007-09 permite novos tempos de incerteza que o FMI está tentando conter, emitindo novos ativos externos que fortaleçam as ameaças de reserva dos países membros. Cada crise requer maior intervenção dos Estados-nação e organismos internacionais, no caso do FMI. O problema é a saída para a situação crítica, que gera um debate entre aqueles que justificam o aprofundamento da liberalização da economia mundial, e aqueles que apoiam algum nível de reformas geridas dos Estados, assustados com possíveis conflitos sociais, e até mesmo pelo impacto destrutivo do modelo produtivo sobre a Natureza.

Esse debate é tratado em conclave globais e até mesmo dentro dos próprios países na definição de políticas nacionais. A não solução dessa controvérsia adiciona incerteza à situação global, que está dividida entre a continuação ou superação da pandemia e seus efeitos sobre a economia, que parecem mais duradouros, do que a previsão para o início de 2020. É claro que, em ambos os casos, aprofundando a liberalização ou abordando reformas paliativas, a questão é resolvida se a dinâmica reprodutiva do investimento de capital operar, a qual vem sendo

desacelerada há décadas no sistema mundial, o que leva a questionar mais profundamente a lógica econômica da ordem capitalista, promovendo um debate que transcende a conjuntura crítica e envolve pensar em uma ordem socioeconômica que supera as relações monetárias mercantes que dominam as relações sociais contemporâneas da produção. É uma questão pouco estabelecida no debate global.

6. **"Quem deve a quem? Ensaio transnacionais de desobediência financeira"**. Coletivo, Silvia Federici, Verónica Gago, Luci Cavallero. 22 de julho de 2021.

<http://www.cadtm.org/Quien-le-debe-a-Quien-Ensayos-transnacionales-de-desobediencia-financiera>

Compartilhamos a introdução do livro "Quem Deve a Quem? Ensaio transnacionais de desobediência financeira", que compila artigos de diferentes partes do mundo para dar conta de um histórico de movimentos contra a dívida da qual a ATTAC CADTM Marrocos participou. Um arquivo prático de não pagamento de uma dívida ilegítima. É preciso dizer que "Basta! À servidão involuntária a que o capital financeiro submete. A obrigação da dívida, o mandato que significa que não temos escolha a não ser ficar endividado para viver, mostra que a dívida funciona como um instrumento coletivo. Isso nos leva ao trabalho. Isso nos força a trabalhar mais. Isso nos leva a ter que vender nosso tempo e esforço no futuro. Tem a utopia que pagamos até a morte. Dívidas para toda a vida. Funciona como uma obrigação, graças ao sentimento de culpa que nos fala de nossa responsabilidade como devedores, do nosso fracasso como empreendedores, de nossos fardos como cuidadores, de nossas demandas diante da falta de serviços públicos. Há um histórico de movimentos contra a dívida. Há um arquivo prático de não pagamento. Declaramos a dívida ilegítima. Começamos então com uma pergunta política: quem

**Livro disponível no link:** [https://violencia-economica.rosalux-ba.org/quien-le-debe-a-quien-ensayos-transnacionales-de-desobediencia-financiera/#dearflip-df\\_1051/7/](https://violencia-economica.rosalux-ba.org/quien-le-debe-a-quien-ensayos-transnacionales-de-desobediencia-financiera/#dearflip-df_1051/7/)

Introdução. Silvia Federici, Veronica Gago, Luci Cavallero. A pandemia acelerou a crise planetária. A ameaça à vida está se expandindo, evidenciando políticas destrutivas que vêm acontecendo há muitos anos. No entanto, gostaríamos de salientar que hoje é a dívida que é o verdadeiro flagelo que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, e especialmente mulheres, lésbicas, travestis e travestis. A dívida expressa um momento de grande concentração de capital e seu salto para frente. Mesmo na pandemia, em meio à suspensão da maioria das atividades, o capital financeiro não parou. O endividamento das famílias, que já foi observado nos últimos anos, diversificou-se e aumentou diante da emergência do Covid-19, como dívidas "não bancárias" para alimentos, medicamentos, aluguel e eletricidade, água, gás e acesso aos serviços de conectividade cresceram a um ritmo acelerado, que é ainda mais forte nas famílias de pais solteiros, com mulheres a cargo de crianças, tornando a dívida outra forma de intensificação das desigualdades de gênero.

O capitalismo hoje busca, como tem sido desde sua criação, produzir novas cercas sobre alimentos e saúde; e empresas como a Amazon estão dispostas a fechar a cerca, atacando os circuitos de distribuição, logística e dados. Acrescenta-se a máquina financeira em terra e habitação: o aumento do custo dos aluguéis vai em paralelo com uma valorização urbana impulsionada pela dinâmica de condução graças à especulação imobiliária. Não só o custo de um aluguel se torna equivalente a um salário (se você o tem), mas com a pandemia, assumir dívidas para pagar aluguel tornou-se uma forma de "resgate" para evitar momentaneamente os despejos.

## 7. Argentina: A troca de dívidas e os incorrigíveis. Darío Balvidares. 19 de agosto de 2021.

<http://www.cadtm.org/El-canje-de-deuda-y-los-incorregibles>

Mais uma vez, a figura da troca de dívidas aparece em cena como um "remédio" para facilitar a possibilidade de não entrar no que eles chamam de "inadimplência ou default". Mas o remédio, que já testamos, não tem apenas "reações adversas", mas "efeitos colaterais". Sabemos que a dívida externa é um mecanismo de desapropriação e instrumento de dominação, não só econômico, mas também cultural; porque, ao submeter culturalmente, é mais fácil articular todo o processo de desapropriação. O governo nacional decidiu fazer um reconhecimento autista da dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI), mesmo contra seus próprios ditados de campanha sobre o não pagamento e a revisão de uma dívida completamente espúria. Também reconhece a fraude de 44 bilhões de dólares tomada pelo governo de Mauricio Macri e escapou, em um claro acordo com a mesma entidade internacional cúmplice de ter violado seus próprios estatutos e ter entregue os dólares para o uso discricionário do grupo governante (2015-2019).

O exercício daqueles que alternam o poder político no país já é bem conhecido, alguns assumem dívidas, os outros pagam, muitos aumentam suas fortunas já imensuráveis e milhões entram na pobreza, ou seja, enfrentam as consequências dessas dívidas, com os pacotes políticos de ajustes fiscais que incluem os "empréstimos". Vale lembrar que o presidente Alberto Fernández, em abril deste ano, já havia anunciado no âmbito da Cúpula dos Líderes sobre o Clima a necessidade desse tipo de operações, pagamentos por serviços ecossistêmicos e trocas de dívidas por ação climática. Um discurso ecológico que está longe da predação histórica causada pelo conjunto de políticas de caráter extrativista, hidrocarbonetos, fracking, megaminagem e nessa linha as embalagens transgênicas com seus agrotóxicos, em escala crescente desde a década de 90 do século passado, incluindo a terceirização do Rio Paraná com a empresa Hidrovía SA.

Em sua apresentação, ele também propõe um novo projeto de lei sobre orçamentos mínimos para proteção ambiental de florestas nativas, sendo que em 2007 foi aprovada a Lei 26.331, o que foi adiado (devido à pressão empresarial) foi sua regulamentação que foi feita em 2009. O que chamamos de Lei Florestal, que na prática é sistematicamente violada com o desmatamento que não diminuiu mesmo durante a pandemia. Por que outra lei florestal? Não é suficiente para o atual ser cumprido?

Alguns meses depois, em 11 de julho, o ministro da Economia, Martín Guzmán, discursou na cidade de Veneza na Conferência Internacional sobre Mudanças Climáticas e destacou "a importância da transformação produtiva para a sustentabilidade ambiental e para a estabilidade do equilíbrio de pagamentos dos países". O Ministro Guzman está falando sobre uma mudança no modelo de produção? É óbvio que não. A natureza a serviço da macroeconomia é um excelente negócio para grandes grupos econômicos/financeiros, como é o caso dos swaps de dívida em moeda (lembra-se das fraudes do 'Mega-Swap' e do 'Blindagem' ou muito mais aqui com o 'Leliq' e o 'Lebac') onde os únicos vencedores foram e ainda são os bancos e os chamados "fundos abutres".

Em 22 de julho, o ministro do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Juan Cabandié, solicitou na Cúpula do G20, que seja realizada em Nápoles, Itália, "uma troca de dívida por ação ambiental e climática", explicou o ministro aos membros do fórum que sua proposta "consiste em países para desenvolver planos de mitigação e adaptação fortes e ambiciosos, de

acordo com suas condições e circunstâncias nacionais, e que uma parte da dívida seja direcionada para sua efetiva implementação.

"Nada é novo, nem são ocorrências inovadoras, todos esses programas sobre pagamentos de dívidas estão nos "manuais" das agências multilaterais de crédito. Nem o FMI é outro FMI, nem o Banco Mundial, nem o BID, são as mesmas organizações neoliberais que aplicam suas receitas que só beneficiam seus parceiros majoritários e grupos empresariais que, em casos de trocas de dívidas, se escondem atrás de fundações. O ministro propôs ao FMI que uma parte dos 17.000 milhões de dólares do prazo de 2022 seja destinada à construção de fazendas eólicas ou solares no país. O que pareceria uma excelente notícia, mas não nesse contexto, porque além do dinheiro que sai do Tesouro Nacional para a construção, não é o Estado que vai administrar a obra, nem vai administrá-la mais tarde.

Usar os mesmos mecanismos (programas) de sujeição é equivalente ao famoso ditado atribuído a Albert Einstein, que em tradução livre diz: apenas um finge ter resultados diferentes aplicando a mesma metodologia. Um pouco de história O texto a seguir é um fragmento do chamado Relatório Kissinger que não perdeu sua validade e que é de aplicação total em nossos "países menos desenvolvidos" (LDCs) como o autor nos designa nesse documento: "É vital que o esforço para desenvolver e fortalecer um maior compromisso por parte dos líderes das LDCs não sejam percebidos por eles como políticas de um país industrializado para mantê-los subsumidos ou para que os recursos sejam utilizados por "países ricos". O desenvolvimento dessa percepção pode gerar uma reação fortemente adversa à estabilidade da população. Portanto, os Estados Unidos e outros países "ricos" devem ter cuidado nas políticas que aplicarão para que as LDCs as aceitem ...

O próprio documento estabelece as estratégias e alerta para os mecanismos de como as organizações internacionais que atuam na implementação de programas de acordo com organizações da sociedade civil (OCS), por meio de fundações privadas e ONGs (em muitos casos negócios) que suplantam o Estado. Ou seja, é uma forma de terceirização das obrigações que o Estado tem sobre o público, de onde se afasta. Vivenciamos isso na educação com a abordagem do setor privado por meio de fundações e dos processos de aumento da endoprivatização por meio de convênios firmados pelos ministérios nacionais e provinciais da educação para formação de professores, gestores ou na distribuição de bolsas estudantis. Um efeito da "troca de dívida por educação" feita por Daniel Filmus durante seu mandato como ministro da Educação durante a presidência de Néstor Kirchner (2003-2007), foi a entrada do "cartão universitário" do grupo Santander com o qual recebem os docentes universitários.

Em 1993, foi concluído um acordo intitulado Fundo para as Américas "assinado entre os governos da República Argentina e dos Estados Unidos, no âmbito da 'Iniciativa Empresarial para as Américas'. Este acordo estabelece que os juros sobre determinadas dívidas contratadas pela República Argentina com os Estados Unidos, sejam perdoados e reinvestidos no país por meio de créditos não reembolsáveis concedidos a organizações não governamentais sem fins lucrativos (ONGs) que desenvolvem projetos relacionados aos objetivos do fundo" (Relatório, Alternativas para a conversão de dívida por programas sociais, elaborado pela Coordenação Geral de Estudos de Custos do Sistema Educacional em setembro de 2003). O acordo envolvia o pagamento de um valor de US \$ 3.000.000 de forma decrescente até 2007. A missão deste Fundo era: "A preservação, conservação, proteção e gestão sustentável dos recursos naturais do país, incentivando assim a sobrevivência e o desenvolvimento das crianças". O Fundo também cria um comitê para a realização do programa, que, naturalmente, se torna despesa operacional. A comissão determinou as áreas de interesse, que eram: Solos e seu potencial



agronômico. Recursos energéticos e desenvolvimento de energias alternativas. Poluição do ar. Diversidade Biológica. Recursos hídricos.

A verdade é que, em 2003, o Acordo é aprovado com o Decreto 159/2003, que em um de seus recitais afirma: "Que a Comissão Administrativa será constituída por NOVE (9) membros: UM (1) representante designado pelo Governo dos Estados Unidos da América, UM (1) representante nomeado pelo Governo da REPÚBLICA ARGENTINA, SETE (7) representantes de uma ampla gama de associações civis argentinas sem fins lucrativos dedicadas ao desenvolvimento ambiental e ao desenvolvimento comunitário local, incluindo aquelas dedicadas à sobrevivência e desenvolvimento das crianças ...".

Como podemos ver, a história nos mostra como, além de não sair da dívida, o "swap" é uma das estratégias mais eficazes para a apropriação de recursos, também é importante ver os resultados de colocar as "áreas de interesse" do Acordo: os avanços desenfreados da megaminagem a céu aberto com o uso de cianeto e mercúrio, que incluem a apropriação de recursos energéticos, além de sua privatização; o crescimento em larga escala do agronegócio com o uso de agrotóxicos e o desmatamento de florestas nativas que causam a desertificação dos territórios, um dos fatores mais prementes nas mudanças climáticas; fracking e suas técnicas que operam com coquetéis químicos na rocha causando todos os sismos que vêm acontecendo em Vaca Muerta. Apenas alguns exemplos dos efeitos de um Acordo que propôs como missão a preservação, conservação, proteção e gestão sustentável dos recursos naturais do país...

Mais um conceito para encerrar o artigo é o que Guillermo Ortega (2008) nos adverte em seu relatório: "A troca de dívidas serve como instrumento para as corporações financeiras recuperarem seu dinheiro emprestado e continuarem a garantir ao país devedor que continue solicitando empréstimos. A modalidade depende dos atores envolvidos no processo de troca. Por exemplo, uma ONG no país credor (EUA, Suíça, Alemanha) apresenta um projeto ambiental a um credor, que decide vender a dívida com a condição de que o país devedor (Paraguai, Argentina, Costa Rica ou Indonésia) deposite o valor acordado da dívida em um fundo para a implementação de projetos de conservação e/ou desenvolvimento; em outros casos, a instituição adquire títulos de dívida no mercado secundário e depois os resgata no banco oficial a preço nominal para implementar o projeto" (N de R: Mercado secundário de dívida: mercado informal onde se negocia a redução da dívida comercial dos países pobres).

O reconhecimento da dívida ilegal, ilegítima e odiosa produz reações adversas e efeitos colaterais que já conhecemos e sofremos de toda a população. Com a continuação das políticas neoliberais, nada permanecerá para o futuro de nossas infâncias atuais. Buscar a "transformação produtiva", não é com as "receitas" do mesmo como sempre, pois a transformação que precisamos é da matriz produtiva, uma mudança de modelo que socializa a produção de uma perspectiva ecológica, mas não nas mãos de quem vai nos vender o vento e o sol. Embora seus anúncios ressoem como águas dançantes, são apenas variações da mesma coisa, diria Einstein.

**8. Livro: Direito Internacional à Esquerda.** Editora Susan Marks. 2008.

<https://www.cambridge.org/br/academic/subjects/law/jurisprudence/international-law-left-re-examining-marxist-legacies>

Contra as expectativas de que a derrota do socialismo estatal iniciaria uma reviravolta no pensamento marxista, nos últimos anos houve um ressurgimento do interesse pelo marxismo e sua reavaliação por uma nova geração de teóricos. Este livro busca esse interesse com



referência específica ao direito internacional. Apresenta uma exploração sustentada e inovadora da pertinência de ideias marxistas, conceitos e práticas analíticas para inquérito jurídico internacional de uma gama de ângulos. Os ensaios consideram a relação entre o marxismo e as abordagens críticas ao direito internacional, o legado da teoria jurídica internacional soviética, a influência do marxismo para a análise do direito comercial internacional e dos direitos humanos, e o significado para a investigação jurídica internacional de conceitos marxistas como a mercadoria, a práxis e a exploração. Susan Marks é Professora de Direito Internacional Público na Faculdade de Direito do King's College London.

Exploração como conceito jurídico internacional. Artigo de Susan Marks.

Em comentários críticos sobre a missão Truth and Reconciliation da África do Sul, Mahmood Mamdani avançou um argumento que ficou conhecido como a "tese do beneficiário". Em jogo estava a questão de quem o processo de verdade e reconciliação deveria envolver. O trabalho da Comissão baseou-se na ideia de que "a chave para a injustiça do apartheid [era] a relação entre agressores e vítimas". Segundo Mamdani, no entanto, a relação crucial deveria sim ter sido aquela entre aqueles que se beneficiaram e aqueles que sofreram com o próprio sistema. Para os autores, os agressores eram um grupo relativamente pequeno, quando comparado com os muitos beneficiados pelo apartheid, assim como as vítimas dos agressores quando comparadas com a grande maioria da população vitimada pelas indignidades, dificuldades e opressões do sistema diariamente. "Até que ponto", perguntou Mamdani, "um processo que ignora as aspirações da grande maioria das vítimas corre o risco de transformar decepção em frustração e indignação... 2 Como o apartheid era fundamentalmente um "programa de redistribuição maciça", a justiça pós-apartheid tinha que ser "justiça social", justiça sistêmica' e, conseqüentemente, o que foi chamado foi a mudança sistêmica...

3. Conclusão. Deixe-me recapitular brevemente antes de concluir. Comecei observando que o problema da exploração não se observava em grande parte no direito internacional. Na medida em que este problema é comentado, tenho argumentado que as discussões jurídicas internacionais fazem pouca justiça ao conceito muito mais rico explicado por Marx e analistas posteriores. Eu sugeri que isso pode ter algo a ver com o que eu chamei de ideologia da mutualidade, na medida em que tende a obscurecer até que ponto os aprimoramentos das chances de vida de alguns estão ligados a limitações das chances de vida dos outros. O impulso da minha análise é que o direito internacional precisa desenvolver um novo tipo de engajamento com o problema da exploração. Ao encerrar este capítulo, vou delinear em um momento alguns aspectos possíveis disso. Mas primeiro, a pergunta surge, isso poderia ocorrer? Em um ponto de vista, o direito internacional está envolto em um nível estrutural fundamental com as lógicas exploratórias do capitalismo de uma forma que remove todo potencial emancipador. O que, então, implicaria esse novo engajamento com o problema da exploração? Colocaria no centro do direito internacional a questão dos beneficiários. O direito internacional tem estado há muito preocupado com as vítimas – vítimas de abuso de direitos humanos, vítimas de discriminação, vítimas de crimes de guerra. Nos últimos anos, com a evolução do direito penal internacional, também se preocupou muito com os autores. Mas, como Mahmood Mamdani observa em comentários lembrados no início deste capítulo, além das vítimas e perpetradores também há beneficiários. Não devemos ser simplistas quanto a isso. Se os agressores são muitas vezes também em algum sentido vítimas (não menos importante, como no caso do apartheid, vítimas de uma cultura brutalista, militarista, hipermasculina), e se as vítimas estão aptas a se tornarem perpetradores (como o próprio Mamdani mostrou em trabalhos posteriores em Ruanda), também beneficiários podem ser beneficiados em alguns contextos, enquanto são

desfavorecidos em outros. A categoria de "beneficiário" refere-se menos a um determinado grupo de pessoas do que a uma faceta particular da experiência humana. Colocar a questão dessa faceta de experiência no centro do direito internacional é avançar para as questões da agenda jurídica internacional que incluem, mas também vão muito além, daquelas atualmente subsumidas sob o tema da exploração. Ao mesmo tempo, um engajamento mais adequado com o problema da exploração também traria à tona as conexões entre essas questões e orientaria o direito internacional a uma visão do mundo como uma totalidade estruturada.

Obviamente, a exploração é apenas um dos muitos conceitos críticos que podem ser implantados para lançar luz sobre a distribuição assimétrica de vantagem dentro dos países e em todo o mundo. A exclusão social e os direitos humanos são dois conceitos alternativos que têm uma moeda específica hoje. A exclusão social é útil ao apontar para as formas que a privação pode tomar – sua fenomenologia e pelo menos alguns aspectos de sua sociologia. Mas, como Boltanski e Chiapello observam, já que ninguém parece lucrar com a exclusão social, ninguém pode ser considerado responsável... a menos que por negligência ou erro'; o foco é aliviar o infortúnio pessoal. Os direitos humanos estabelecem a responsabilidade: o Estado tem a obrigação de respeitar e garantir os direitos. Mas as obrigações do Estado estão em grande parte esgotadas por medidas regulatórias. Uma vez que, mais uma vez, ninguém parece lucrar, nenhuma necessidade parece surgir para mudanças sistêmicas; o foco é remediar má conduta oficial ou inadvertência. O que é distinto sobre o conceito de exploração é que ele reespecifica a privação, não apenas como uma questão de infortúnio pessoal, e não apenas como uma instância de má conduta oficial ou inadvertida, mas como um problema relacional, redistributivo e, em última instância, sistêmico, com soluções necessariamente sistêmicas. Claro, simplesmente compreender a exploração pode ser difícil. Este é especialmente o caso em nosso próprio tempo, quando o que está em questão é tão frequentemente, e talvez em maior grau do que nunca, menos uma questão de relações cara a cara do que de longas e complexas cadeias de interação.

A exploração hoje envolve frequentemente pessoas em locais distantes, agindo na ignorância uns dos outros e através de muitos intermediários. Como é "relacionar a atividade de um traficante em uma sala de comércio em Londres à pobreza de crianças de rua na favela de uma cidade africana"? Boltanski e Chiapello chamam a atenção aqui para a dificuldade, mas, ao fazê-lo, exemplificam sua evasão: o traficante está em Londres, enquanto as crianças de rua estão em algum lugar na 'África'. Finalmente, então, um tipo mais adequado de engajamento com o problema da exploração apontaria a enormidade e a complexidade, mas também a especificidade irreduzível dessa faceta da vida contemporânea.

**9. Os laboratórios do trabalho digital – para vencer a distopia da exploração digital.** Rafael Grohmann. Ed. Boitempo. Outras Palavras. 23.08.2021.

<https://outraspalavras.net/trabalho-preariado/para-vencer-a-distopia-da-exploracao-digital/>

Livro provocador investiga o capitalismo de plataformas, por meio do qual sistema busca sobrevivida. Os riscos de trabalho brutalmente precário, alienante e vigiado. Na busca de novas formas de luta social, o papel da imaginação e ousadia política.

A pandemia do novo coronavírus acelerou e intensificou o processo de plataformização do trabalho, que tende a se generalizar para todas as áreas. Trabalho remoto, ensino à distância, *live* se trabalho por aplicativos são sintomas da crescente dependência de infraestruturas digitais – geralmente alimentadas por dados e automatizadas por algoritmos – para a realização de atividades laborativas. Essa é a definição de plataformização do trabalho.

Entregadores, professores, jornalistas, profissionais que alimentam dados para a inteligência artificial (IA): seja de casa ou das ruas, os trabalhadores enfrentam um verdadeiro laboratório da luta de classes em seus novos-velhos experimentos.

Conceber o trabalho em plataformas como laboratório da luta de classes é compreender que tanto as novas formas de controle e gerenciamento por parte do capital quanto as possibilidades de construção de alternativas por parte da classe-que-vive-do-trabalho não estão dadas. Por um lado, mecanismos como gestão algorítmica, gamificação, dataficação e vigilância são experiências do capital rumo à intensificação do trabalho e ao controle da classe trabalhadora. Por outro, os trabalhadores também fazem experimentações e prefigurações em torno de novas formas de organização, reapropriações de tecnologias digitais em benefício próprio, pressão por condições decentes de trabalho e construção de plataformas alternativas, cooperativas e autogestionadas.

Esse laboratório não nasceu agora. A plataformização é, ao mesmo tempo, materialização e consequência de um processo histórico que mistura capitalismo rentista, ideologia do Vale do Silício, extração contínua de dados e gestão neoliberal. Uma das bases está na crescente responsabilização individual dos trabalhadores por tudo o que envolve o trabalho, circunstância que Wendy Brown<sup>1</sup> chama de “cidadania sacrificial”. Assim, os trabalhadores são obrigados a fazer a gestão das próprias sobrevivências com toda a sorte de vulnerabilidades, tendo de escutar que isso é um “privilégio”. Já os dados e metadados transformados em capital, somados à convergência de capital, auxiliam a dar forma às distintas possibilidades de extração do valor das plataformas, dependentes das mais variadas configurações de trabalho vivo. Isso significa que não basta olhar somente para as plataformas em si para compreender o trabalho plataformizado, mas é preciso olhar também para as inter-relações entre financeirização, neoliberalismo e dataficação, por exemplo. Não se trata de refeudalização ou protoforma. O capitalismo de plataforma é a própria expressão de seu desenvolvimento a partir dessas combinações.

## **G77, MNA e Cooperação Sul-Sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

**Regina Ungerer**

### **Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)**

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

Existem algumas definições de Cooperação Sul-Sul, mas o UNOSSC a define como uma troca de conhecimentos e recursos político, econômico, social, cultural, ambiental ou técnico entre países em desenvolvimento. Pode ocorrer em uma base bilateral, regional, sub-regional ou inter-regional e pode envolver dois ou mais países em desenvolvimento.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

Não houve destaque esta semana

### **Grupo do G-77**

O Grupo dos 77 (G-77) foi criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento. Atualmente o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O Grupo dos 77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas.

Sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e assim aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 se tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. É importante ressaltar que a China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)<sup>4</sup>, Nairóbi (UNEP)<sup>5</sup>, Paris (UNESCO)<sup>6</sup>, Roma (FAO/IFAD)<sup>7</sup>, Viena (UNIDO)<sup>8</sup> e o Grupo dos 24 (G-24) em Washington, DC (FMI e Banco Mundial).

---

<sup>4</sup> UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

<sup>5</sup> UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

<sup>6</sup> UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

<sup>7</sup> FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

<sup>8</sup> UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

O Grupo Intergovernamental dos Vinte e Quatro para Assuntos Monetários Internacionais e Desenvolvimento (G-24) coordena a posição dos países em desenvolvimento sobre assuntos monetários e de desenvolvimento nas deliberações e decisões das Instituições de Bretton Woods (BWI). Em particular, o G-24 concentra-se nas questões das agendas do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (IMFC) e do Comitê de Desenvolvimento (CD), bem como em outros fóruns internacionais relevantes. O Brasil faz parte do G-24.

A República da Guiné assumiu a presidência do G-77 em janeiro de 2021, por um período de um ano.

### **Como não houve participações do G-77 e da China neste período, vamos explicar a criação do Capítulo de Viena do G-77**



O Capítulo de Viena do G-77 foi inaugurado em 19 de maio de 1998, 34 anos depois da criação do G-77, pelo então Diretor-Geral da UNIDO, Sr. Carlos Magariños, e a Embaixadora Sra. Nozipho Mxakato-Diseko, Representante Permanente da África do Sul, à época, na presença do antigo Secretário Geral da ONU, Kofi Annan.

O foco principal do Capítulo de Viena do G-77, que é financeiramente apoiado pela UNIDO é a promoção de atividades de cooperação técnica e cooperação internacional.

O Oficial de Ligação coordena o trabalho do Grupo em Viena em todas as organizações da ONU baseadas em Viena, a saber:

Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial - UNIDO,  
Agência Internacional de Energia Atômica – IAEA,  
Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC,  
Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior - UNOOSA,  
Comissão das Nações Unidas sobre Direito Comercial Internacional - UNCITRAL e  
Organização do Tratado de Proibição de Testes Nucleares - CTBTO).

O Oficial de Ligação é também o ponto focal para os outros capítulos do G-77. O capítulo de Viena realiza uma média de 150 reuniões por ano. Pode-se ver todas as declarações, posições e atividades do Capítulo de Viena em seu [site](#).

O escritório do Capítulo de Viena do G-77 fornece serviços de apoio para a preparação de reuniões para as organizações da ONU baseadas no Centro Internacional de Viena (UNIDA, IAEA, Escritório das Nações Unidas em Viena (UNOV) e o CTBTO.

Serve também como a memória institucional do G-77 e da China para os membros do Grupo, mantendo documentos e atas de reuniões (regularmente preparadas pelo escritório) e outras informações relevantes, para serem consultados pelos Estados membros. Este serviço é de particular relevância para missões credenciadas da ONU localizadas em outras capitais.

Atualmente, Sua Excelência, o Embaixador da Costa Rica, Sr Alejandro Solano Ortiz, Representante permanente da Costa Rica na Áustria é o Presidente do Capítulo de Viena do G-77 para o ano de 2021.

### **Movimento dos Não Alinhados**

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Atualmente, também existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2019 a 2022, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão. O Presidente da República do Azerbaijão, Mr. Ilham Aliyev é também o Presidente do Movimento dos Não Alinhados. A Delegação do Azerbaijão junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Em julho de 2021, ficou acordado que a República do Azerbaijão continuará na presidência do MNA até 2023 quando então a República de Uganda assumirá a presidência do MNA.

Destaque do MNA durante a 47ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU durante o Painel de discussão temático e anual sobre cooperação técnica para promover o direito à educação e garantir educação de qualidade inclusiva e equitativa e aprendizagem ao longo da vida para todos. Dia 12 de julho de 2021

Declaração feita pela Sra. Marziyya Vakilova-Mardaliyeva, Primeira Secretária da Missão Permanente da República do Azerbaijão junto ao Escritório da ONU e outras Organizações Internacionais em Genebra, em nome do Movimento dos Não-Alinhados.

O MNA expressou sua profunda preocupação com o fato de que 258 milhões de crianças e jovens permanecem fora da escola e 773 milhões de adultos continuam analfabetos. Um número significativo dos quais são pessoas com deficiência, especialmente no mundo em desenvolvimento.

Neste sentido, a pandemia do COVID-19 contribuiu para a interrupção dos sistemas educacionais, impactando desproporcionalmente os mais vulneráveis, exacerbando as disparidades pré-existentes na educação.

Destacaram ainda que a divisão digital desproporcional, no acesso às ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, afeta negativamente o direito à educação. Reafirmaram a importância de garantir o acesso universal, inclusivo e não discriminatório à informação e ao conhecimento, especialmente o uso das TIC e apoiaram os esforços nacionais dos países em desenvolvimento visando construir, melhorar e fortalecer suas capacidades de uso das TIC, a fim de transformar a exclusão digital em oportunidades digitais.

Sem progresso acelerado em direção à educação para todos, as metas acordadas nacional e internacionalmente para a redução da pobreza seriam perdidas e as desigualdades entre países e sociedades serão ampliadas. O aumento da cooperação internacional com o objetivo de fortalecer a capacidade dos Estados será essencial para a promoção e proteção eficaz dos direitos humanos e a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, incluindo o ODS 4.

## O G20 na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Paulo Esteves, Pedro Burger e Julia Abbud

### Itália propõe ao G20 organizar uma cúpula sobre o Afeganistão

A Itália, presidente de turno do grupo de países mais ricos, o G20, propôs organizar "uma cúpula" dedicada à crise no Afeganistão, anunciou nesta terça-feira (24) o chanceler italiano Luigi Di Maio. "Estamos trabalhando a hipótese de uma cúpula ad hoc sobre o Afeganistão, com o objetivo de promover um debate profundo", disse Di Maio ao Parlamento e à margem da reunião virtual do G7. "Teremos que buscar alianças e envolver todos os atores, principalmente os da região (...), além de China e Rússia", destacou o ministro italiano.

O Afeganistão caiu nas mãos do Talibã após uma ofensiva meteórica, inclusive antes de expirar o prazo estabelecido pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, para a retirada das últimas tropas americanas, em 31 de agosto. Essa vitória relâmpago provocou uma grave crise, o que dificultou a retirada de diplomatas, soldados e colaboradores afegãos. O prazo de 31 de agosto "não é suficiente" para retirar do país "todos os que quiserem sair", alertou o chanceler alemão Heiko Maas nesta terça-feira.

Nesse contexto, a "Itália decidiu tomar a iniciativa para conseguir uma coordenação, no marco do G20, que permita monitorar a situação de forma mais eficaz", explicou Di Maio. "O G20 pode ser uma plataforma multilateral importante para a gestão responsável e coordenada dos desafios globais", afirmou o chanceler.

<https://br.noticias.yahoo.com/it%C3%A1lia-prop%C3%B5e-ao-g20-organizar-161542109.html>

### Empoderamento feminino

Foi feito anúncio do evento sobre empoderamento feminino em 26 de agosto de 2021. As pautas apresentadas são a inclusão de mulheres em trabalhos de maior qualidade, assim como em carreiras de tecnologia, políticas públicas com foco em trabalhar habilidades de mulheres, como oferecer melhores chances para mulheres encontrarem equilíbrio entre vida pessoal e trabalho, assim como propiciar a entrada do mercado de mulheres vítimas de violência de gênero.

Disponível em: <https://www.g20.org/on-26-august-santa-margherita-ligure-will-host-the-first-g20-conference-dedicated-to-womens-empowerment.html>

A Conferência permitirá que os participantes troquem opiniões e compartilhem as melhores práticas sobre como promover o empoderamento das mulheres e promover a igualdade de gênero. Também considerará os resultados relacionados ao gênero de outros fluxos de trabalho do G20, do grupo de engajamento Women20 e da aliança G20 Empower – cujo objetivo é promover a liderança feminina no setor privado. Os resultados da discussão serão coletados pela Presidência italiana e trazidos ao conhecimento dos líderes do G20 antes da Cúpula de Roma de 2021, nos dias 30 e 31 de outubro.

### Reunião dos Ministros da Saúde em setembro

A Reunião dos Ministros da Saúde do G20 2021 é uma das reuniões ministeriais organizadas como preparação para a Cúpula de Líderes do G20 2021.

O G20 em 2021, sob a Presidência italiana, se concentra em três grandes pilares interligados de ação: Pessoas, Planeta, Prosperidade. Dentro desses pilares, o G20 pretende

assumir a liderança na garantia de uma resposta internacional à pandemia de COVID-19 – tornando-se capaz de fornecer acesso equitativo e mundial a diagnósticos, terapêuticas e vacinas – ao mesmo tempo em que acumula resiliência a futuros choques relacionados à saúde.

Cada Presidência do G20 inclui a organização de reuniões ministeriais em cada uma das principais áreas de foco do fórum. Esses encontros são importantes oportunidades para discutir e desenvolver ainda mais questões de relevância internacional, construindo consenso em torno de entregas compartilhadas específicas. As reuniões ministeriais são organizadas independentemente da Cúpula, nas quais, contudo, os Chefes de Estado e de Governo endossam alguns dos principais resultados alcançados nas reuniões ministeriais.

A Presidência italiana do G20 e a Comissão Europeia já organizaram em conjunto a Cúpula sobre Saúde Global, em 21 de maio, no mais alto nível, que emitiu a *Declaração de Roma*, evento e declaração já comentados em informes anteriores. Em preparo a reunião de Ministros de 5 e 6 de setembro

### **Próximos eventos**

26/ago - Conferência do G20 sobre empoderamento feminino

3/set - COVID-19 e a necessidade de ação sobre saúde mental (G20 saúde – evento paralelo)

5 e 6 de setembro - Reunião dos Ministros da Saúde

7/set – Evento: Força de trabalho em saúde pública: Um Laboratório para melhorar a formação em prevenção, preparação e resposta a crises de saúde

8/set - Reunião do Grupo Informal de Finanças e Saúde



## OCDE na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Pedro Burger, Thaiany Medeiros Cury e Vinicius Roland

### 10/08 – Composite Leading Indicators – OCDE

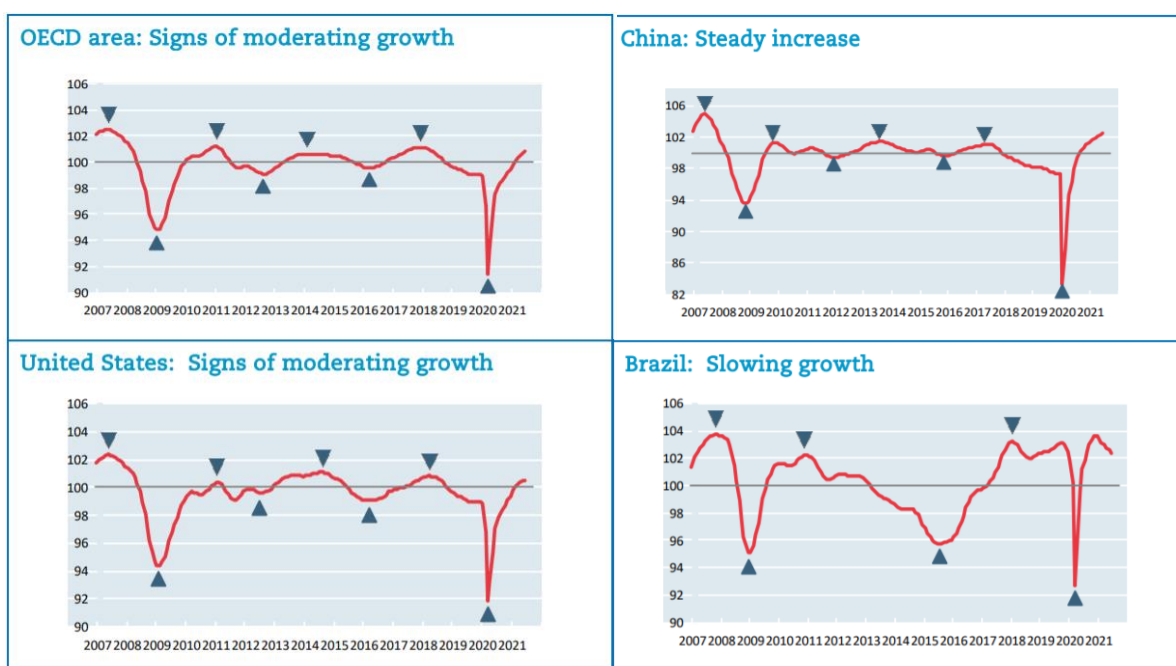
Fonte: <https://www.oecd.org/sdd/leading-indicators/composite-leading-indicators-cli-oecd-august-2021.htm>

Os *Composite Leading Indicators* (CLI) foram projetados para antecipar pontos de inflexão da tendência econômica. São calculados mensalmente para os países membros e alguns não membros, incluindo o Brasil e membros regionais agregados.

Os últimos CLI apontam para sinais de um ritmo de crescimento moderado a um nível acima da tendência nos EUA, Japão e Canadá. Indicações semelhantes podem ser vistas no Reino Unido e zona do euro, incluindo Alemanha e Itália. Já na França, embora mostre sinais de um ritmo moderado de crescimento, o CLI ainda se mostra abaixo da tendência. Para os países em desenvolvimento os CLI apontam um crescimento constante para a China, principalmente no setor industrial, e o crescimento estável permanece para a Índia. No que se refere ao Brasil, o CLI indica um crescimento lento.

Apesar da suspensão gradual das medidas de contenção da COVID-19 em alguns países e do progresso das campanhas de vacinação, as incertezas que se mantêm podem resultar em flutuações mais altas do que o normal nos CLI e seus componentes. É preciso destacar, por fim, que os CLI devem ser interpretados como uma indicação da força dos sinais, e não como uma medida do grau de crescimento da atividade econômica.

Os gráficos abaixo mostram os principais Composite Leading Indicators de países selecionados. As marcações por triângulos tendem a preceder pontos de inflexão da atividade econômica relativa à tendência de seis a nove meses antes deles acontecerem. A linha horizontal a 100 representa a tendência atividade.



[Em vídeo](#), Shunta Takino analista da OCDE apresenta a importância da saúde mental na formulação das políticas públicas de recuperação pós-pandemia. Diante do alastramento do sentimento de solidão causado pelo isolamento social, jovens demonstram grande adaptabilidade, por meio da conversão de interações educacionais e afetivas presenciais para modalidades virtuais. Apesar disso, não está claro até que ponto as interações digitais serão capazes de atenuar os efeitos de longo prazo da solidão. A deterioração da saúde mental pode reduzir o nível de emprego estruturalmente, prejudicando as perspectivas de recuperação social e econômica. A OCDE, portanto, reforça o chamado para que políticas públicas incluam em suas prioridades a capacitação de profissionais em assuntos de saúde mental, principalmente nos setores de educação e saúde.

Fonte: <https://www.oecd.org/coronavirus/en/data-insights/number-of-medical-doctors-and-nurses>

**Fundo Monetário Internacional – FMI**

**Relatório: World Economic Outlook (WEO)**

As perspectivas econômicas têm divergido ainda mais entre os países desde a previsão do World Economic Outlook (WEO) de abril de 2021. O acesso às vacinas emergiu como a principal linha de falha ao longo da qual a recuperação global se divide em dois blocos: aqueles que podem esperar uma maior normalização da atividade ainda este ano (quase todas as economias avançadas) e aqueles que ainda enfrentarão infecções resurgentes e aumento do número de mortes do COVID. A recuperação, no entanto, não é garantida mesmo em países onde as infecções são atualmente muito baixas, desde que o vírus circule em outros lugares.

A economia global deve crescer 6,0% em 2021 e 4,9% em 2022. A previsão global de 2021 é inalterada em relação ao WEO de abril de 2021, mas com revisões compensadas. As perspectivas para mercados emergentes e economias em desenvolvimento foram marcadas para 2021, especialmente para a Ásia Emergente. Em contrapartida, a previsão para economias avançadas é revisada para cima. Essas revisões refletem desenvolvimentos pandêmicos e mudanças no apoio à política. A atualização de 0,5 ponto percentual para 2022 deriva em grande parte da previsão de atualização para economias avançadas, particularmente os Estados Unidos, refletindo a legislação antecipada de apoio fiscal adicional no segundo semestre de 2021 e métricas de saúde melhoradas de forma mais ampla em todo o grupo.

Houve melhora na previsão do FMI em relação ao crescimento do PIB brasileiro neste ano para 5,3%. Anteriormente a perspectiva era de 3,7% em abril. Já a previsão para o crescimento em 2022 foi reduzida para 1,9%. Conforme o documento, a melhora na previsão econômica para a América Latina e o Caribe é explicada pelas revisões em crescimento no Brasil e no México, refletindo resultados melhores do que o esperado no primeiro trimestre, repercussões favoráveis para o México devido às melhores perspectivas para os Estados Unidos e os termos comerciais em expansão no Brasil, em razão principalmente pela alta dos *commodities*.

# Latest World Economic Outlook Update Growth Projections

(real GDP, annual percent change)	PROJECTIONS		
	2020	2021	2022
<b>World Output</b>	<b>-3.2</b>	<b>6.0</b>	<b>4.9</b>
<b>Advanced Economies</b>	<b>-4.6</b>	<b>5.6</b>	<b>4.4</b>
United States	-3.5	7.0	4.9
Euro Area	-6.5	4.6	4.3
Germany	-4.8	3.6	4.1
France	-8.0	5.8	4.2
Italy	-8.9	4.9	4.2
Spain	-10.8	6.2	5.8
Japan	-4.7	2.8	3.0
United Kingdom	-9.8	7.0	4.8
Canada	-5.3	6.3	4.5
Other Advanced Economies	-2.0	4.9	3.6
<b>Emerging Market and Developing Economies</b>	<b>-2.1</b>	<b>6.3</b>	<b>5.2</b>
Emerging and Developing Asia	-0.9	7.5	6.4
China	2.3	8.1	5.7
India	-7.3	9.5	8.5
ASEAN-5	-3.4	4.3	6.3
Emerging and Developing Europe	-2.0	4.9	3.6
Russia	-3.0	4.4	3.1
Latin America and the Caribbean	-7.0	5.8	3.2
Brazil	-4.1	5.3	1.9
Mexico	-8.3	6.3	4.2
Middle East and Central Asia	-2.6	4.0	3.7
Saudi Arabia	-4.1	2.4	4.8
Sub-Saharan Africa	-1.8	3.4	4.1
Nigeria	-1.8	2.5	2.6
South Africa	-7.0	4.0	2.2
<i>Memorandum</i>			
Emerging Market and Middle-Income Economies	-2.3	6.5	5.2
Low-Income Developing Countries	0.2	3.9	5.5

Source: IMF, *World Economic Outlook Update*, July 2021

Note: For India, data and forecasts are presented on a fiscal year basis, with FY 2020/2021 starting in April 2020. For the July 2021 WEO, India's growth projections are 8.8 percent in 2021 and 8.3 percent in 2022 based on calendar year.

INTERNATIONAL MONETARY FUND

IMF.org

Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2021/07/27/world-economic-outlook-update-july-2021>

<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/breves/fmi-eleva-previsao-de-crescimento-do-pib-do-brasil-para-53-em-2021/>

## FMI e a alocação de US\$ 650 bilhões do DES

O FMI aprovou a maior injeção de recursos de sua história. Irá alocar US\$ 650 bilhões em DES (direitos especiais de saque, uma espécie de “moeda” cuja cotação é baseada em uma cesta de moedas como o dólar, o yuan, euro, iene e a libra do Reino Unido). Esses recursos têm como objetivo de elevar a liquidez global e ajudar os países a lidar com as consequências da pandemia. A alocação entrou em vigor em 23 de agosto de 2021.

De acordo com Kristalina Georgieva, Diretora Geral do FMI:

*A alocação dos DES fornecerá liquidez adicional ao sistema econômico global – complementando as reservas cambiais dos países e reduzindo sua dependência de uma dívida doméstica ou externa mais cara. Os países podem usar o espaço proporcionado pela alocação do SDR para apoiar suas economias e intensificar sua luta contra a crise.*

*As DES estão sendo distribuídas aos países em proporção às suas cotas no FMI. Isso significa que cerca de US\$ 275 bilhões irão para países emergentes e em desenvolvimento, dos quais países de baixa renda receberão cerca de US\$ 21 bilhões – o equivalente a até 6% do PIB em alguns casos.*

*As DES são um recurso precioso e a decisão sobre a melhor forma de usá-las cabe aos nossos países membros. Para que as DES sejam implantadas para o máximo benefício dos países membros e da economia global, essas decisões devem ser prudentes.*

*Para apoiar os países e ajudar a garantir transparência e responsabilização, o FMI está fornecendo um quadro para avaliar as implicações macroeconômicas da nova alocação, seu tratamento estatístico e governança e como isso pode afetar a sustentabilidade da dívida. O FMI também fornecerá atualizações regulares sobre todas as participações, transações e negociações do DES – incluindo um relatório de acompanhamento sobre o uso de DES em dois anos.*

*Para ampliar os benefícios dessa alocação, o FMI está incentivando a canalização voluntária de algumas DES de países com fortes posições externas para os países mais necessitados. Nos últimos 16 meses, alguns membros já se comprometeram a emprestar US\$ 24 bilhões, incluindo US\$ 15 bilhões de suas D existentes, ao Fundo de Redução e Crescimento da Pobreza do FMI, que fornece empréstimos concessionários para países de baixa renda. Este é apenas um começo, e o FMI continuará a trabalhar com nossos membros para construir este esforço.*

Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2021/08/23/pr21248-imf-managing-director-announces-the-us-650-billion-sdr-allocation-comes-into-effect>  
<https://www.poder360.com.br/internacional/fmi-aprova-distribuicao-de-recursos-historica-de-us-650-bilhoes/>  
<https://www.imf.org/en/Topics/special-drawing-right>

Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2021/07/27/world-economic-outlook-update-july-2021>  
<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/breves/fmi-eleva-previsao-de-crescimento-do-pib-do-brasil-para-53-em-2021/>

## Banco Mundial

O BM disponibilizou US\$ 104 milhões para apoiar a resposta de saúde do governo do Nepal à pandemia, com US\$ 67,5 milhões destinados à compra e implantação de vacinas COVID-

19. No mês passado, 1.000 concentradores de oxigênio foram trazidos através do projeto, enquanto sete plantas de geração de oxigênio estão sendo estabelecidas, uma em cada província. Isso ajudará a fortalecer a preparação para a saúde no caso de futuras ondas da pandemia. O **Nepal** é o segundo país global a ter concluído acordos com a GAVI para adquirir 4 milhões de doses de vacinas Modernas, financiadas pelo BM, por meio da opção de custo-ação Covax. Isso diversificará e fortalecerá o portfólio de vacinas COVID-19 do país.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/08/13/nepal-to-get-4-million-doses-of-moderna-vaccines-through-covax>

### **Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID**

O BID apoia programa de US\$ 41 milhões para ajudar agricultores, impulsionar a segurança alimentar no **Panamá**. A iniciativa visa ajudar os agricultores a aumentar a lucratividade, garantindo que suas fazendas sejam mais ambientalmente sustentáveis e resilientes às mudanças climáticas, pragas, doenças e flutuações de mercado.

O programa ajudará quase 11.000 agricultores direta e indiretamente, ao mesmo tempo em que beneficia pessoas e indústrias relacionadas e pessoas mais jovens que vivem no campo.

O projeto, que também visa beneficiar mulheres e indígenas, promoverá a adoção de princípios agroecológicos por meio de um sistema de vouchers que os agricultores podem trocar por suprimentos e tecnologia para impulsionar a produção sustentável. Além disso, o programa contará com assistência técnica para ajudar os agricultores a aplicar práticas agroecológicas, bem como projetos de pesquisa dos quais os agricultores podem participar e aprender a melhorar a produção.

Além disso, o programa ajudará os agricultores a reduzir as perdas pós-colheita, aumentar o valor das culturas e melhorar o acesso aos mercados. Para isso, o projeto apoiará 200 associações agrícolas, cooperativas e grupos de agricultura familiar para ajudar os agricultores a desenhar planos de negócios inovadores. O projeto também inclui financiamento para ajudar a implementar 100 desses planos.

A iniciativa também dará apoio tecnológico para melhorar a capacidade de gestão do Instituto Panamenho de Inovação Agrícola (IDIAP) e do Ministério do Desenvolvimento Agrícola, as duas instituições que conduzirão e realizarão o projeto. O suporte incluirá o desenvolvimento de ferramentas e treinamento de habilidades digitais necessários para usar as ferramentas e melhorar o gerenciamento de informações digitais.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-backs-41-million-program-help-farmers-boost-food-security-panama>

## O futuro da cooperação dos BRICS está na consolidação de propostas comuns que mostrem sua importância para o mundo<sup>9</sup>

Claudia Hoirisch

A consolidação de propostas em torno de temas decisivos para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do bloco é fundamental para que haja maior coesão entre os países. Pandemia, desigualdade na vacinação, governança global, multilateralismo, reforma bancária, Saúde Única (*One Health*), questões ambientais, climáticas e sociais (política social nos BRICS, ODS e acesso a recursos financeiros) são alguns dos temas que, se tratados de forma coesa e participativa, podem definir a importância dos BRICS para o mundo<sup>10</sup>.

No que se refere à governança global (GG), é preciso aprimorar o multilateralismo, especialmente no que diz respeito à reforma da ONU e a propriedade intelectual. A pandemia de Covid-19 surgiu como um novo imperativo para a GG, a partir da qual todas as nações reconfiguraram suas prioridades e parcerias.

Os temas saúde, mudança climática e energia precisam de um olhar urgente com proposições concretas. No cenário pós-pandêmico, o bloco deve ter um olhar mais direcionado para essas questões, com soluções criativas e globais contribuindo assim para a estabilidade mundial.

O propósito do grupo deve ser trabalhar para as pessoas e não para os países. Os governos precisam se dar conta do papel que a sociedade acadêmica e civil pode desempenhar. Os inputs fornecidos pelos Fóruns Acadêmico e Civil dos BRICS servem de recomendações para os líderes do BRICS.

O grupo precisa revisitar a arquitetura financeira internacional e se indagar se as instituições BRICS estão realmente ajudando o sul global. Além disso, os países do grupo têm investido muito pouco na infraestrutura econômica e social e precisa reduzir os custos das transações para transferências bancárias<sup>11</sup>.

Para que os compromissos se materializem, o grupo deve se conscientizar da necessidade de uma união mais efetiva; só existirá coesão se a China for atraída. Os cinco países precisam lidar com as assimetrias de cada um para que haja de fato, uma coesão entre eles e possam ser vistos como uma coalizão governamental. Como os países são muito heterogêneos em diferentes esferas, as ambições de uns podem ameaçar os interesses dos outros. Além disso, existem tensões internas e externas enfrentadas pelos BRICS, como a relação China-Estados Unidos (Guerra Fria), China-Brasil e China-Índia que impactam esse esforço de unidade. Por outro lado, as aproximações Índia-EUA e Brasil-EUA também prejudicam a união. Os altos canais de diplomacia Brasil-China e Índia-China devem empreender esforços para enfrentar esse

---

9 O Futuro da Cooperação dos BRICS. 11/08/2021.  
<https://www.facebook.com/101223071616706/videos/511438359947039>

10 Sachin Chaturvedi, diretor do Think Tank Research and Information System for Developing Countries (RIS). O Futuro da Cooperação dos BRICS. 11/08/2021

<https://www.facebook.com/101223071616706/videos/511438359947039>

11 Sachin Chaturvedi, diretor do Think Tank Research and Information System for Developing Countries (RIS). O Futuro da Cooperação dos BRICS. 11/08/2021.

<https://www.facebook.com/101223071616706/videos/511438359947039>

desafio e os decorrentes da pandemia pois são as tensões internas e externas com outros blocos (EU, Quad) e países que podem desgastá-los<sup>12</sup>.

Para Chaturvedi, o futuro dos BRICS está na consolidação de propostas comuns, que estimulem o somatório de forças.

O BRICS ainda tem um potencial enorme. Se forem tomadas medidas para potencializar essa união, o grupo poderá criar suas próprias instituições focadas em suas próprias necessidades ao invés de copiarem modelos de países do ocidente. O BRICS pode ser uma via alternativa à do *establishment* atual<sup>13</sup>.

---

12 Ana Garcia, diretora do BRICS Policy Center (BPC).

13 Sachin Chaturvedi, diretor do Think Tank Research and Information System for Developing Countries (RIS). O Futuro da Cooperação dos BRICS. 11/08/2021.

<https://www.facebook.com/101223071616706/videos/511438359947039>



## Resposta da Organização dos Estados Americanos (OEA)

**Luana Bermudez**

O Conselho Permanente da OEA convocou uma sessão extraordinária no dia 20 de agosto com o objetivo de conhecer melhor a magnitude do ocorrido no Haiti depois do terremoto do dia 14 de agosto, sensibilizar as autoridades dos governos dos estados membros e promover solidariedade ao país, compartilhando uma visão interamericana de prevenção, mitigação e resposta. Cabe ressaltar que, assim que ocorreu o desastre, os órgãos competentes da OEA se mobilizaram imediatamente para atender a crise, com esforços de cada uma das secretarias executivas do organismo. O mecanismo da OEA de redução e resposta a desastres naturais foi convocado e começou a coordenação dos esforços regionais para a solidariedade com o Haiti. Além disso, a Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI) facilitou contatos com o setor privado para outorgar recursos materiais, humanos e financeiros ao Haiti.

A sessão extraordinária do CP contou com a participação de diversas autoridades, que detalho a seguir:

- Ariel Henry, Primeiro Ministro da República do Haiti
- Marta Lucía Ramírez, Vice-presidente e Ministra das Relações Exteriores, Colômbia
- Rodolfo Solano Quirós, Ministro das Relações Exteriores e Culto da República da Costa Rica
- Mauricio Montalvo, Ministro das Relações Exteriores e Mobilidade Humana, Equador
- Erika Mouynes, Ministra das Relações Exteriores da República do Panamá
- Carolina Valdivia Torres, Ministra Interina das Relações Exteriores da República do Chile
- Luis Chávez Basagoitia, Vice-Ministro das Relações Exteriores da República do Peru
- Ruy Pereira, Diretor da Agência Brasileira de Cooperação, MRE Brasil
- Luis Almagro, Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos
- Sergio Díaz-Granados, Presidente Executivo eleito do CAF, Banco de Desenvolvimento da AL
- Richard Martínez, Vice-presidente para Países, Banco Interamericano de Desenvolvimento BID
- Ronald Sanders, Embaixador de Antígua e Barbuda, Presidente Grupo Embaixadores CARICOM

O primeiro ministro do Haiti começou compartilhando informações sobre a situação no Haiti, destacando o falecimento de mais de 2 mil pessoas, além de milhares de feridos, e agradecendo pela solidariedade dos países vizinhos. Destacou também que o país também foi afetado pela tempestade tropical Grace e que existe a previsão de pelo menos mais dois furacões antes do fim da época de furacões na região, o que acaba exacerbando o impacto do terremoto.

Henry agradeceu a prontidão dos países da região, o que permitiu encontrar sobreviventes nos escombros, evacuar feridos e levar as pessoas aos hospitais. Informou também que o órgão responsável pela coordenação da resposta à crise é a Direção Nacional de Proteção Civil, e que todos os doadores e interessados, incluindo Estados, Organizações internacionais, organizações não governamentais, entre outros, deveriam entrar em contato com esta direção para saber as necessidades específicas de cada comunidade afetada.

O primeiro ministro ressaltou a dignidade do povo Haitiano, sua capacidade de recomeçar e sua resiliência em face da catástrofe. Aproveitou por fim, para fazer um apelo às instituições financeiras presentes para que apoiem o governo haitiano para promover a reconstrução das áreas afetadas e da economia.

Os demais participantes ressaltaram o compromisso da OEA de apoiar o Haiti, não só em relação à construção material, mas também para o fortalecimento institucional para enfrentar melhor os desafios futuros e apresentar resultados concretos no fortalecimento democrático do país. Destacaram também a importância de um trabalho de cooperação hemisférica contínua, permanente e de longo prazo, já que a América Latina é a segunda região mais propensa a desastres naturais depois da Ásia.

Ressaltaram ainda a importância da articulação de todos os mecanismos do sistema interamericano, da apropriação dos Estados Membros da OEA e de um diálogo político de mais alto nível para que a região consiga enfrentar os obstáculos como esperado. Mencionaram também que a região nunca esteve tão unida como agora, porque devido a pandemia todos tem uma agenda comum, independente da ideologia política de cada país. A pandemia fez com que ficasse claro para todos que problemas de um país são problemas de todos e que não é suficiente nem sustentável a prosperidade só de alguns países.

Em relação à países específicos, o Panamá se ofereceu para receber e distribuir as doações, devido a sua posição geográfica. Já o Chile enviou 16 toneladas de ajuda humanitária, incluindo água, alimentos não perecíveis, artigos de primeiros socorros e medicamentos, além de oferecer um avião para transportar ajuda humanitária de outros países e se dispor a apoiar o governo do Haiti no processo de vacinação do país. Cabe destacar que o Chile possui experiência em capacidade logística pós terremotos e se ofereceu para assessorar o Haiti em construção antissísmica.

O representante do Brasil, Emb. Ruy Pereira ressaltou os fortes laços humanos, sociais, históricos e naturais entre os dois países, lembrando que o Haiti é o principal destinatário da cooperação brasileira, que visa contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país. Pereira destacou também que o Brasil acaba de terminar a construção de 12 edifícios do Centro de Formação Brasil-Haiti, que estão instalados na região afetada e resistiram ao terremoto praticamente intactos. Por fim, o embaixador mencionou que o governo brasileiro iniciou uma ação interministerial, envolvendo as pastas de justiça e segurança pública, saúde, defesa, relações exteriores e desenvolvimento regional, com o objetivo de materializar a resposta emergencial na medida máxima das possibilidades brasileiras. O país enviou também uma missão humanitária a Porto Príncipe com equipes de bombeiros e especialistas em respostas a emergências, além de material de apoio, kits e equipamentos para assistência farmacêutica.

É importante ressaltar que foi a primeira vez que um representante da CAF participou do Conselho Permanente da OEA. O Sr. Sergio Díaz foi eleito presidente da CAF, porém só assume o cargo no dia 1º de setembro. Mesmo assim, se comprometeu a identificar projetos prioritários com maior impacto que consigam beneficiar os mais necessitados e definir uma linha concreta de apoio ao Haiti, apesar do país não pertencer à CAF.

Já o vice-presidente de países do BID, Richard Martínez, compartilhou as ações do banco na resposta à emergência do Haiti. Martínez destacou que o BID já tem 700 milhões de dólares em execução no Haiti em diversos setores, e que vai converter estas operações em execução para apoiar o país na resposta à crise. Em relação às necessidades imediatas do país o BID vai aproveitar o programa de apoio a pessoas vulneráveis afetadas pelo coronavírus para distribuir dinheiro e alimentos para a população da zona afetada, contando com um investimento estimado de 8,2 milhões de dólares, que vai alcançar cerca de 26 mil famílias.

Martínez mencionou também a rede de seguridade social temporária e habilidades para jovens, que seguirá apoiando milhares de famílias deslocadas. Comentou também que as

operações de resposta a crise causada pela covid-19 podem ser colocadas à disposição para reforçar as atividades de assistência humanitária e sanitária na zona afetada contando com o apoio dos parceiros do programa - Partners in Health, UNOPS e OPAS.

Destacou também ações nas áreas de agricultura, água, saneamento e transportes, e ressaltou a importância do trabalho com organizações parceiras para buscar sinergias e evitar duplicações. Por fim, considerou fundamental uma avaliação de danos e perdas, que já está em curso em colaboração com órgãos das Nações Unidas, e reiterou o compromisso do BID de continuar apoiando o governo para o estabelecimento de uma agenda estrutural que garanta resiliência e uma base sólida para o desenvolvimento do país.

Por fim, o Sir. Ronald Sanders fez uma intervenção em nome do Caricom, destacando a urgência de uma resposta da comunidade internacional à terrível situação do Haiti, e instando as instituições financeiras e de desenvolvimento que forneçam assistência necessária ao país.

Ressaltou que o Caricom está fazendo tudo ao seu alcance com seus recursos limitados e continua a explorar todas as opções disponíveis para fornecer apoio imediato e de longo prazo para melhorar as condições para o povo do Haiti. Mencionou as atividades do Mecanismo de seguro contra risco de catástrofe no Caribe (CCRIF, por suas siglas em inglês), que fez um pagamento de 40 milhões de dólares para o Haiti, maior pagamento único do CCRIF até o momento. Além disso, o Banco de Desenvolvimento do Caribe também pagou uma apólice contra terremotos ao país, e a Agência Caribenha de gestão de emergência e desastres (CEDEMA) enviou uma equipe para fornecer suporte operacional ao Centro Nacional de Operações de Emergência em Porto Príncipe e deixou os outros órgãos em alerta aguardando qualquer indicação por parte das autoridades haitianas.

Por fim, os presentes concordaram que é urgente que o Haiti faça chegar aos países as necessidades concretas de sua população, porém que o esforço dos países vizinhos não pode ser focado no assistencialismo para não gerar dependência em assistência humanitária, sendo necessário um esforço sustentável, com uma melhor construção de infraestrutura a partir de um plano de desenvolvimento de médio a longo prazo. Além disso, é fundamental considerar as experiências e lições aprendidas em desastres anteriores para evitar falhas e conseguir um apoio eficaz.

[https://www.youtube.com/watch?v=BAY6j6uKx5E&list=PLkh9EPEuEx2tO\\_dYqEE8jshWUzrRTo41N](https://www.youtube.com/watch?v=BAY6j6uKx5E&list=PLkh9EPEuEx2tO_dYqEE8jshWUzrRTo41N)

## América Latina e Caribe na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

**Sebastián Tobar, Miryam Minayo e Carlos Linger**

Até o dia 22 de agosto de 2021, foram registrados 81,7 milhões de casos de COVID-19 e 2,07 milhões de óbitos pela doença nas Américas. Na semana passada, 1,4 milhão de novos casos de COVID-19 e quase 20.000 mortes relacionadas foram notificados na região.

De acordo com a última entrevista coletiva da OPAS<sup>14</sup>, na **América do Norte**, o número de casos de COVID-19 está aumentando rapidamente, onde a vigilância de rotina confirmou que a variante delta é a predominante. Nos Estados Unidos, o número de casos aumentou em mais de um terço e no Canadá em mais da metade. No México, o risco é alto ou crítico em mais de dois terços dos estados.

O número de casos de COVID-19 e mortes relacionadas também está aumentando na **América Central**, especialmente na Costa Rica e Belize.

Em contraste, o número de novos casos está diminuindo na maioria dos países da América do Sul. Em todo o Brasil, pela primeira vez desde novembro, a ocupação hospitalar é inferior a 80% em todos os estados. No entanto, o nível de transmissão permanece alto.

No **Caribe**, o número de casos de COVID-19 e mortes está aumentando rapidamente em toda a região. A situação no Haiti é especialmente terrível após o terremoto devastador que ocorreu no dia 14 de agosto. A chegada de tempestades tropicais e chuvas fortes representou um desafio adicional para os profissionais de saúde da linha de frente do Haiti e prejudicou os esforços contínuos de busca e resgate, bem como a entrega de suprimentos.

A situação no Haiti, assim como a situação enfrentada por toda a Região, ressalta a necessidade premente de controlar esta pandemia no menor tempo possível. No entanto, em toda a América Latina e no Caribe, apenas uma em cada cinco pessoas foi totalmente vacinada contra a COVID-19 e, em alguns países, a proporção da população totalmente vacinada é inferior a 5%.

Em sua coletiva de imprensa, a OPAS observou que após 16 meses da chegada do vírus à região, começaram-se a gerar dados que mostram a verdadeira dimensão do impacto do COVID-19 na saúde mental na Região das Américas: a procura de serviços de saúde mental e apoio psicossocial nunca foi tão grande e, no entanto, o acesso a esses serviços nunca foi tão difícil. Três quartos dos países participantes relataram interrupções parciais ou totais de seus serviços de saúde mental durante a pandemia.

Quase 90% dos países participantes relataram interrupções nos serviços de aconselhamento em saúde mental e psicoterapia, quando até 60% da população da Região sofre de ansiedade ou depressão.

Estamos enfrentando uma crise de saúde mental que, se não for tratada, terá graves consequências. Não apenas a carga regional de saúde mental piorará, mas também prolongará o impacto da pandemia.

---

<sup>14</sup> <https://www.paho.org/es/medios/rueda-prensa-semanal-sobre-situacion-covid-19-region-americas>

Quadro N° 1: América Latina: Casos Confirmados, falecimentos e pessoas vacinadas até 22 de agosto de 2021

	País	Casos Confirmados	Óbitos	Pessoas Vacinadas		População em Milhares
				Total	COVAX	
América do Norte	Canadá	1.465.866	26.789	50.240.516	---	38.067.913
	Estados Unidos	37.405.329	622.459	69.820.231	---	332.915.074
	México	3.197.108	244.248	354.619.464	4.336.740	130.262.074
<b>Total América do Norte</b>		<b>42.068.303</b>	<b>901.328</b>	<b>474.680.211</b>	<b>4.336.740</b>	<b>501.245.061</b>
América do Sul	Argentina	5.124.963	110.070	33.735.965	1.944.000	45.605.823
	Bolívia	485.926	18.269	4.630.979	1.582.650	11.832.936
	Brasil	20.528.099	573.511	143.028.569	9.964.800	213.993.441
	Chile	1.633.153	36.605	25.311.151	489.600	19.212.362
	Colômbia	4.883.932	124.023	29.416.582	3.276.180	51.265.841
	Equador	495.115	31.985	12.138.621	856.620	17.888.474
	Paraguai	457.472	15.528	2.793.726	558.240	7.219.641
	Peru	2.140.062	197.752	14.014.325	1.716.150	33.359.416
	Uruguai	383.903	6.015	4.866.866	98.400	3.485.152
Venezuela	323.526	3.871	3.612.473	---	28.704.947	
<b>Total América do Sul</b>		<b>36.456.151</b>	<b>1.117.629</b>	<b>1.117.629</b>	<b>20.486.640</b>	<b>432.568.033</b>
América central	Belize	15.415	351	192.222	100.800	404.915
	Costa Rica	440.647	5.312	3.424.278	172.950	5.139.053
	El Salvador	92.686	2.831	4.664.353	3.417.680	6.518.500
	Guatemala	433.339	11.372	2.475.160	1.290.270	18.249.869
	Honduras	326.830	8.594	2.108.280	3.637.840	10.062.994
	Nicarágua	8.496	198	415.640	269.400	6.702.379
	Panamá	451.293	6.998	2.797.947	110.400	4.381.583
<b>Total América Central</b>		<b>1.768.706</b>	<b>35.656</b>	<b>16.077.880</b>	<b>8.999.340</b>	<b>51.459.293</b>
Caribe e Ilhas do Oceano Atlântico	Cuba	573.751	4.481	---	---	11.351.786
	Haiti	20.719	583	12.641	500.000	11.543.315
	República Dominicana	347.637	3.989	10.381.459	278.400	10.953.714
	Resto dos Países do Caribe Ilhas e Territórios	510.9993	8.477	7.258.360	789.600	11.584.655
<b>Total Caribe e Ilhas do Oceano Atlântico</b>		<b>1.453.100</b>	<b>17.530</b>	<b>17.652.460</b>	<b>1.568.000</b>	<b>45.433.470</b>
<b>TOTAL DA REGIÃO DAS AMERICAS</b>		<b>81,746,260</b>	<b>2,072,143</b>	<b>781.959.808</b>	<b>35.390.720</b>	<b>1.030.705.857</b>

Fonte: <https://ais.paho.org/phip/viz/COVID19Table.asp> e [https://ais.paho.org/imm/IM\\_DosisAdmin-Vacunacion.asp](https://ais.paho.org/imm/IM_DosisAdmin-Vacunacion.asp) Acesso 22 de agosto de 2021

## CEPAL

Relatório sobre o Estado do Clima na América Latina e Caribe 2020, elaborado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM)<sup>15</sup>

<sup>15</sup> <https://www.cepal.org/es/comunicados/alicia-barcelona-reafirma-gravedad-la-crisis-climatica-la-region-insta-la-comunidad>

O relatório<sup>16</sup> se concentra em um conjunto atualizado de indicadores-chave do clima, tendências climáticas e eventos extremos de clima que ocorreram em 2020. O objetivo do documento é fornecer insights com base científica que possam contribuir para a tomada de decisões de mitigação das mudanças climáticas e adaptação às mudanças.

Durante o lançamento do Relatório sobre o Estado do Clima na América Latina e Caribe 2020, a Secretária Executiva da CEPAL, Alicia Bárcena, reafirmou a gravidade da crise climática na região e a urgência de enfrentá-la e instou a comunidade internacional a priorizar o financiamento de medidas de adaptação.

Segundo Bárcena, o sistema de governança global não tem sido eficaz na mobilização de recursos para os países em desenvolvimento. Há escassez de financiamento para ações climáticas. Isso agrava a vulnerabilidade dos países, reduzindo a capacidade de financiar suas próprias ações”, afirmou.

Durante seu discurso, a máxima representante da CEPAL lembrou que a América Latina e o Caribe geram apenas 8,3% das emissões globais de gases de efeito estufa, mas são altamente vulneráveis a seus impactos.

Ela especificou que, nos últimos 30 anos, o número de desastres naturais no Caribe triplicou e as perdas econômicas associadas aumentaram cinco vezes. Por exemplo, a destruição causada pelos furacões Irma e María em 2017 resultou em perdas equivalentes a 250% do PIB em países como a Dominica, frisou.

Bárcena frisou que um dos efeitos inesperados das alterações climáticas, cuja solução é multilateral, é a redução da classificação de risco pelas agências de rating, que consideram a vulnerabilidade climática um critério de rebaixamento da classificação. Isso tem consequências terríveis porque aumenta injustamente o custo da dívida soberana e do pagamento de juros para os países em desenvolvimento que são altamente vulneráveis às mudanças climáticas.

Isso agrava, por exemplo, as capacidades do Caribe, Argentina e Equador, que já estão fortemente sobrecarregados por elevados níveis de endividamento oriundos de choques externos agravados pelo impacto de desastres e fragilidades estruturais, sociais e econômicas.

Alicia Bárcena destacou que os pacotes de estímulos para uma reativação econômica pós-covid podem ser uma oportunidade para estimular investimentos em setores com baixas emissões de carbono e na promoção da bioeconomia, mais resiliente aos impactos das mudanças climáticas.

Os países desenvolvidos anunciaram grandes pacotes de estímulo - 4 trilhões de dólares nos Estados Unidos, 750 bilhões de euros na Europa, refletindo expansões fiscais e monetárias contrárias à ortodoxia, com compromissos em investimentos verdes. Na América Latina e no Caribe, os pacotes de estímulo são menores, em torno de 4,7% do PIB (211 bilhões de dólares), e destes apenas 3,2% seriam consistentes com as metas ambientais e climáticas. As medidas de recuperação não promovem mudanças estruturais. Segundo Bárcena, há uma inconsistência entre a Agenda 2030, o Acordo de Paris e as declarações dos nossos países.

Acrescentou que o esforço fiscal dos países da região para se recuperar da COVID-19 também tem contrapartidas muito negativas. Os gastos com proteção ambiental na América Latina e no Caribe diminuiriam nos últimos anos. Entre 2016 e 2019, os gastos com proteção

---

<sup>16</sup> [https://library.wmo.int/doc\\_num.php?explnum\\_id=10765](https://library.wmo.int/doc_num.php?explnum_id=10765)

ambiental representaram em média apenas 0,4% dos gastos do governo central e, em 2020, caíram para apenas 0,2%.

“Na CEPAL, estamos propondo a criação de um Fundo de Resiliência do Caribe que atenda às necessidades daquela região. Temos uma proposta para que esse fundo seja financiado em parte com um alívio de 7.000 milhões de dólares, que representa 12% de sua dívida externa total. Isso pode ser feito, deve ser feito, e instrumentos semelhantes devem ser desenvolvidos para a América Central e do Sul”, afirmou.

Alicia Bárcena também destacou a urgência de fortalecer o quadro institucional, que tem capacidade de coletar dados e indicadores sobre o risco de desastres climáticos com base científica e previstos com base em sistemas de alerta precoce.

“Os países de renda média devem ter acesso a financiamentos concessionais para articular investimentos que promovam uma recuperação verde e azul, que gerem empregos e reduzam a pegada ambiental”, frisou.

Ao final do evento de lançamento, a CEPAL e a OMM firmaram um memorando de entendimento que busca estabelecer uma agenda de trabalho conjunta que contribua para transformar a informação científica em melhores propostas de políticas econômicas, sociais e ambientais para o desenvolvimento sustentável dos países latino-americanos e Caribe.

O relatório apresentado pela OMM revela, entre outras mensagens, que o ano de 2020 foi um dos três anos mais quentes já registrados no México / América Central e Caribe e o segundo ano mais quente na América do Sul.

Alerta que nos Andes chilenos e argentinos as geleiras diminuíram nas últimas décadas e que a seca intensa no sul da Amazônia e no Pantanal foi a mais severa dos últimos 60 anos.

### **Reunião Virtual Extraordinária da Comissão de Cooperação Sul-Sul: oportunidades para renovar a cooperação internacional para o desenvolvimento da América Latina e do Caribe**

Na abertura do evento, que teve duração de dois dias, Alicia Bárcena, recordou o trágico momento que nos encontramos lembrando o terremoto que atingiu o Haiti há menos de duas semanas e frisou que o Haiti precisa de todos, especialmente neste momento de grave crise sanitária, econômica, social e ambiental.

Bárcena lembrou que a América Latina e o Caribe representam 8,4% da população mundial, mas respondem por 21% das infecções por COVID-19 e 32,5% das mortes por essa doença. Também foi uma das regiões mais atingidas em termos socioeconômicos, com queda de 6,8% do PIB em 2020. Embora o crescimento seja esperado em 2021 (5,2%) e 2022 (2,9%), isso não será suficiente para “recuperar o nível do PIB de 2019 na maioria dos países nem o nível de emprego, principalmente das mulheres”, alertou.

“A América Latina e o Caribe precisam de uma posição comum para enfrentar as assimetrias globais”, incluindo aquelas relacionadas ao acesso às vacinas, à concentração da riqueza, ao combate às mudanças climáticas e ao financiamento para o desenvolvimento, destacou. São necessários acordos em nível internacional, regional e nacional para tratar de questões como saúde universal, segurança climática e estabilidade financeira, disse ela.

“A cooperação internacional para o desenvolvimento deve evoluir para um conceito multidimensional para enfrentar os desafios enfrentados principalmente pelos países de renda

média”, destacou Bárcena. “O Comitê de Cooperação Sul-Sul da CEPAL pode realizar propostas importantes perante os múltiplos atores públicos, privados e da sociedade civil”, afirmou.

O chanceler Rodolfo Solano Quirós da Costa Rica instou a comunidade internacional a redefinir o conceito de cooperação e avançar em uma nova medida de desenvolvimento, que integre todos os fatores que afetam este processo – não apenas os econômicos – e dar conta das diferentes vulnerabilidades dos países.

“Desde a Presidência da CEPAL, a Costa Rica tem promovido o fortalecimento de nosso trabalho de cooperação para o desenvolvimento. É essencial que mostremos solidariedade e que nossa região fale a uma só voz diante de um mundo que se reconfigura profundamente”, disse o Ministro das Relações Exteriores e Culto da Costa Rica.

“Estamos em um ótimo momento para nos reinventarmos, para sermos protagonistas da mudança”, disse o ministro, referindo-se ao trabalho do Comitê de Cooperação Sul-Sul da CEPAL. “Convocamo-los para que o mecanismo transcenda e este Comitê se transforme em Conferência”, avançou, na busca de uma recuperação com uma face humana, verde, inclusiva e resiliente na região, em consonância com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Nesse sentido, os representantes dos países da região que participaram da Reunião Extraordinária do Comitê de Cooperação Sul-Sul deram o primeiro passo para transformar este órgão subsidiário da CEPAL na *Conferência Regional de Cooperação Sul-Sul da América Latina e o Caribe*, mediante a aprovação de uma resolução com essa recomendação que será submetida à consideração do Comitê Geral da CEPAL em novembro.<sup>17</sup>

A mudança de nome daria ao órgão maior força institucional para oferecer respostas regionais mais rápidas, eficazes e eficientes, em linha com as grandes mudanças que o mundo e a região enfrentam.

Bárcena lembrou que a crise do COVID-19 revelou enormes assimetrias em termos de acesso a vacinas, concentração de riquezas, combate às alterações climáticas e financiamento ao desenvolvimento. “Dentro da nossa região, por exemplo, há países onde 69% da população tem esquema vacinal completo, mas outros países não chegam a 1%”, alertou.

Apesar do crescimento econômico previsto para 2021 e 2022, “na CEPAL falamos do paradoxo da recuperação, porque ela não será capaz de aliviar a pobreza, a desigualdade, o desemprego e a informalidade em nossos países”, disse Bárcena. “Os países de renda média, incluindo a maioria dos da América Latina e do Caribe, devem continuar a defender que o acesso ao financiamento externo seja equitativo e independente do nível de renda”, observou. Para isso, é fundamental avançar em uma medição multidimensional do desenvolvimento, destacou.

Rodolfo Solano Quirós, Ministro das Relações Exteriores da Costa Rica, país que preside a Comissão de Cooperação Sul-Sul da CEPAL, agradeceu à Comissão a apresentação do projeto do documento *Desenvolvimento em transição*. Proposta de conceito e medida para uma cooperação renovada na América Latina e o Caribe, “que contém contribuições valiosas para continuar alcançando um consenso em uma só voz da América Latina e do Caribe nos espaços multilaterais”. “Uma vez consolidada a Conferência Regional de Cooperação Sul-Sul em novembro próximo, poderemos trabalhar com mais frequência no redesenho dos sistemas de cooperação que considerem a distribuição de renda, a equidade e o bem-estar, entre muitos

---

<sup>17</sup> <https://www.cepal.org/es/comunicados/paises-la-region-impulsan-la-creacion-la-conferencia-regional-cooperacion-sur-sur>



outros aspectos, em uma concepção multidimensional de desenvolvimento sustentável”, explicaram.

**Documento: Desenvolvimento em transição: Proposta de conceito e medida para renovar a cooperação na América Latina e no Caribe<sup>18</sup>**

De acordo com o conceito de *desenvolvimento em transição*, elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em conjunto com a Comissão Europeia e o Centro de Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), esta cooperação deve ser orientada para as necessidades específicas dos países e para suprir lacunas estruturais de desenvolvimento, contribuindo para a geração de bens públicos regionais e globais. Renovar a cooperação internacional é essencial para alcançar um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável para todos os habitantes de nossa região

É uma cooperação multilateral e multinível que inclui atores tradicionais e novos (cooperação horizontal, regional, Sul-Sul, Norte-Sul, Sul-Norte e triangular) e cujas modalidades contam com uma ampla caixa de ferramentas que incorpora, entre outros, instrumentos de financiamento, fundos para fazer frente às mudanças climáticas, financiamento combinado, conversão da dívida para medidas de proteção ambiental e mobilização de recursos nacionais. Isso permitiria apoiar a troca de conhecimentos, a criação de capacidades e a realização das transferências necessárias para escapar dos processos de bloqueio do desenvolvimento.

O documento apresenta um quadro analítico para repensar a medição do desenvolvimento em países de renda média, além do PIB per capita, e os critérios para alocação de recursos de cooperação internacional.

Esse quadro se nutre de três enfoques:

- 1) lacunas estruturais propostas pela CEPAL;
- 2) armadilha de renda média; e
- 3) desenvolvimento em transição, como conceito que tenta mudar a narrativa e que vem sendo debatido pela CEPAL, pela Comissão Europeia e pelo Centro de Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Durante a apresentação do documento, Bárcena pediu a suspensão das “gradações” da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) dos países de renda média durante a pandemia, visto que esses recursos continuam a ser importantes para muitos deles e esse processo tem inúmeros efeitos diretos e indiretos, financeiros e não financeiros.

A América Latina e o Caribe são a região mais endividada do mundo em desenvolvimento, advertiu o Secretário Executivo da CEPAL. Entre 2019 e 2020, a dívida do governo geral na região aumentou de 58,8% para 68,6% do PIB, quase 10 pontos percentuais, alertou.

As novas formas de cooperação internacional, ele especificou, devem abordar questões transversais, como a economia do cuidado, a economia circular e o acesso ao conhecimento e tecnologia, considerar políticas industriais para criar economias de escala e, acima de tudo, expandir o fluxo de caixa, incluindo trocas de dívidas e fundos climáticos.

---

<sup>18</sup> <https://www.cepal.org/es/publicaciones/47156-desarrollo-transicion-propuesta-concepto-medicion-cooperacion-renovada-america>

Por fim, Bárcena destacou que “a cooperação deve incluir todos os países, independentemente de seu nível de renda; basear-se nos problemas e oportunidades de desenvolvimento dos países e reconhecer suas estratégias nacionais; seja flexível para responder à incerteza; reconhecer o compromisso e a participação dos países na transição para o desenvolvimento; garantir acesso a financiamento concessional para todos os países de renda média, especialmente as economias menores; reconhecer a perspectiva regional de fortalecer a cooperação e posições comuns no mundo multilateral; e articular esforços em torno dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Trata-se de fortalecer, sem dúvida, a cooperação Sul-Sul”.

### **Destaques nacionais**

#### **Haiti: múltiplas emergências de saúde<sup>19</sup>**

A campanha de vacinação COVID-19 do Haiti foi paralisada pelo terremoto de sábado e pessoal médico, equipamento e apoio logístico são necessários com urgência para ajudar o país a lidar com múltiplas emergências de saúde, disse a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) na quarta-feira.

A diretora da OPAS, Dra. Carissa Etienne, disse em um briefing virtual que muitos hospitais em três regiões foram danificados ou destruídos, enquanto o diretor de emergências de saúde da OPAS, Dr. Ciro Ugarte, disse que a campanha de vacinação gaguejou quando as equipes de saúde mudaram suas prioridades.

“As consequências do terremoto combinadas com a pandemia COVID-19 apresentam uma situação muito desafiadora”, disse Etienne. “Esperamos que a comunidade internacional possa se unir para fornecer o apoio logístico aéreo e terrestre urgentemente necessário para evacuar pacientes e transportar suprimentos humanitários essenciais - isso é necessário agora.”

No momento, a prioridade das autoridades de saúde é salvar vidas e reduzir o impacto do terremoto. Além disso, os profissionais de saúde estão sobrecarregados tratando pacientes traumáticos e evacuando pacientes, mas também tratando outras doenças e tentando restabelecer os serviços impactados pelo terremoto.

#### **Coronavírus em Cuba: ilha atinge o maior número de contágios das américas<sup>20</sup>**

Cuba vive um de seus piores estágios da pandemia da Covid-19, com média de 8 mil casos e 70 mortes por dia, falta de cilindros de oxigênio, medicamentos e médicos, hospitais superlotados e serviços funerários em colapso.

O país caribenho, de 11,2 milhões de habitantes, tem a maior taxa de incidência da doença nas Américas, com 1.173 pessoas infectadas por 100 mil habitantes nos últimos 15 dias, segundo o Ministério da Saúde Pública (Minsap).

Os piores dados de incidência são registrados em três províncias das regiões oeste e central: Cienfuegos (4.877), Ciego de Avila (2.882) e Pinar del Rio (1.751).

---

<sup>19</sup> <https://www.reuters.com/world/americas/haiti-needs-logistical-support-medical-teams-equipment-now-paho-director-2021-08-18/>

<sup>20</sup> <https://oglobo.globo.com/mundo/cuba-atinge-maior-nivel-de-contagio-por-covid-19-das-americas-25116986>

### **Cuba autoriza uso emergencial da Soberana 2 e Soberana Plus<sup>21</sup>**

Cuba autorizou, no dia 20 de agosto, o uso emergencial de suas vacinas Soberana 2 e Soberana Plus, somando três imunizantes desenvolvidos por cientistas cubanos e os primeiros da América Latina, informou a autoridade reguladora de medicamentos do país (Cecmed).

---

<sup>21</sup> <https://www.cartacapital.com.br/mundo/cuba-aprova-uso-emergencial-de-vacinas-soberana-2-e-soberana-plus/>

## Região Africana na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Augusto Paulo Silva e Felix Rosenberg

### Situação de pandemia no Continente

Até 17 de agosto, um total de 7.314.632 casos e 184.565 mortes (CFR: 2,5%) foram notificados em 55 Estados-Membros da União Africana (UA). Isto representa 3,5% de todos os casos e 4,2% de todas as mortes notificados globalmente. Vinte e dois (40%) Estados-Membros estão com maiores taxas de letalidade do que a média global. Cinquenta e quatro (98%) Estados-Membros experimentaram pelo menos uma segunda vaga, 36 (65%) experimentaram uma terceira vaga e quatro países (Argélia, Quênia, Somália e Tunísia) conheceram uma quarta vaga desde o início da pandemia. Globalmente, regista-se uma tendência de descida no número de novos casos por dia e isto graças ao declínio de casos na África Austral.

### NOVO CONSÓRCIO PARA IMPULSIONAR A PRODUÇÃO DE VACINAS NA ÁFRICA DO SUL



A OMS, *The Medicines Patent Pool* (MPP), Afrigen Biologics (PTY) Limited, the Biologicals and Vaccines Institute of Southern Africa (Biovac), *the South African Medical Research Council* (SAMRC) e o CDC África assinaram uma carta de intenções para enfrentar o desequilíbrio global da capacidade de produção local de vacinas contra a COVID-19.

Esta carta de intenções reúne esses sete (07) parceiros que passam a colaborar para a transferência de tecnologia que permitirá uma maior e mais diversificada capacidade de fabrico de vacinas, reforçar a segurança sanitária regional e responder mais equitativamente à atual e futuras pandemias.

A carta de intenções estabelece os termos de colaboração e responsabilidades entre as essas 7 organizações, através de uma abordagem de responsabilidade partilhada, para que as tecnologias de plataforma mais adequadas sejam selecionadas para o desenvolvimento de vacinas e que o financiamento seja assegurado para o centro, estudos clínicos e apoio à produção fabrico. Também garantirá que a plataforma de inovação seja sustentável, garantindo a segurança de vacinas para a África no futuro.

O consórcio sul-africano foi escolhido de uma lista de cerca de 20 empresas ou consórcios que pretendiam receber tecnologias, enquanto cerca de 20 empresas ofereceram as suas tecnologias para serem fabricadas pelo centro.

Na África do Sul o centro de transferência de tecnologia (hub) para vacinas mRNA só deverá estar operacional no Verão de 2022.

Esta nova colaboração já reúne atores-chave dos parceiros COVAX, indústria, governo, academia, agências de financiamento, a OMS-AFRO, para criarem, coletivamente, um ambiente

propício ao desenvolvimento da primeira instalação regional de produção de vacinas mRNA em África<sup>22</sup>.

### **Hub de transferência de tecnologia - Ponto da situação<sup>23</sup>**

Desde o início das campanhas de vacinação nos países ricos, o fortalecimento das capacidades de imunização passou para o topo da agenda de muitos países africanos. Por isso, estão em andamento numerosos projetos, que incluem o estabelecimento dos chamados centros regionais de vacinas, que envolvem vários países.

Estas iniciativas são financiadas e apoiadas pela União Europeia, o Banco Mundial e outros doadores internacionais. A maioria dos projetos anunciados destina-se à produção por meio de enchimento e acabamento (*fill & finish*) de vacinas já licenciadas em instalações de produção existentes. Uma vez que, para além das negociações de licenciamento, apenas as linhas de produção têm de ser adaptadas e as matérias-primas adquiridas, estes projetos podem ser realizados com relativa rapidez.

A *Aspen Pharmacare* da África do Sul foi a mais rápida a responder e é, até agora, a única instalação no continente a produzir a vacina da empresa americana Johnson & Johnson. O projeto da *Aspen Pharmacare* da África do Sul é a primeira de várias parcerias que irão expandir drasticamente a capacidade de África em desenvolver vacinas contra a COVID-19, o Ébola e outras doenças. A *Aspen Pharmacare*, que produz a vacina COVID-19 da Johnson & Johnson, é atualmente o único produtor africano de vacinas COVID. A egípcia *VACSERA* planeia começar a fabricar a vacina chinesa Sinovac nas próximas semanas. Existem acordos de cooperação semelhantes entre empresas farmacêuticas africanas e fabricantes internacionais de vacinas noutros países, como o Senegal e a Argélia.

A Pfizer (PFE.N) e a BioNTech (22UAY.DE) fizeram um acordo para que o Instituto Biovac da África do Sul ajudasse a fabricar cerca de 100 milhões de doses por ano da sua vacina COVID-19 para a União Africana.

### **Obstáculos, oportunidades e desafios para o hub sul africano**

Onde ainda têm que ser instaladas linhas de produção *fill & finish*, os planos demoram mais a implantar. Uma unidade deste tipo de produção demora cerca de 18 meses a concluir. E há outro problema: devido à pandemia, existe no momento uma longa lista de espera para os fabricantes de equipamento adequado. Por isso, os governos que anunciaram o arranque da produção de vacinas para este ano podem não cumprir com o prazo estabelecido.

Igualmente complicado e moroso é o financiamento destes projetos. Neste momento, todos falam em construir fábricas para a produção de vacinas Covid-19, mas os países têm de ter um plano concreto de como, por exemplo, as instalações de produção de mRNA necessárias para as vacinas da Covid-19 da BioNTech ou Moderna, podem, mais tarde, ser usadas para outras vacinas.

Os desafios para construir uma infraestrutura de vacinas em África são imensos. Para além das dificuldades corriqueiras, como o financiamento e a falta de conhecimentos técnicos, há questões complicadas relacionadas com a proteção de patentes, que têm vindo a ser

<sup>22</sup> [https://cdn.who.int/media/docs/default-source/2021-dha-docs/press-release-letter-of-intent-30-july-2021.pdf?sfvrsn=7906619c\\_5](https://cdn.who.int/media/docs/default-source/2021-dha-docs/press-release-letter-of-intent-30-july-2021.pdf?sfvrsn=7906619c_5)

<sup>23</sup> <https://www.dw.com/pt-002/covid-19-uni%C3%A3o-africana-tem-15-milh%C3%B5es-de-vacinas-prontas-para-distribui%C3%A7%C3%A3o/a-58178698>

discutidas há muitos meses, mas ainda estão longe de resolvidas. Outra questão é se os projetos atualmente em curso em África tornarão o continente menos dependente das empresas farmacêuticas dos países desenvolvidos.

E como a grande maioria dos projetos consiste em instalações de fill & finish, dependendo do fornecimento de matérias-primas (IFA) pelos fabricantes de vacinas, a falta de investimento na produção das próprias substâncias ativas é um grande risco à criação de inúmeras fábricas de enchimento e acabamento, mas sem nenhum produto que possa ser produzido.

Mesmo com a propagação de uma terceira vaga em toda a África, a pandemia também está a produzir uma espécie de revolução tecnológica que irá provavelmente remodelar a capacidade de resposta do continente ao atual e a futuros surtos de doenças. A pandemia como que abriu os olhos aos dirigentes para verem que isso precisava de ser feito, não só para o benefício de África, mas para o mundo inteiro. As operações *fill & finish* são um bom ponto de partida, mas não podem ser onde termina a capacidade de solução de problemas das vacinas em África.

Foi importante a chamada de atenção do chefe do Programa de Emergências de Saúde da OMS, Michael Ryan, alertando que o fabrico de vacinas em África, embora louvável, não resolveria a crise imediata, que era a de colocar vacinas nos braços das pessoas mais vulneráveis do continente e de todo o mundo o mais rapidamente possível.

Ryan ainda disse que o mundo tinha uma "*pequena janela de oportunidade*" antes do coronavírus desenvolver uma variante que era mais transmissível e mais letal. A única forma de aproveitar essa oportunidade era os países mais ricos fornecerem os seus excedentes de vacinas aos países mais pobres, para lhes permitir vacinar este número relativamente pequeno das pessoas mais vulneráveis.

Por seu lado, a cientista-chefe da OMS Soumya Swaminathan afirmou que provavelmente levaria entre nove e 12 meses a produzir uma vacina no novo centro de transferência de tecnologia da África do Sul e o cronograma dependeria de os parceiros escolherem uma tecnologia de vacina já experimentada e testada ou uma tecnologia mais experimental. Chegar ao ponto de fabrico levaria mais tempo para as empresas menores, uma vez que as suas vacinas teriam ainda de ser submetidas aos ensaios clínicos da segunda e terceira fases. Ela acrescentou que a boa notícia era que a África do Sul já tinha uma experiência considerável na realização de ensaios clínicos.

O centro de transferência de tecnologia Covid mRNA da África do Sul está a ser apoiado pela França e pela Alemanha como parte do seu esforço mais amplo para aumentar a capacidade da África para fabricar vacinas e tratamentos Covid-19.

As organizações complementam-se mutuamente, e cada uma pode assumir diferentes papéis no âmbito da colaboração proposta: Biovac atuará como desenvolvedora, Afrigen como fabricante, e um consórcio de universidades como apoiantes académicos, fornecendo *know-how* de mRNA e o CDC África CDC para apoio técnico regional.

Morena Makhoana, CEO da Biovac sediada na Cidade do Cabo, disse à Reuters que o objetivo era começar a produzir "**na segunda metade de 2022**" e depois aumentar até à produção máxima de cerca de 100 milhões de doses por ano até ao início de 2023.

O desenvolvimento no local e a instalação de equipamento começariam imediatamente, disseram a Pfizer e a BioNTech.

Makhoana disse que Biovac modificaria a sua fábrica, expandindo junto à linha de enchimento e investindo em novos congeladores, uma vez que a vacina precisa de ser armazenada a -70 graus Celsius.

O consórcio sul-africano beneficia de ter instalações operacionais existentes que têm capacidade de reserva e experiência em transferências de tecnologia. É também um núcleo global que pode iniciar imediatamente a formação de beneficiários de transferência de tecnologia.

A empresa farmacêutica belga *Univercells* anunciou recentemente que iria trabalhar com o Instituto Pasteur do Senegal (IPD) no lançamento das operações “*fill-and-finish*” para a sua própria vacina contra a COVID-19, com planos de, mais tarde, transferir todo o processo de desenvolvimento para Dakar. Igualmente, o IPD chegou a um acordo com a empresa americana *MedInstill* para o engarrafamento de vacinas COVID-19, marcando um passo para se tornar um verdadeiro fabricante de vacinas de coronavírus para África.

A União Europeia é um dos principais financiadores deste projeto que visa permitir ao IPD fabricar 300 milhões de vacinas COVID-19 por ano e reduzir a dependência da África das vacinas importadas. O IPD, no entanto, ainda tem de assegurar uma parceria com um titular de patente de vacina para produzir essas vacinas.

O Ruanda e a União Europeia assinaram um acordo no valor de 3,6 milhões de dólares, para ajudar o país a atualizar e modernizar a sua capacidade laboratorial para que seja possível produzir vacinas mRNA contra a COVID-19.

O Banco Africano de Exportações e Importações e a Africa Finance Corp. comprometeram-se a cooperar no financiamento do desenvolvimento de vacinas, no envolvimento de parceiros e no relaxamento das barreiras para o fabrico de vacinas.

Outras empresas do Norte de África também estão a trabalhar em parcerias de desenvolvimento da vacina. A *Innovative Biotech Ltd.*, com sede na Nigéria, está a trabalhar na sua versão de uma vacina contra a COVID-19, usando a tecnologia desenvolvida para uma vacina contra o vírus do papiloma humano.

O custo de construir instalações especializadas de produção de vacinas e recrutar o pessoal ultrapassa a capacidade da maioria dos governos africanos. Os defensores veem as parcerias com outras empresas e a transferência de tecnologia como uma forma de garantir que o continente vá além das operações “*fill-and-finish*”. Um recurso ainda inexplorado para apoiar a revolução farmacêutica em África poderia ser a diáspora africana. O motivo pelo qual os bons cientistas africanos deixam os seus países é a falta de capacidade nos seus países. Esta situação pode e deve mudar já que hoje existem interesse e grandes possibilidades de investimento.<sup>24</sup>

### **Programa de Apoio à Pesquisa e Inovação da CEDEAO (PARI)**

O Programa de Apoio à Pesquisa e Inovação da CEDEAO (PARI - *Programme d'Appui à la Recherche et Innovation*) é um programa competitivo que visa selecionar os melhores projetos

---

<sup>24</sup> <https://www.dw.com/pt-002/covid-19-uni%C3%A3o-africana-tem-15-milh%C3%B5es-de-vacinas-prontas-para-distribui%C3%A7%C3%A3o/a-58178698>

apresentados pelos pesquisadores de instituições de ensino, C&T e Inovação através de editais para as candidaturas.

O PARI é parte do Plano de Ação da Política Científica, Tecnológica e de Inovação da CEDEAO (ECOPOST, Eixo Estratégico 3, Atividades 3.2.1 a 3.2.3) e está estreitamente alinhado com o Quadro Estratégico Comunitário (2016-2020) da CEDEAO, a Estratégia da União Africana para a Ciência, Tecnologia e Inovação (STISA – *Science, Technology and Innovation Strategy for Africa 2024*), a Agenda 2063 da União Africana e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Este programa está a ser implementado em resposta aos desafios que o sector de pesquisa enfrenta como a obsolescência e deterioração do equipamento e das infraestruturas, baixa produção dos investigadores, fraco desenvolvimento de programas de pesquisa regionais etc.)<sup>25</sup>.

A edição de 2020 do PARI selecionou dois consórcios seguintes: (a) um formado pelas universidades do Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Gana e Togo com proposta de um projeto de pesquisa considerado muito inclusivo por associar instituições e pesquisadores de três Estados-Membros de idiomas francês, inglês e português. O consórcio irá trabalhar nos domínios da **farmacologia, microbiologia, biologia molecular, virologia e imunologia**, promovendo a **farmacopeia tradicional africana** e contribuindo para o controle da Covid-19 e todas as outras doenças endémicas que ocorrem na região da CEDEAO<sup>26</sup>; (b) outro formado pelas Universidades Jean-Piaget de Cabo Verde, de Félix Houphouët Boigny da Costa de Marfim e do Gana. O tema de pesquisa deste consórcio: “**Observational Study and Galenic Formulation of Herbal Medicines for the Treatment of Malaria in three Member Countries of the Economic Community of West African States (ECOWAS)**”.

O montante atribuído é de 200.000 dólares americanos para cada consórcio. No segundo consórcio, a pesquisa envolverá também a Guiné Bissau. No entanto, não foi ainda dada a informação sobre que instituições e pesquisadores guineenses farão parte do projeto de pesquisa. De um dos consórcios.

A edição de 2021 do PARI está agendada para o início do quarto trimestre deste ano e centrar-se-á nas **ciências da terra e da vida** ou nas **ciências básicas, tecnologia e inovação**. A informação sobre os critérios de entrada será oportunamente divulgada à comunidade de investigação na África Ocidental.<sup>27</sup>

#### 41.ª Cimeira Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo da SACD

Decorreu em 18 de agosto, em Lilongwe, capital da República do Malawi, a 41.ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

A Cimeira recebeu informações atualizadas sobre a situação de segurança prevalecente na Província de Cabo Delgado, norte de Moçambique, e saudou os Estados-Membros da SADC

<sup>25</sup> <https://finances.bj/programme-dappui-a-la-recherche-et-a-linnovation-de-la-cedeao-pari-2019-conditions-dapplications/>

<sup>26</sup> <https://www.ecowas.int/2020-edition-of-the-ecowas-research-and-innovation-support-programme-pari-dr-victorien-tamegnon-dougnon-receives-a-cash-prize-of-usd-200000-on-behalf-of-his-consortium/>

<sup>27</sup> <https://www.ecowas.int/ecowas-research-and-innovation-support-programme-pari-awards-a-second-researcher-prof-jean-david-nguessan-receives-us200000-on-behalf-of-his-consortium/>



por se comprometerem a disponibilizar efetivos militares e a prestar apoio financeiro para o destacamento da Força em Estado de Alerta da SADC em Moçambique.

A Cimeira recebeu relatórios sobre o estado geral socioeconómico, a segurança alimentar e nutricional regional, o género e desenvolvimento e o combate ao HIV/AIDS na região, bem como a materialização do Lema da 40.ª Cimeira, ou seja, «**SADC – 40 anos construindo a paz e segurança e promovendo o desenvolvimento e a resiliência, face aos desafios globais**», e felicitou o Presidente *pro tempore* cessante e de Moçambique, Filipe Nyusi, pela sua liderança exemplar no exercício do seu mandato. O novo Presidente *pro tempore* é o Presidente do Malawi, Lazarus McCarthy Chakwera.

A Cimeira manifestou a sua preocupação e oposição à decisão unilateral tomada pela Comissão da União Africana de conferir a Israel o estatuto de observador junto da União Africana. Também homologou o lema: «**Fortalecer a capacidade de produção face à pandemia em prol da transformação económica e industrial inclusiva e sustentável**» e aprovou a nomeação de **Elias Mpedi Magosi** (Botswana) para o cargo de Secretário Executivo da SADC em substituição da Stergomena Tax (Tanzânia).

A próxima sessão da Cimeira terá lugar na República Democrática do Congo, em agosto de 2022.<sup>28</sup>

---

<sup>28</sup>[https://www.sadc.int/files/1816/2928/2099/PT\\_-\\_Communique\\_for\\_the\\_41th\\_Summit\\_August\\_2021.pdf](https://www.sadc.int/files/1816/2928/2099/PT_-_Communique_for_the_41th_Summit_August_2021.pdf)

## Contradições e nova crise à vista: reposta da Europa à Covid-19

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Novamente a pandemia deixa de ser o destaque da Europa, para dar lugar a outros acontecimentos. Saem de pauta os recentes desastres naturais para entrar a ocupação do Afeganistão pelo Taleban, que traz implicações imediatas para o continente europeu e para a União Europeia (UE). As impressionantes cenas da pista do aeroporto de Cabul – com centenas de pessoas tentando entrar nos aviões – já se traduz em chegadas diárias de migrantes em voos vindos de Cabul.

Assim como no campo da saúde, a União Europeia não dispõe de uma política comum para migrações e cada Estado-membro tem seu entendimento sobre a questão<sup>29</sup>. A presidente da Comissão Europeia (CE), Ursula Von der Leyen, apelou aos países que estiveram em missões no Afeganistão, para que “criem cotas de acolhimento, que permitam acolher em conjunto todos os que precisarem de proteção<sup>30</sup>. Para o comissário da UE, Margaritis Schinas, a crise no Afeganistão, aliada às ações da Bielorrússia demonstram a urgência na revisão das regras de imigração e asilo da União Europeia. A preocupação é que os acontecimentos no Afeganistão possam desencadear uma nova versão da crise migratória europeia de 2015/16, quando a chegada desordenada de centenas de milhares de pessoas do Oriente Médio sobrecarregou os sistemas de segurança e bem-estar e aumentou o apoio e o surgimento de grupos de extrema direita<sup>31</sup>.

De imediato, três reuniões foram convocadas: na segunda 16/8, o Conselho de Segurança discutiu sobre a retirada dos cidadãos europeus e funcionários afegãos de instituições da UE; na terça 17/8, reuniram-se os ministros das Relações Exteriores; e na quarta 18/8, os ministros de Justiça e Assuntos Interiores<sup>32</sup>.

Por enquanto, a Espanha será a porta de entrada da UE para os refugiados vindos do Afeganistão, que trabalharam para a EU e para a Otan em Cabul. Para tal, foi montado um centro logístico, construído na base militar de Torrejón de Ardoz, nos arredores de Madrid. Com capacidade para mil pessoas, está equipado com centro para testagem de Covid-19 e abrigará pessoas por três dias, até serem reencaminhadas para outros países da UE<sup>33</sup>.

Em discurso no Parlamento Europeu, o alto representante da CE para política externa, Joseph Borrell, declarou que a UE está pronta para discutir ajuda humanitária com o Taleban, enfatizando que isto não significa o reconhecimento político do regime. Ele disse que há lições a serem aprendidas com o fracasso desta operação de construção de uma nação no Afeganistão, sob a qual os Estados Unidos da América gastaram 300 milhões de dólares por dia, durante 20 anos, alcançando resultados muito modestos – discurso que foi repetido por outros oradores<sup>34</sup>.

---

<sup>29</sup> <https://pt.euronews.com/2021/08/20/o-fluxo-migratorio-do-afeganistao-divide-a-uniao-europeia>

<sup>30</sup> <https://pt.euronews.com/2021/08/21/ursula-von-der-leyen-visita-porta-de-entrada-para-refugiados-afegaos>

<sup>31</sup> <https://br.noticias.yahoo.com/ue-pode-analisar-mudan%c3%a7a-em-162725784.html>

<sup>32</sup> <https://br.noticias.yahoo.com/afeganist%c3%a3o-reacende-pesadelo-e-ue-200500592.html>

<sup>33</sup> <https://pt.euronews.com/2021/08/20/espanha-assume-se-como-porta-de-entrada-na-europa-para-os-refugiados-afegaos>

<sup>34</sup> <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20210817IPR10202/afghanistan-provide-humanitarian-help-to-locals-meps-urge>

Membros do Parlamento, assim como Borrell e Angela Merkel, vêm defendendo o apoio aos países vizinhos ao Afeganistão que podem receber os refugiados, como forma de atenuar o impacto dos fluxos migratórios para a Europa<sup>35</sup>. Segundo Borrell, uma das formas de lidar com o fluxo migratório afegão será apoiar países limítrofes, como Paquistão e Irã.

Outra preocupação do bloco, é a oportunidade que o cenário traz para o fortalecimento dos poderes da China, Rússia e Turquia no continente asiático<sup>36</sup>. Para David McAllister, presidente do Comitê de Relações Exteriores do Parlamento, faz-se necessária uma nova abordagem no Afeganistão, para que o vácuo político no país não seja preenchido por “novos jogadores”. Ele acrescenta que na atual situação, a ação humanitária deve ser a principal prioridade da UE<sup>37</sup>. Sendo um dos principais doadores para programas de desenvolvimento afegão, o bloco afirmou que esses repasses estão suspensos, mas que ajuda humanitária será mantida<sup>38</sup>.

No âmbito epidemiológico, o continente europeu vive as contradições entre alastramento da variante Delta (Figura 1), relaxamento de medidas sociais e manifestações contrárias ao certificado de vacinação, às vacinas, às medidas de restrição... Portugal, entra numa nova fase de desconfinamento, passando de Estado de Calamidade para Estado de Contingência, depois de ter imunizado mais de 70% de sua população<sup>39</sup>. Em Barcelona, milhares de pessoas celebraram o desconfinamento.

Nos Países Baixos, onde eventos foram proibidos para conter a propagação da Delta, artistas e organizadores de festivais protestaram contra a restrição, para eles, injusta<sup>40</sup>. Na França, onde o acesso à maioria dos estabelecimentos públicos é condicionado ao certificado digital, manifestações foram registradas pelo sexto final de semana consecutivo. Para os manifestantes, a medida restringe a liberdade de escolha e acaba por tornar a vacina obrigatória<sup>41</sup>. O mesmo argumento, foi repetido por manifestantes que saíram às ruas de Riga, capital da Letônia, contra a vacinação e as medidas restritivas de combate à pandemia, acusando o governo de obrigar as pessoas a se vacinarem com a imposição do certificado Covid para atividades sociais e até para o trabalho. O protesto foi organizado por Aldis Gobzems, líder do recém-formado partido populista, "Lei e Ordem"<sup>42</sup>. Segundo a União de Hotelaria e Indústria francesa, a obrigatoriedade do certificado trouxe significativa queda nos negócios de proprietários de restaurantes<sup>43</sup>.

Conforme o [boletim](#) publicado pela OMS em parceria com o CDC Europa, a Região Europeia da OMS, registrou 1.186.270 novos casos de Covid-19 e 10.823 novas mortes foram notificadas pelas autoridades nacionais, na semana 32/2021. Isso representa um aumento de 5,1% no número de casos novos e uma redução de 0,6% no número de óbitos em relação à

---

<sup>35</sup> <https://pt.euronews.com/2021/08/20/o-fluxo-migratorio-do-afeganistao-divide-a-uniao-europeia>

<sup>36</sup> <https://br.noticias.yahoo.com/ue-afeganist%c3%a3o-sob-poder-talib%c3%a3-105217613.html>

<sup>37</sup> <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20210817IPR10202/afghanistan-provide-humanitarian-help-to-locals-meps-urge>

<sup>38</sup> <https://br.noticias.yahoo.com/taliban-venceu-guerra-temos-que-180000320.html>

<sup>39</sup> <https://pt.euronews.com/2021/08/22/manifestacoes-em-franca-contra-certificado-digital>

<sup>40</sup> <https://pt.euronews.com/2021/08/23/milhares-de-pessoas-celebram-desconfinamento-em-barcelona>

<sup>41</sup> <https://pt.euronews.com/2021/08/22/manifestacoes-em-franca-contra-certificado-digital>

<sup>42</sup> <https://pt.euronews.com/2021/08/19/protestos-contra-a-vacinacao-na-capital-da-letonia>

<sup>43</sup> <https://pt.euronews.com/2021/08/20/pulseira-substitui-passe-sanitario>

semana anterior (31/2021). Nesta semana 32/2021, 8,2% dos casos ocorreram em pessoas com idade maior que 65 anos e 81,4% dos casos fatais ocorreram em pessoas da mesma faixa etária<sup>44</sup>.

Aparentemente, em função da vacinação, a variante Delta ainda não levou a um expressivo aumento no número de novos casos e mortes na Europa. Apesar de sua predominância aumentar a transmissibilidade da doença, a cobertura vacinal – ainda que tímida – dá sinais de resultado. A Figura 2 mostra a evolução da vacinação com primeira dose na população adulta da Região Europeia (pessoas acima dos 18 anos) e a Figura 3 traz o quadro com o panorama do esquema vacinal completo: segunda dose ou dose única. É possível observar que muitos países da União Europeia já alcançaram ou estão próximos de alcançar os 70% da população adulta completamente imunizada, cenário bem diferente de outros países que não integram o bloco e estão na Região. É notável a disparidade no padrão de vacinação (as cores dos mapas das Figuras 2 e 3 estão parecidas, mas o primeiro traz valores até 90% e o segundo até 75%). Não é à toa que a OMS vem clamando contra a terceira dose, enquanto parcelas importantes do mundo estão sem vacinas. A carência de dados de sequenciamento dos países europeus que não integram a UE também chama atenção.

Faz quase três meses que o diretor regional da OMS Europa não se pronuncia: seu último pronunciamento foi no dia 1º de julho<sup>45</sup>... As atualizações da OMS Europa ficam por conta de uma coleção de histórias de toda a região – [Experiências do Campo](#) -, elaborada a partir de uma série de entrevistas com médicos e pacientes afetados por doenças cardiovasculares, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas, para reunir sua experiência no tratamento de DNTs durante a pandemia. A coleção lança luz sobre desafios e oportunidades enfrentados pelos países e documenta soluções inovadoras para superá-los<sup>46</sup>.

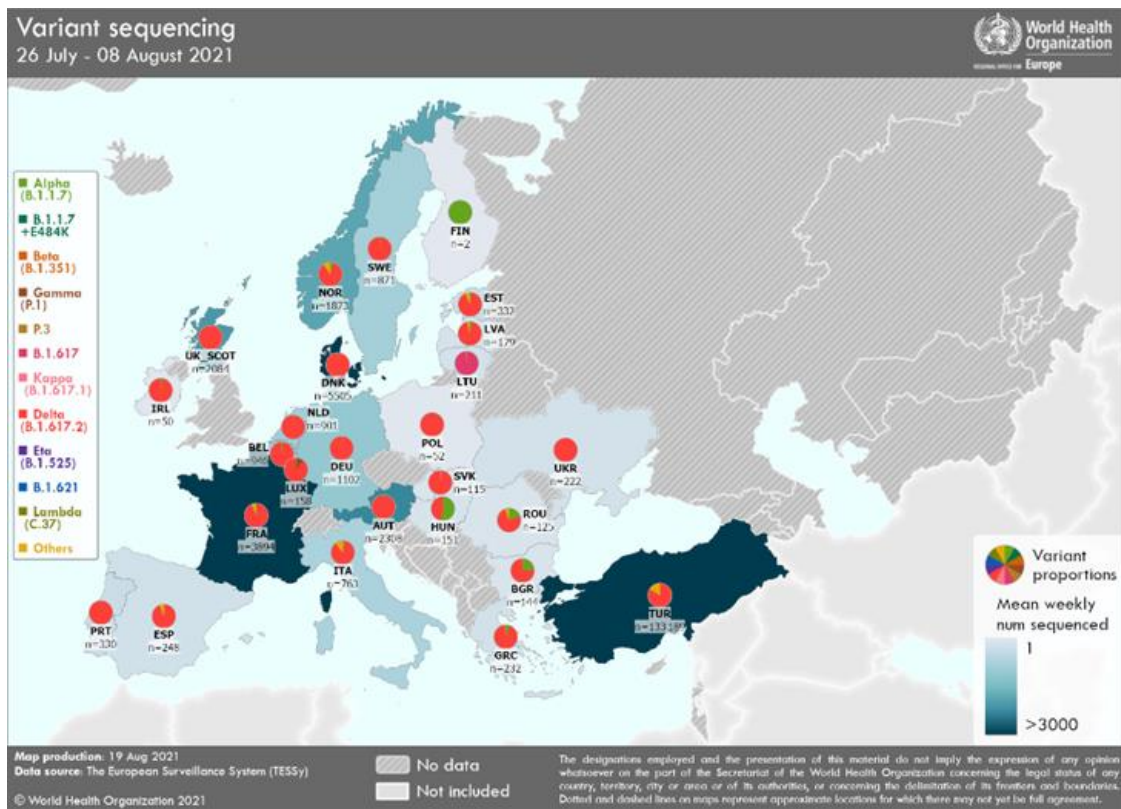
Figura 1: Sequenciamento das variantes na União Europeia

44

[https://worldhealthorg.shinyapps.io/euro-covid19/?utm\\_source=WHO%2FEurope+mailing+list&utm\\_campaign=8d9aa5d66a-EMAIL\\_CAMPAIGN\\_2020\\_03\\_16\\_10\\_53\\_COPY\\_01&utm\\_medium=email&utm\\_term=0\\_60241f4736-8d9aa5d66a-110576762](https://worldhealthorg.shinyapps.io/euro-covid19/?utm_source=WHO%2FEurope+mailing+list&utm_campaign=8d9aa5d66a-EMAIL_CAMPAIGN_2020_03_16_10_53_COPY_01&utm_medium=email&utm_term=0_60241f4736-8d9aa5d66a-110576762)

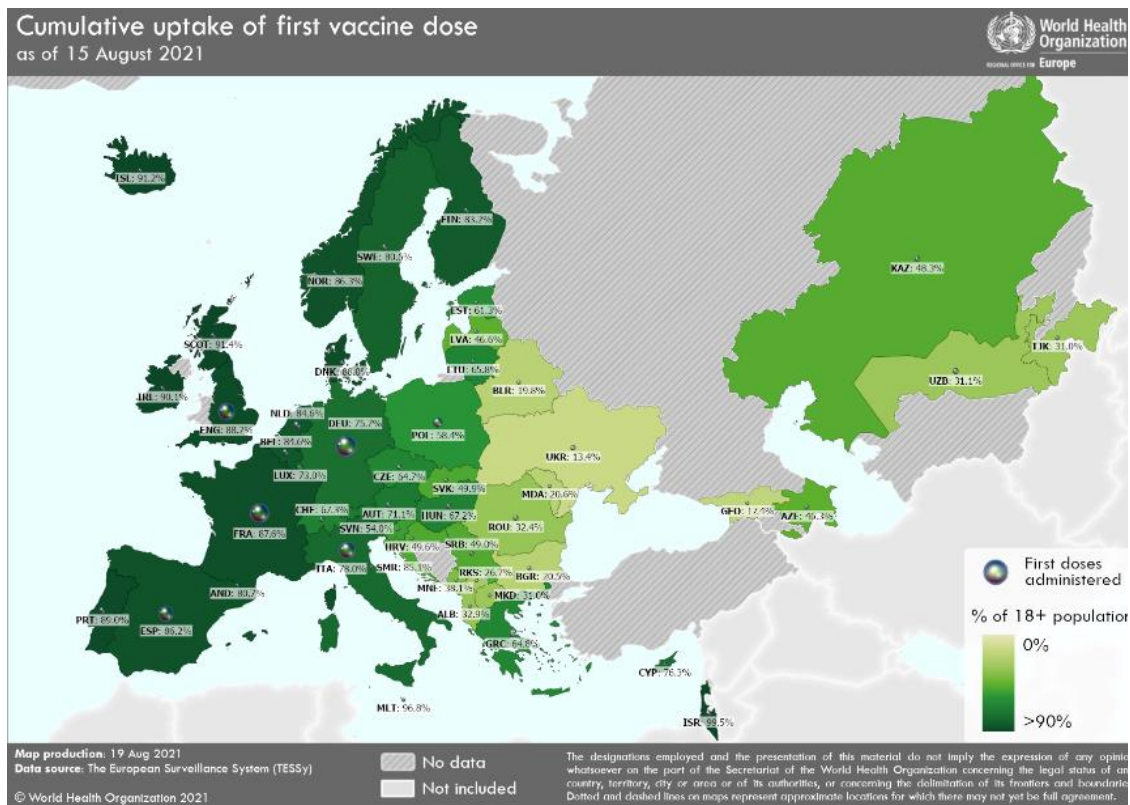
45 <https://www.euro.who.int/en/health-topics/health-emergencies/coronavirus-covid-19/statements>

46 <https://www.euro.who.int/en/health-topics/noncommunicable-diseases/pages/spotlight-on-care-for-noncommunicable-diseases-and-covid-19/experiences-from-the-field>



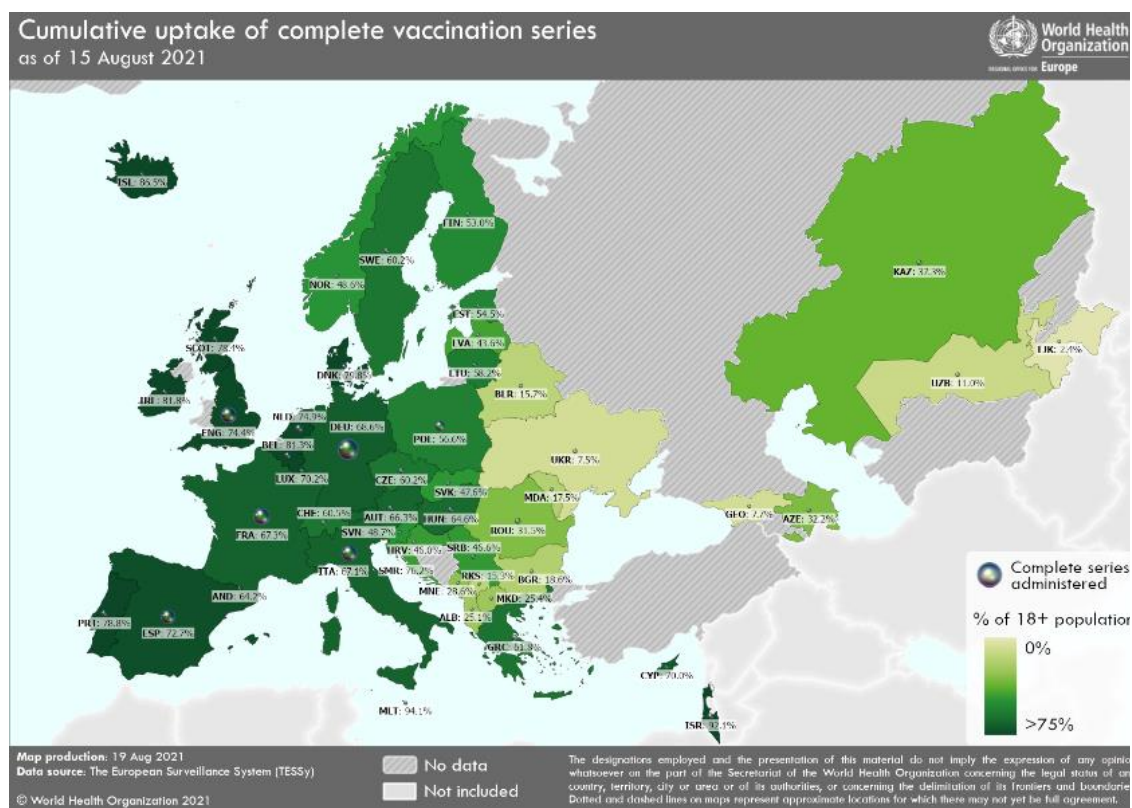
Fonte: <https://worldhealthorg.shinyapps.io/euro-covid19/>

Figura 2: Populações adultas da Região Europeia com a primeira dose da vacina



Fonte: <https://worldhealthorg.shinyapps.io/euro-covid19/>

Figura 3: Populações adultas da Região Europeia com esquema vacinal completo



Fonte: <https://worldhealthorg.shinyapps.io/euro-covid19/>



**O que está em jogo não é o uso da burca:  
Ásia Sudeste, Pacífico Ocidental e Oriente Médio na  
Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

**Lúcia Marques**

Nos últimos dias, em função dos recentes acontecimentos no Afeganistão, a história do surgimento e domínio do Talibã tem sido amplamente divulgada em todas as mídias. Não cabe relembrar aqui. Muitos especialistas vêm publicando suas análises e críticas<sup>47</sup>. Alguns arriscam apontar futuros caminhos, mas os eventos ainda são muito recentes e estamos lidando com um grupo fundamentalista, com uma interpretação muito própria da lei da Sharia, a Lei Islâmica. E que tem grupos opositores dentro do próprio país.

Quando o Talibã afirma que mudou e que vai respeitar os direitos das mulheres, **desde que dentro da lei da Sharia**, significa que nada vai mudar, que vai ser tudo como era na época quando o grupo governou o país, entre 1996 e 2001, quando mulheres podiam ser chicoteadas em plena rua. Por isso o desespero da população, inclusive masculina – os homens terão que usar barba. Quando o grupo frisa “seguindo a Sharia” é preciso entender o que significa e as consequências da interpretação radical “talibãeza” da Lei Islâmica e da jihad. O que está em jogo não é o uso da burca, mas a perda dos direitos e da liberdade de escolha. Está em jogo o “desaparecimento” da mulher.



“Mother, Daughter, Doll”, da série "The Hijab Series", 2010. Trabalho da fotógrafa yemita Boushra Almutawakel. Reflexão sobre a situação das mulheres em contexto em que se impôs o fanatismo religioso.

A Sharia é uma espécie de código de conduta baseado no Alcorão, livro sagrado do islamismo, considerado palavra literal de Deus (Alá) revelada ao profeta Maomé (morreu em 632 A.D.) ao longo de um período de vinte e três anos e reflete o contexto da época. Assim como a Bíblia católica cristã e a Torá judaica refletem. A Sharia traz para vida jurídica, social e religiosa do indivíduo, que pratica o islão, condutas, direitos e deveres sinalizados no Alcorão. Sinalizados – portanto, ela depende de muita interpretação dos “homens sábios” - líderes supremos – mais conservadores ou não, mais radicais ou não.

Algumas nações islâmicas, não laicas, trazem para sua constituição as normas e interpretações da Sharia. O Talibã não é laico, pelo contrário. Sua interpretação da “jihad” o transformou num grupo extremista – o Talibã tem origem jihadista – os jihadistas interpretam o dever religioso de defender o islã de forma literal, ou seja, através da luta armada contra os

<sup>47</sup> [https://economictimes.indiatimes.com/news/defence/view-washington-messed-up-everything-in-afghanistan-over-to-russia-china-to-enter-the-quicksand/articleshow/85392638.cms?utm\\_source=newsletter&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=Dailynewsletter&utm\\_content=Story1&ncode=7196789a3e4ae04486548d346066e0c9a30918667d831257fda15b40747f810d89948e88c7d5e6b95040cec56cef2fa6a34150c1ab9c8e183370299053f7f7aabe27abbe7627b6b73d95a954319b96f5](https://economictimes.indiatimes.com/news/defence/view-washington-messed-up-everything-in-afghanistan-over-to-russia-china-to-enter-the-quicksand/articleshow/85392638.cms?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Dailynewsletter&utm_content=Story1&ncode=7196789a3e4ae04486548d346066e0c9a30918667d831257fda15b40747f810d89948e88c7d5e6b95040cec56cef2fa6a34150c1ab9c8e183370299053f7f7aabe27abbe7627b6b73d95a954319b96f5)

infiéis e inimigos do Islã – a forma não extremista de interpretar a jihad, doutrinalmente falando, é pelo coração, se purificando física e espiritualmente, difundindo palavras e comportamentos que defendam o que é bom e corrijam o errado.

Dito isto e, levando-se em conta que o grupo, em seu movimento de tomar o Afeganistão, cooptou adeptos e armas de outras milícias jihadistas – inclusive do Al Qaeda e do ISIS<sup>48</sup> -, acreditar que um “novo” Talibã chegou ao poder é tapar o sol com a peneira. A ajuda humanitária não será fácil; envolve conceitos de direitos humanos e, pela forma jihadista de interpretar a Sharia, na qual todos são inimigos do islã, inclusive os cidadãos islâmicos que não seguem a interpretação talibã da lei islâmica, permitir ajuda humanitária, ocidental principalmente, vai envolver muita negociação política e econômica.

O Talibã insiste que mudou e, nos últimos dias, prometeu não buscar vingança, defender os direitos das mulheres **no âmbito da lei islâmica**, garantir a liberdade da mídia e oferecer anistia para funcionários do governo no Afeganistão. Ao contrário de seu regime anterior, que vivia em isolamento global - com apenas o Paquistão, os Emirados Árabes Unidos e a Arábia Saudita reconhecendo seu governo - o Talibã, nos últimos meses, disse repetidamente que não está atrás de um “monopólio de poder” e formaria um governo aceitável para todos os grupos étnicos<sup>49</sup>. Mas suas ações fora da capital Cabul demonstram que a prática tem sido muito diferente do discurso. Mas muitos afegãos e a comunidade internacional continuam céticos. Os mais velhos se lembram das visões islâmicas ultraconservadoras que também incluíam apedrejamentos, amputações e execuções públicas.

Muitos querem acreditar na mudança; outros dizem que isso não existe. Essa diferença de visão se refletiu na falta de consenso na reunião de emergência do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas convocada para lidar com a crise no Afeganistão: uma demonstração do racha na comunidade internacional sobre como lidar com o Talibã. O encontro foi convocado para aprovar uma resolução que conceda um mandato para a ONU poder investigar e monitorar os crimes cometidos pelo grupo fundamentalista. Mas, sem um acordo, o projeto de resolução não especifica de que maneira esse processo ocorreria e nem se um mecanismo especial seria criado<sup>50</sup> para investigar os crimes do Talibã e monitorar as promessas do grupo fundamentalista. O texto aprovado foi denunciado por ativistas de direitos humanos como uma “vergonha” e “insulto” às vítimas afegãs. China, Rússia e Estados Unidos têm visões diferentes<sup>51</sup> e trazem para a discussão questões antigas: “Sob a bandeira da democracia e dos direitos humanos, os EUA e outros países (Austrália, Reino Unido) realizam intervenções

---

<sup>48</sup> ISIS ou DAESH ou **Estado Islâmico** antes denominado **Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL)** ou **Estado Islâmico do Iraque e da Síria (EIIIS)**, é uma organização jihadista islamita de orientação salafita (sunita ortodoxa) e wahabita criada após a invasão do Iraque em 2003. O grupo opera principalmente no Oriente Médio e tem crescido na África. É considerado grupo terrorista no ocidente e no oriente. O ISIS afirma autoridade religiosa sobre todos os muçulmanos do mundo e aspira tomar o controle de muitas outras regiões de maioria islâmica, a começar pela região do Levante, que inclui Jordânia, Israel, Palestina, Líbano, Chipre e Hatay, uma área no sul da Turquia. O grupo, em seu formato original, era composto e apoiado por várias organizações terroristas sunitas insurgentes, incluindo suas organizações antecessoras, como a Al-Qaeda no Iraque,

<sup>49</sup> <https://www.arabnews.com/node/1913341/world>

<sup>50</sup> [https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/08/24/em-reuniao-sobre-afeganistao-china-acusa-eua-e-sinaliza-apoio-ao-taliba.htm?utm\\_source=chrome&utm\\_medium=webalert&utm\\_campaign=coluna-jamil-chade](https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/08/24/em-reuniao-sobre-afeganistao-china-acusa-eua-e-sinaliza-apoio-ao-taliba.htm?utm_source=chrome&utm_medium=webalert&utm_campaign=coluna-jamil-chade)

<sup>51</sup> [https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/08/24/impasse-entre-china-russia-e-eua-barra-poder-da-onu-para-investigar-taliba.htm?utm\\_source=chrome&utm\\_medium=webalert&utm\\_campaign=coluna-jamil-chade](https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/08/24/impasse-entre-china-russia-e-eua-barra-poder-da-onu-para-investigar-taliba.htm?utm_source=chrome&utm_medium=webalert&utm_campaign=coluna-jamil-chade)



militares em outros estados soberanos e impõem o seu próprio modelo a países com uma história e cultura muito diferentes", disse o embaixador da China, Chen Xu, na reunião.

Dois dias antes, a Arábia Saudita, atual Presidente da 14ª Cúpula Islâmica e do Comitê Executivo da Organização de Cooperação Islâmica (OIC<sup>52</sup>), convocou [reunião extraordinária](#) para discutir a situação no Afeganistão. O grupo reiterou o compromisso dos Estados membros da OIC em ajudá-los a trazer paz, segurança, estabilidade e desenvolvimento ao Afeganistão. E destacou que a comunidade internacional e a OIC esperam que o governo no poder estabeleça um diálogo inclusivo com todos os segmentos da sociedade, traga a reconciliação nacional para o país, garanta a observância dos convênios e acordos internacionais e se comprometa com as normas internacionais da Carta da ONU e resoluções. Enfatizaram a necessidade de proteger e respeitar o direito à vida, segurança e dignidade do povo do Afeganistão em conformidade com os princípios islâmicos tolerantes e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (UDHR). Em função da deterioração da situação humanitária, por conta do aumento do fluxo de deslocados internos e refugiados devido à situação atual no país, dos impactos da pandemia de Covid-19 e da seca que o país enfrenta, o Secretário Geral da OIC exortou os Estados-Membros, as instituições financeiras islâmicas e os parceiros a agirem com urgência para prestar ajuda humanitária às áreas afetadas do país.

### **Efeito talibã – na contramão dos direitos das mulheres**

As cenas de milhares de afegãos tentando fugir do seu país, com medo, não do futuro desconhecido, mas, justamente, do já vivido, deixaram claro a importância da garantia dos direitos humanos e das mulheres. Várias nações árabes já vinham buscando uma atualização do pensamento numa tentativa de separar os aspectos da vida cotidiana da vida religiosa.

Em 1990, na elaboração da Declaração de Direitos Humanos Islâmicos ficou estabelecido que todos os direitos e liberdades estariam sujeitos à Sharia. Em 2020, após um processo de revisão de 10 anos, a Organização de Cooperação Islâmica apresentou uma nova declaração com avanços que refletem mudanças ideológicas: islã deixando de ser a salvação. Apesar de retirar do texto a Sharia – ela é indicada apenas como conjunto de valores, não como restrição de direitos - a declaração delega aos estados a primazia sobre as liberdades individuais. E é aí que, segundo o analista Turan Kavaoglu - leitura recomendada<sup>53</sup> -, o documento peca, pois, a maioria dos estados islâmicos tem seus sistemas legislativos baseados na Sharia. Está na constituição de muitos países. Apesar de avanços, omite muitos direitos e ainda reflete a predominância dos sistemas políticos autoritários. Mas demonstra uma tentativa de diálogo com outros organismos e organizações.

A pandemia da Covid-19 reforçou a urgência de reformas e foi uma oportunidade para tentar separar o governo da religião. A Arábia Saudita é uma das nações não laicas mais rigorosas e conservadoras, mas tem acelerado reformas. No início da pandemia, as medidas restritivas entraram em conflito com as lideranças religiosas e houve prisões de clérigos mais ortodoxos que discordavam das medidas sanitárias e da suspensão de ritos. Na ocasião, ficou clara a tentativa da gestão saudita de separar religião de governança. Neste sentido, o saldo da

---

<sup>52</sup> Reúne 57 países, todos com expressiva população islâmica, do Oriente Médio, África, Ásia, América do Sul, e Europa. Os objetivos da OCI são promover a solidariedade e a cooperação entre os Estados-membros e velar pela preservação dos lugares sagrados do Islamismo.

<sup>53</sup> <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2020/09/The-Organization-of-Islamic-Cooperations-declaration-on-human-rights-promises-and-pitfalls.pdf>

pandemia foi positivo, não só para Arábia Saudita<sup>54</sup>, mas no Oriente Médio, e pode ser verificado no relatório do Banco Mundial sobre [“Mulheres, Negócios e Legislação”](#), divulgado em fevereiro deste ano.

O avanço também pode ser observado em vários movimentos que buscam a inserção da mulher na recuperação econômica dos países árabes. Em julho passado, a Organização de Cooperação Islâmica organizou a 8ª Conferência Ministerial sobre Mulheres<sup>55</sup>. A Conferência teve como tema “Preservando os ganhos da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres à luz da pandemia do Coronavírus e além” e teve como objetivo maior o lançamento da Organização para o Desenvolvimento da Mulher (WDO) que ganhou sede permanente no Egito. A WDO é a primeira organização internacional, no âmbito da OIC, especializada na promoção e proteção dos direitos das mulheres em todos os estados membros da Organização de Cooperação Islâmica<sup>56</sup>. A Conferência ocorreu em um momento em que o mundo precisa imperativamente de uma maior participação das mulheres nas esferas política, econômica, social e cultural. Discute melhores práticas, as necessidades e os desafios específicos enfrentados pelas mulheres diante da realidade imposta pela pandemia. Os documentos bases para o debate foram as políticas da OIC para o gênero e o estudo realizado pela comissão independente para Direitos Humanos sobre Gênero e Justiça de Gênero de uma perspectiva Islâmica.

#### [Relatório do Banco Mundial sobre direito das mulheres](#)

O relatório do Banco Mundial [WOMEN, BUSINESS AND THE LAW 2021](#) examina leis e regulamentos em oito áreas que afetam as oportunidades econômicas das mulheres em 190 países, cobrindo o período de setembro de 2019 a outubro de 2020. O estudo examina desde aspectos básicos, como a mobilidade no âmbito da comunidade, até questões mais complexas, como os desafios para trabalhar, cuidar dos filhos e se aposentar. Os dados fornecem referências objetivas e mensuráveis para medir o progresso global rumo à igualdade de gênero. O relatório também analisa as respostas do setor público à crise da Covid-19 e examina como a pandemia afetou as mulheres no trabalho e em casa, especialmente em relação ao cuidado com as crianças; ao acesso à justiça; e à saúde e segurança.

Embora as sociedades em geral estejam avançando lentamente rumo a uma maior igualdade de gênero, muitas mulheres ao redor do mundo continuam a enfrentar leis e regulamentos que restringem suas oportunidades econômicas. O relatório do Banco Mundial revela como a pandemia de Covid-19 impôs novos desafios para a saúde e a segurança física e econômica das mulheres (Capítulo 2, do relatório). As reformas que buscam remover os obstáculos à inclusão econômica das mulheres têm sido lentas e desiguais em muitas regiões do planeta, segundo o relatório. Em média, as mulheres gozam apenas de três quartos dos direitos jurídicos concedidos aos homens. Elas já se encontravam em desvantagem mesmo antes da Covid-19, e as iniciativas governamentais para mitigar alguns dos efeitos da pandemia, embora inovadoras, foram limitadas em muitos países.

---

<sup>54</sup> <https://www.arabnews.com/node/1913276>

<sup>55</sup> <https://english.ahram.org.eg/NewsContent/1/64/416809/Egypt/Politics-/Sisi-inaugurates-OIC%E2%80%99s-th-ministerial-conference-o.aspx>

<https://www.gulf-times.com/story/696054/OIC-s-Ministerial-Conference-on-women-kicks-off>

<sup>56</sup> Reúne 57 países, todos com expressiva população islâmica, do Oriente Médio, África, Ásia, América do Sul, e Europa. Os objetivos da OIC são promover a solidariedade e a cooperação entre os Estados-membros e velar pela preservação dos [lugares sagrados do Islamismo](#).

Apesar do progresso geral, foram observados retrocessos preocupantes em alguns países, tais como restrições relativas a viagens de mulheres sem a permissão de um tutor do sexo masculino. A pandemia exacerbou desigualdades que prejudicam meninas e mulheres – muitas vezes impedidas de frequentar escolas e ter um emprego. Elas também enfrentam um aumento na violência doméstica e nos desafios relacionados à sua saúde e segurança. As mulheres devem ter o mesmo acesso a financiamentos e os mesmos direitos a heranças que os homens. Para David Malpass, presidente do Grupo Banco Mundial, as mulheres devem estar ao centro dos esforços para uma recuperação inclusiva e resiliente da pandemia de Covid-19.<sup>57</sup>

Dez países obtiveram a pontuação máxima (100): Bélgica, Dinamarca, França, Letônia e Suécia repetiram o resultado, enquanto Canadá, Islândia, Letônia, Luxemburgo e Portugal entraram agora na lista. Essa pontuação perfeita significa que homens e mulheres têm direitos iguais nas áreas examinadas pelo Banco Mundial. Entre os piores países estão Iêmen, Kuwait e Catar, que pontuaram abaixo de 30.

---

<sup>57</sup> <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2021/02/23/laws-still-restrict-womens-economic-opportunities-despite-progress-study-finds>

TABLE 1.2 WOMEN, BUSINESS AND THE LAW 2021 INDEX									
Economy	Score	Economy	Score	Economy	Score	Economy	Score	Economy	Score
Belgium	100.0	Romania	90.6	Singapore	82.5	Belarus	75.6	Nigeria	63.1
Canada	100.0	Ecuador	89.4	Turkey	82.5	China	75.6	Dominica	62.5
Denmark	100.0	Hong Kong SAR, China	89.4	United Arab Emirates ✓	82.5	Morocco	75.6	Mali	60.6
France	100.0	Bolivia	88.8	Colombia	81.9	Cambodia	75.0	Cameroon	60.0
Iceland	100.0	El Salvador	88.8	Japan	81.9	Ghana	75.0	Papua New Guinea	60.0
Ireland ✓	100.0	Malta	88.8	Vietnam ✓	81.9	Honduras	75.0	Niger	59.4
Latvia	100.0	Mexico	88.8	Bahamas, The	81.3	Trinidad and Tobago	75.0	Myanmar	58.8
Luxembourg	100.0	Uruguay	88.8	Tanzania	81.3	Gambia, The	74.4	Palau	58.8
Portugal ✓	100.0	Lao PDR	88.1	Zambia	81.3	India	74.4	Tonga	58.8
Sweden	100.0	Montenegro ✓	88.1	Grenada	80.6	Madagascar ✓	74.4	Vanuatu	58.1
Estonia	97.5	South Africa	88.1	Israel	80.6	Maldives	73.8	Algeria	57.5
Finland	97.5	Guyana	86.9	Kenya	80.6	Suriname ✓	73.8	Gabon	57.5
Germany	97.5	Zimbabwe	86.9	Nepal	80.6	Angola	73.1	Solomon Islands	56.9
Greece	97.5	Cabo Verde	86.3	Rwanda ✓	80.6	Burundi	73.1	Bahrain ✓	55.6
Italy	97.5	Dominican Republic	86.3	Chile ✓	80.0	Russian Federation	73.1	Pakistan ✓	55.6
Netherlands	97.5	Namibia	86.3	Samoa	80.0	Uganda	73.1	Brunei Darussalam	53.1
New Zealand ✓	97.5	Nicaragua	86.3	San Marino	80.0	Bhutan	71.9	Lebanon	52.5
Spain	97.5	São Tomé and Príncipe	86.3	Saudi Arabia ✓	80.0	St. Kitts and Nevis	71.3	Equatorial Guinea	51.9
United Kingdom	97.5	Georgia	85.6	Belize	79.4	Guatemala	70.6	Libya	50.0
Australia	96.9	Switzerland	85.6	Burkina Faso	79.4	Uzbekistan ✓	70.6	Malaysia	50.0
Austria ✓	96.9	Bosnia and Herzegovina	85.0	Panama	79.4	South Sudan	70.0	Bangladesh	49.4
Hungary	96.9	Brazil ✓	85.0	Ukraine	79.4	Eritrea	69.4	Congo, Rep.	49.4
Norway	96.9	Korea, Rep.	85.0	Azerbaijan	78.8	Kazakhstan	69.4	Mauritania	48.1
Slovenia ✓	96.9	North Macedonia	85.0	Congo, Dem. Rep.	78.8	Sierra Leone ✓	69.4	Jordan ✓	46.9
Peru	95.0	Slovak Republic ✗	85.0	Kiribati	78.8	Djibouti	68.1	Somalia	46.9
Paraguay	94.4	Venezuela, RB	85.0	Philippines	78.8	Jamaica	68.1	Eswatini	46.3
Croatia	93.8	Moldova	84.4	Tajikistan	78.8	Marshall Islands ✓	68.1	Egypt, Arab Rep.	45.0
Czech Republic	93.8	Togo	84.4	Lesotho	78.1	St. Vincent and the Grenadines	68.1	Iraq	45.0
Lithuania	93.8	Liberia	83.8	Thailand	78.1	Tunisia	67.5	Guinea-Bissau	42.5
Poland	93.8	Puerto Rico (US) ✓	83.8	Benin ✓	77.5	Senegal ✓	66.9	Afghanistan	38.1
Serbia	93.8	St. Lucia	83.8	Malawi	77.5	Antigua and Barbuda	66.3	Syrian Arab Republic	36.9
Kosovo	91.9	Costa Rica ✓	83.1	Barbados	76.9	Chad	66.3	Oman	35.6
Mauritius	91.9	Côte d'Ivoire	83.1	Central African Republic	76.9	Sri Lanka	65.6	Iran, Islamic Rep.	31.3
Albania	91.3	Timor-Leste	83.1	Ethiopia ✓	76.9	Comoros	65.0	Qatar	29.4
Cyprus	91.3	Armenia	82.5	Kyrgyz Republic	76.9	Indonesia	64.4	Sudan	29.4
Taiwan, China	91.3	Fiji ✓	82.5	Argentina	76.3	Botswana	63.8	Kuwait ✓	28.8
United States	91.3	Mongolia	82.5	Guinea	76.3	Haiti	63.8	Yemen, Rep.	26.9
Bulgaria	90.6	Mozambique	82.5	Seychelles	76.3	Micronesia, Fed. Sts.	63.8	West Bank and Gaza	26.3

Fonte: Banco de dados Women, Business and the Law. Tabela 1.2, página 10 do relatório (<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/35094/9781464816529.pdf>)

**Observação:** as economias com uma marca de seleção verde (✓) tiveram uma melhora na pontuação devido a reformas em uma ou mais áreas. A economia com um X vermelho (✗) implementou pelo menos uma mudança reduzindo sua pontuação

Segundo o relatório, 27 economias implementaram reformas visando a igualdade de oportunidades em sete dos oito indicadores medidos, levando para 45 alterações de dados positivas. Dessas alterações, 17 resultaram de alterações legais promulgadas por economias na região do Oriente Médio e Norte da África. Embora tenha o menor pontuações, a região foi a que mais avançou como resultado de seus esforços de reforma, com 25% de economias da região implementando pelo menos uma reforma. Progresso no resto de o mundo foi mais lento durante 2020, com outras regiões registrando menos reformas do que em anos anteriores.

A maioria das reformas foram implementadas em leis que afetam os salários das mulheres<sup>58</sup>. O indicador Salário apontou as reduções na desigualdade salarial como resultado de reformas em oito economias. Bahrein, Montenegro, Arábia Saudita e Vietnã eliminaram as restrições ao emprego anteriormente considerados perigosos para as mulheres. Montenegro e a Arábia Saudita também eliminaram todas as restrições ao emprego feminino em setores industriais, como mineração, construção, manufatura e setor de água, definindo igualdade na escolha de oportunidades de emprego. Costa Rica e Arábia Saudita suspenderam a proibição do trabalho noturno feminino. As Ilhas Marshall, a Nova Zelândia e os Emirados Árabes Unidos reformaram suas leis para introduzir uma legislação que exige remuneração igual para homens e mulheres que realizam trabalhos iguais. A Lei de Emenda à Igualdade Salarial na Nova Zelândia aborda as desigualdades históricas nos salários das mulheres e fornece um mecanismo para salários iguais para empregos de igual valor, inclusive para diferentes empregos do mesmo valor.

### **Afeganistão**

Localizado na encruzilhada que liga o Oriente Médio, Ásia Central e o subcontinente indiano, o Afeganistão é um enclave montanhoso com planícies e faz parte do Grande Oriente Médio<sup>59</sup>. Faz fronteira com Irã, Turcomenistão, Uzbequistão, Tadjiquistão e China e foi ponto essencial para a antiga rota da seda e para fluxo da migração humana pré-histórica. Os principais recursos naturais do país são: carvão mineral, cobre, minério de ferro, lítio, urânio, terra-rara, cromita, ouro, zinco, talco, barita, enxofre, chumbo, mármore, pedras preciosas e semipreciosas, gás natural, petróleo, entre outros recursos.

Muito já se mostrou sobre o país e as intervenções que desembocaram na situação atual. No link <https://www.arabnews.com/45thanniversary>, o Jornal Arab News, faz um apanhado dos acontecimentos históricos na região do Oriente Médio nos últimos 45 anos. Muito interessante para entender o contexto.

---

<sup>58</sup> A partir da página 29 - ANNEX: SUMMARIES OF REFORMS – estão as reformas promovidas, país a país. [Women, Business and the Law 2021 \(worldbank.org\)](https://www.worldbank.org/en/publications/women-business-and-law/2021)

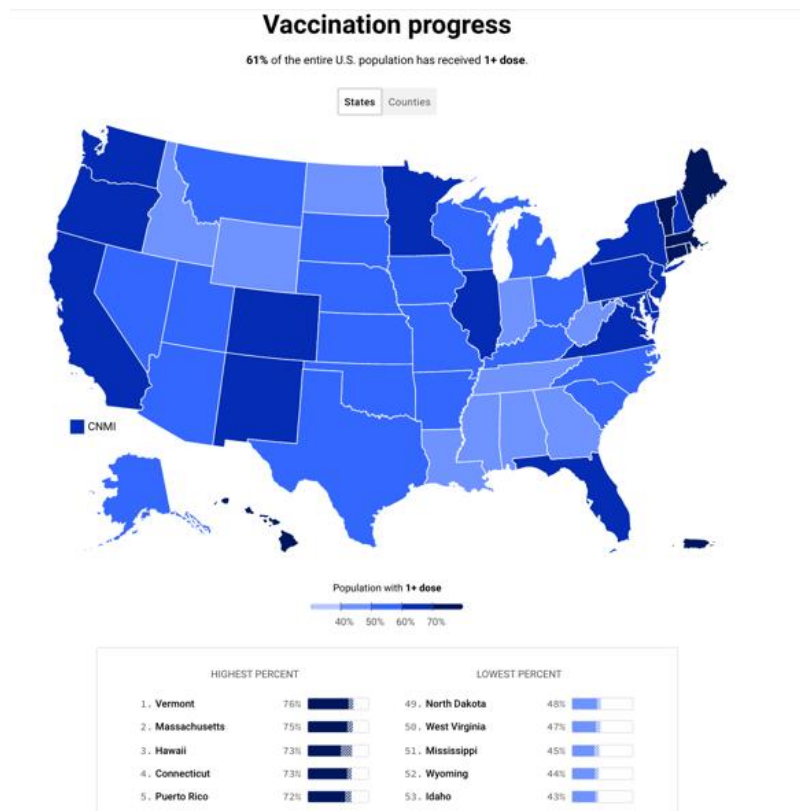
<sup>59</sup> O **Grande Oriente Médio** é um [termo político](#) utilizado pelo governo de [George W. Bush](#) para designar uma área que se estende do [Marrocos](#) e da [Mauritânia](#) até o Paquistão e Afeganistão, incluindo a Argélia, Turquia, Líbia, Egito, e a [Península Árabe](#). Os países da [Ásia Central](#), do [Cáucaso](#), do [Norte da África](#) e mesmo o [Chifre da África](#) (a [Somália](#)) são, por vezes, também incluídos. Alguns podem usar o termo para designar as áreas com maiorias muçulmanas significativas, mas esse uso não é universal. O termo não faz sentido em termos acadêmicos.

## EUA na Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Luiz Augusto Galvão

A maioria dos estados dos EUA continuam apresentando níveis altos de transmissão comunitária alimentados pela disseminação da variante B.1.617.2 (Delta). Os casos de COVID-19, as internações e os óbitos continuam aumentando, especialmente em comunidades com menor **cobertura vacinal**. O exemplo mais gritante é o caso da Flórida, cujo governador negacionista produziu, por suas omissões, a pior situação epidêmica no território americano.

A aprovação integral da vacina da Pfizer pode aumentar o número de pessoas vacinadas em razão da possibilidade de tornar uma exigência o uso da vacina pelo pessoal militar e de serviços públicos.



## Compare

States Counties Metro areas

STATE POPULATION	DAILY NEW CASES PER 100K	INFECTION RATE	POSITIVE TEST RATE	VACCINATED (1+ DOSE)	VULNERABILITY LEVEL
1 <b>California</b> 39,500,000	39.3	1.12	6.3%	68%	Very High
2 <b>Texas</b> 29,000,000	60.4	1.08	18.7%	56%	Very High
3 <b>Florida</b> 21,500,000	108.5	1.06	20.4%	63%	Very High
4 <b>New York</b> 19,500,000	23.5	1.14	4.1%	66%	Very High
5 <b>Pennsylvania</b> 12,800,000	19.1	1.19	6.9%	68%	Medium
6 <b>Illinois</b> 12,700,000	27.9	1.18	5.8%	65%	High
7 <b>Ohio</b> 11,700,000	25.9	1.20	7.9%	52%	High
8 <b>Georgia</b> 10,600,000	71.5	1.24	17.5%	50%	Very High

Fonte: Cvd Actnow: <https://covidactnow.org/?s=22051131>



## A China na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

André Lobato

### Igualdades e desigualdades<sup>60</sup>

A décima reunião do Comissão Central de Assuntos Financeiros e Econômicos do 19º Congresso Nacional do Partido Comunista decidiu pelo estabelecimento de “um sistema científico de políticas públicas e um sistema de distribuição razoável que beneficie a todos” com “projetos inclusivos que facilitem a qualidade de vida das pessoas e garantam suas necessidades básicas”. Essa comissão é presidida por Xi Jinping e outros políticos relevantes, como o premier do Conselho de Estado, Le Keqiang.

A reunião ocorre num momento em que a regulação do Estado sob personalidades do mundo empresarial e estratégias de negócios das empresas. As plataformas digitais têm experimentado uma série de mudanças com motivos variados, como proteção de dados dos consumidores e distinção entre operações financeiras e métodos de pagamento. O setor de educação foi intencionalmente descapitalizado e novas diretrizes buscam dirimir a forte pressão sob as crianças em idade escolar.

Para o partido que governa a China, é preciso regular a alta renda e estimular os ricos a dar mais retornos para a sociedade. Essencialmente, o bolo cresceu e é preciso pensar em formas de distribuição.

Segundo a reunião, trata-se de uma questão de longo prazo. Questões como eficiência e justiça, princípios de mercado e marcos legais devem ser levados em consideração.

### Chancelarias e o Afeganistão

Chancelarias de vários países trocaram telefones dada a iminente mudança política no Afeganistão. As notas dos ministérios de relações exteriores da Rússia e da China sobre o diálogo entre Lavrov e Wang foram para além da principal preocupação do momento – a segurança do corpo diplomático no Afeganistão – e mostraram o fortalecimento das relações entre os dois países. Não houve problemas para os diplomatas dos dois países no Afeganistão.

A nota da chancelaria chinesa<sup>61</sup> deu ênfase em chamar o Talebã a responsabilidade na promoção da governança interna do país e na prevenção do terrorismo internacional. Tanto a chancelaria russa<sup>62</sup> quanto o serviço da Xinhua<sup>63</sup> em Português destacaram o esforço conjunto dos dois países de impedir o falseamento da história do conflito<sup>64</sup>.

Incomoda aos russos e aos chineses o apagamento dos esforços dos dois povos para a vitória sobre o nazismo alemão e o fascismo japonês.

---

<sup>60</sup> [http://www.xinhuanet.com/english/2021-08/18/c\\_1310133051.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2021-08/18/c_1310133051.htm)

<sup>61</sup> <https://www.fmprc.gov.cn/web/wjbxhd/t1899873.shtml>

<sup>62</sup> [https://www.mid.ru/en/foreign\\_policy/news/-/asset\\_publisher/ckNonkJE02Bw/content/id/4840476#sel=2:11:WxJ,2:16:Fjl](https://www.mid.ru/en/foreign_policy/news/-/asset_publisher/ckNonkJE02Bw/content/id/4840476#sel=2:11:WxJ,2:16:Fjl)

<sup>63</sup> [http://portuguese.xinhuanet.com/2021-08/17/c\\_1310131752.htm](http://portuguese.xinhuanet.com/2021-08/17/c_1310131752.htm)

<sup>64</sup> [https://www.mid.ru/en/foreign\\_policy/news/-/asset\\_publisher/ckNonkJE02Bw/content/id/4840476#sel=2:11:WxJ,2:16:Fjl](https://www.mid.ru/en/foreign_policy/news/-/asset_publisher/ckNonkJE02Bw/content/id/4840476#sel=2:11:WxJ,2:16:Fjl)



Na conversa entre Wang Yi e Lavrorv também foi discutida formas de cooperação para a contenção da pandemia. Wang Yi também conversou com vários outros chanceleres, dos EUA, Turquia e Paquistão.

## **Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Em **2021**, já foram produzidos **15** Informes quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41607>

## **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde setembro de 2020, o CRIS também vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 já foram realizados **17** seminários, que podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

### **Próximos seminários**

01/09 – Seminário 18 – ***Mudanças demográficas, envelhecimento e saúde: Desafio global***

15/09 – Seminário 19 – ***Mulheres na Saúde Global***

23/09 – Seminário 20 – ***Desafios e oportunidades para o controle das arboviroses em tempos de COVID 19***

29/09 – Seminário 21 – ***Saúde e pandemia: Os debates na 76ª. Assembleia das Nações Unidas***

Os seminários serão transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

**Centro de Relações Internacionais em Saúde**

***Centro Colaborador OMS/OPAS em Saúde Global e Cooperação Sul-Sul***

**INFORME CRIS-FIOCRUZ SOBRE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE**

**Número: 15/21**

***Quinzena 27 de julho a 9 de agosto***

**Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER**

**Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 28 de julho de 2021.**

**75 pp; il.**

**Bibliografia: Inclui Bibliografias.**

**1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.**